

DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NA CIDADE DE JACOBINA



NILTON SOARES CÉSAR SANTOS
MICHAEL DAIAN PACHECO RAMOS



**DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ESPORTE NA CIDADE DE JACOBINA**
**Uma análise documental entre os períodos
de 2007 a 2016**

NILTON SOARES CÉSAR SANTOS
MICHAEL DAIAN PACHECO RAMOS

Conselho Editorial Técnico-Científico Mares Editores e Selos Editoriais:

Renato Martins e Silva (Editor-chefe)

<http://lattes.cnpq.br/4416501555745392>

Lia Beatriz Teixeira Torraca (Editora Adjunta)

<http://lattes.cnpq.br/3485252759389457>

Ilma Maria Fernandes Soares (Editora Adjunta)

<http://lattes.cnpq.br/2687423661980745>

Célia Souza da Costa

<http://lattes.cnpq.br/6191102948827404>

Chimica Francisco

<http://lattes.cnpq.br/7943686245103765>

Diego do Nascimento Rodrigues Flores

<http://lattes.cnpq.br/9624528552781231>

Dileane Fagundes de Oliveira

<http://lattes.cnpq.br/5507504136581028>

Erika Viviane Costa Vieira

<http://lattes.cnpq.br/3013583440099933>

Joana Ribeiro dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/0861182646887979>

José Candido de Oliveira Martins

<http://www.degois.pt/visualizador/curriculum.jsp?key=5295361728152206>

Liliam Teresa Martins Freitas

<http://lattes.cnpq.br/3656299812120776>

Marcia Tereza Fonseca Almeida

<http://lattes.cnpq.br/4865156179328081>

Ricardo Luiz de Bittencourt

<http://lattes.cnpq.br/2014915666381882>

Vitor Cei

<http://lattes.cnpq.br/3944677310190316>

**DIAGNÓSTICO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
ESPORTE NA CIDADE DE JACOBINA: uma
análise documental entre os períodos de
2007 a 2016**

1ª Edição

NILTON SOARES CÉSAR SANTOS
MICHAEL DAIAN PACHECO RAMOS



Rio de Janeiro - Brasil

Eulim

2017

Copyright © da editora, 2017

Foto da capa: Nilton Soares César Santos

Capa e Editoração: Osni Oliveira Noberto da Silva e Mares Editores

Dados Internacionais de Catalogação (CIP)

Diagnóstico das políticas públicas de esporte na cidade de Jacobina: uma análise documental entre os períodos de 2007 a 2016 / Nilton Soares César Santos; Michael Daian Pacheco Ramos – Rio de Janeiro: Eulim, 2017.

202 p.

ISBN 978-85-93442-01-8

1. Educação Física/Esporte. 2. Organização / facilidades / administração I. Título.

CDD 796.06

CDU 796

2017

Todos os direitos desta edição reservados aos autores

Publicado por Mares Editores e seus selos editoriais

Eulim é um selo editorial de Mares Editores

Contato: mareseditores@gmail.com

ISBN 978-859344201-8



9

788593

442018

SOBRE OS AUTORES

NILTON SOARES CÉSAR SANTOS - Graduado em Educação Física pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

MICHAEL DAIAN PACHECO RAMOS - Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Doutorando em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). É Professor do Departamento de Ciências Humanas - Campus IV da UNEB.



Sumário

PREFÁCIO	11
1 INTRODUÇÃO.....	14
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE	22
2.1 Políticas Públicas de Esporte no Brasil: um breve histórico	22
2.2 Diálogos contemporâneos sobre políticas públicas de esporte na Bahia.....	30
3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE JACOBINA ACERCA DO ESPORTE	41
3.2 A Lei Orgânica do Município de Jacobina e o Esporte	41
3.2 As ações do Poder Legislativo relacionadas as Políticas Públicas de Esporte	44
3.2.1 As indicações do legislativo na gestão 2005 a 2008	44
3.2.2 As indicações do legislativo na gestão 2009 a 2012	49
3.2.3 As indicações do legislativo na gestão 2013 a 2016	63
3.2.4 Os requerimentos do legislativo na gestão 2005 a 2008.....	79
3.2.5 Os requerimentos do legislativo na gestão 2009 a 2012.....	82

4 AS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO RELACIONADAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE	98
4.1 As leis na gestão 2005 a 2008.....	98
4.2 As leis na gestão 2009 a 2012.....	105
4.3.3 As leis na gestão 2013 a 2016	118
5 ESPAÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM JACOBINA.....	138
5.1 Quadras esportivas.....	138
5.2 Equipamento para esportes radicais.....	163
5.3 Ginásio de Esportes.....	164
5.4 Estádio Municipal	167
5.5 Os campos de várzeas.....	171
5.6 Espaços que serão (ou seriam) utilizados para construção de Equipamentos para o esporte.....	182
6. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS.....	187
REFERÊNCIAS	191

PREFÁCIO

Quando foi ventilada a possibilidade da publicação deste livro eu praticamente me convidei para escrever o prefácio, haja vista o interesse que tenho por esta obra.

Ela faz parte de algumas ações tomadas em conjunto desde o ano de 2013 quando lecionava a disciplina “O papel do profissional de Educação Física nas ações administrativas” no curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – campus IV.

Nesse período, uma das minhas ações era solicitar dos alunos que trouxessem para a sala de aula a Lei orgânica de suas respectivas cidades, pois as turmas frequentemente eram compostas de alunos de diversas cidades circunvizinhas à Jacobina, cidade onde o campus IV da UNEB está instalado.

Através de tais documentos tentávamos compreender o lugar que o esporte e o lazer ocupavam dentro da legislação de cada município. Em sua maioria eram sempre relegadas a pequenos parágrafos e os discursos e vivências dos alunos frequentemente indicavam que na prática o pouco se transformava em quase nada, quando analisávamos as efetivações dessas garantias legais na vida dos cidadãos.

As discussões eram sempre frutíferas e a inquietação dos discentes para pesquisar outros elementos referentes as políticas públicas de esporte e lazer de seus respectivos municípios sempre extrapolavam a carga horária e o tempo da disciplina.

Em uma dessas discussões extravasadas surgiu o pedido de um aluno para que eu o orientasse em seu trabalho de conclusão de curso, que de um tema ligado a alongamento na academia no início, se transformou em Análise das Políticas públicas de esporte

em Serrolândia – Ba, cidade circunvizinha da qual o aluno é morador.

Com a abertura do edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da UNEB eu resolvi submeter um projeto para duas bolsas, que tinha como foco analisar as Políticas públicas de esporte e lazer na cidade de Capim Grosso, local onde eu e os bolsistas residem e que fica a cerca de 60km de Jacobina.

Ao fim dessa pesquisa tiramos de saldo 2 apresentações de trabalho, 1 artigo publicado em revista, 4 capítulos de livro e 1 livro, mas principalmente a certeza de que existia um imenso campo de pesquisa sobre políticas públicas de esporte e lazer orbitando ao redor do campus IV.

E como uma Lei de Murphy às avessas, nada que esteja tão bom que não possa melhorar, tive a felicidade ter o professor Michael Daian Pacheco Ramos, colega de trabalho na UNEB e amigo de longa data, desde os tempos de calouros na graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana, como “sócio” nessa missão de amplificarmos o poder das pesquisas sobre as políticas públicas de esporte e lazer da região, através de orientação de monografias e de PIBIC.

E foi numa dessas que Nilton Soares César Santos, aluno notável começou, desde aquela disciplina da graduação (ainda um chamariz para angariar alunos para a pesquisa sobre políticas públicas), a se interessar pela temática.

Orientado por Michael, Nilton produziu esta obra, que nem de longe parece um trabalho de conclusão de curso de graduação. Tive a honra de fazer parte da sua banca de defesa e disse na ocasião o que aqui fica eternizado, que poucas vezes vi uma dissertação de mestrado com o mesmo rigor, a mesma qualidade e profundidade que o trabalho dele.

O que eu e Michael temos sempre zelado é ao iniciar a orientação de um novo aluno sobre o tema das Políticas públicas de esporte e/ou lazer, solicitar como leitura obrigatória os trabalhos anteriormente produzidos pelos colegas, que hoje felizmente já compõem um material acadêmico vasto, de qualidade e riquíssimo para compreender os diversos aspectos referentes as políticas públicas de esporte ou lazer das cidades da região do Piemonte da Diamantina.

Para os alunos a lição de que sim, podemos produzir ciência de qualidade e socialmente referenciada e que parafraseando uma frase atribuída ao grande físico Isaac Newton “Se eu vi mais longe, foi por estar sobre ombros de gigantes”.

E 2 desses gigantes, que fizeram o mesmo caminho anteriormente, estão aqui assinando esse livro, que com certeza irá contribuir imensamente, não só com as futuras pesquisas que vierem sobre a temática, mas também ajudará a população e os representantes do poder executivo e legislativo do município de Jacobina a orientarem melhor o caminho que o esporte como direito social deve ter para o futuro da cidade.

Assim, desejo a todos uma ótima leitura.

Osni Oliveira Noberto da Silva
Professor da Universidade do Estado da Bahia

1 INTRODUÇÃO

Este livro é derivado de um trabalho de conclusão de curso em Educação Física, apresentado no Departamento de Ciências Humanas da Universidade do Estado da Bahia-Campus IV, que tem como tema Diagnóstico das políticas públicas de esporte na cidade de Jacobina: Uma análise documental entre os períodos de 2007-2016.

O esporte é um direito previsto na Constituição Federal do Brasil, porém a garantia deste direito vem enfrentando uma série de barreiras para que seja efetivado. Nesta perspectiva, percebe-se que boa parte das pessoas ficam reféns da falta de políticas públicas que fomentem a prática esportiva.

O fator econômico é um dos principais obstáculos que o cidadão enfrenta para ter acesso aos diversos esportes existentes, pois a maioria da população localiza-se na base da pirâmide financeira, tendo que utilizar o seu salário para suprir as necessidades básicas da instituição familiar.

No Brasil percebe-se de maneira clara a monocultura do futebol explorada e difundida principalmente pela mídia televisiva, enfatizando o Brasil como o país do futebol. Porém é sabido que o esporte não se limita apenas ao futebol, e já que o esporte é um direito de todos independentemente de raça, religião, gênero e classe social este deve ser garantido através de políticas públicas que se efetivem.

A falta de acesso a diversidade esportiva se dá pela falta de políticas públicas que fomentem o esporte de maneira igualitária. Percebe-se que o acesso a outros esportes que não seja o futebol fica mais evidente no período de formação escolar, onde fica evidenciado que a Educação Física escolar que tem o esporte

como conteúdo, busca ampliar o conhecimento acerca dos esportes, mas acaba maioria das vezes limitando-se a prática do futsal, basquete, vôlei e handebol que são praticados em espaços físicos apropriados que são as quadras poliesportivas. Desta forma estes equipamentos são construídos não só nas instituições educacionais, mas também distribuídas nas cidades brasileiras, onde as atividades podem ser realizadas nos espaços públicos destinados para tal.

A construção de espaços destinados para o esporte e também para o lazer esportivo surge como uma das formas de atenuar o abismo que a maioria da população tem em relação a temática. Deste modo, a criação destes espaços através das políticas públicas, contribuem para que as pessoas que não tem acesso a clubes e a outros tipos de instituições que tenham espaços para prática esportiva, como quadras poliesportivas, pratiquem atividades esportivas nos bairros onde moram e perto de suas residências.

De modo geral quando as políticas públicas de esporte limitam-se apenas na criação e construção dos espaços esportivo, na maioria das vezes estes ficam subutilizados e mercê de vândalos que destroem as estruturas, ficando sem atender ao propósito, pois segundo Marcellino (2006) a construção de equipamentos não é a única medida cabível para atender os anseios da comunidade, estes espaços devem estar destinados para o propósito original. Desta forma, as políticas públicas de esporte devem ser dirigidas para os espaços, na forma de projetos que façam com que a população se aproprie dos espaços de maneira a dar ao verdadeiro significado de espaço destinado para o esporte ou para o lazer.

Atualmente, podemos perceber que o número de trabalhos acadêmicos referente as políticas públicas de esporte e lazer vem crescendo no intuito de diagnosticar a situação de municípios e até mesmo de regiões em relação a temática. Diante disto, identificamos no campus IV da UNEB, os trabalho de Costa (2013) intitulado Políticas Públicas de Esportes no Município de Serrolândia-Ba e o trabalho de Souza (2015) que o intitula seu trabalho como: Políticas Públicas de Esporte em Capim Grosso 1985-2015: Uma Análise Documental, que fazem referência a temática aqui desenvolvida, o que nos traz a certeza que o tema vem sendo discutido de forma relevante no processo da pesquisa voltada para diagnósticos da região na qual o campus está inserido.

Trazendo a discussão acerca das políticas públicas de esporte e gestão municipal para a realidade da cidade de Jacobina-BA, venho observando de maneira sutil a subutilização e a deterioração dos espaços destinados as práticas esportivas, surgindo assim a inquietação como cidadão morador de Jacobina e também como estudante de Educação Física, vejo a necessidade de pesquisar sobre a temática para fazer uma análise de como as políticas públicas de esporte se constituem no município, com o intuito trazer à tona o que vem sendo feito na cidade de Jacobina-BA em relação ao esporte.

Diante do que foi dito acima surge o problema de pesquisa que é: Como as políticas públicas de esportes vêm se constituindo na cidade de Jacobina no período de 2007 a 2016?

Nesse sentido, nosso objetivo geral foi: compreender como as políticas públicas de esporte foram se constituindo no período entre 2007-2016 na cidade de Jacobina. Tendo como objetivos específicos que deram aporte para elucidação do

problema de pesquisa: 1) Elencar e analisar documentos dos poderes legislativo e executivo que tratem sobre o esporte; 2) identificar as estruturas físicas dos espaços públicos construídos para a prática do esporte e 3) relacionar as políticas públicas de esporte e a utilização dos espaços públicos.

A presente pesquisa tem como justificativa a minha inquietação em relação a forma como as políticas públicas de esporte em Jacobina vem se constituindo e a situação dos espaços públicos destinados para o esporte da cidade. Pois, como cidadão Jacobinense não vejo mobilização por parte do governo municipal para promover o esporte (através de profissionais formados na área) nos espaços públicos. Isto torna-se mais inquietante, quando identificamos que na cidade de Jacobina há um curso de formação de professores de Educação Física.

Assim sendo, este trabalho torna-se relevante, pois identificamos em uma breve análise das monografias do colegiado de Educação Física uma concentração de estudos no campo da: atividade física e saúde coletiva e no campo escolar. Desta forma, esta pesquisa irá contribuir para a necessidade de aprofundar os estudos no âmbito dos trabalhos que investigam as políticas públicas.

Nesta perspectiva o curso de Educação Física não possui ainda nenhum estudo sobre a temática em relação ao tema escolhido em relação a cidade de Jacobina (BA). Logo vejo que este estudo pode levar os colegas de curso a refletirem acerca da temática para que estes possam desenvolver estudos e até mesmo projetos para serem realizados nas comunidades a que pertencem.

Sendo o esporte um direito do cidadão brasileiro, a população de Jacobina deve conhecer o cenário das políticas públicas de esporte em nossa cidade, para que esta possa fazer

cobranças a medida que os estudos venham trazer à tona a realidade sobre o esporte que está sendo ou não promovido pelo poder público municipal, pois penso que o gestor municipal deve diminuir este abismo que existe entre a comunidade e o esporte, realizando projetos utilizando os espaços públicos destinados para modalidades esportivas espalhados nos bairros de nossa cidade promovendo o bem estar físico e mental da comunidade de forma qualitativa.

Enfim, a referida pesquisa elenca informações que irão contribuir para o processo de esclarecimento da população e dos acadêmicos sobre a temática, levando estes últimos a refletirem sobre uma possível intervenção juntamente com o poder público em regime de parceria na elaboração e execução de projetos de esporte voltado para a população da cidade de Jacobina.

Quanto ao seu objetivo, este trabalho se classifica como um estudo do tipo exploratório que tem o intuito de revelar como a gestão municipal traça as políticas públicas de esporte no município de Jacobina- (BA), pois segundo Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como objetivo tornar o problema mais claro no sentido de divulgá-lo.

O estudo apresenta um delineamento de pesquisa documental, pois segundo Gil (2002) a pesquisa documental utiliza materiais que não foram analisados de forma que venha a contribuir para determinada pesquisa.

Nesse sentido, foi realizado um levantamento e análise de documentos dos poderes executivo e legislativo no que se refere as políticas públicas de esporte na cidade de Jacobina entre o período de 01 de janeiro de 2007 a 29 de fevereiro de 2016, em especial a: Lei Orgânica do Município, leis vinculadas à temática do esporte, os requerimentos e indicações atrelados ao esporte.

Além disto, realizamos um diagnóstico sobre os espaços públicos (quadras poliesportivas, ginásio de esporte municipal, estádio municipal e campos de várzeas) destinados a prática de esportes. Esse diagnóstico foi realizado através de registros fotográficos.

A pesquisa foi realizada no município de Jacobina, que tem uma área territorial 2.358,690 km², localizada na região norte da Bahia, no extremo norte da Chapada Diamantina, onde segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, referentes ao censo demográfico do ano de 2010 informa que o município tem uma população de 79.247 habitantes, contando ainda com uma projeção populacional estimada em 83.435 habitantes para o ano de 2016.

A coleta de dados foi realizada com base nas fontes documentais referente ao estudo disponíveis na Câmara Municipal de Jacobina, Prefeitura Municipal de Jacobina e seus respectivos sites institucionais e nos espaços públicos de esporte.

Foram analisados apenas os documentos (leis, decretos, indicações e requerimentos) dos poderes executivo e legislativo que tenham vínculo com políticas públicas de esporte no período de 01 de janeiro de 2007 a 29 de fevereiro de 2016. Este período foi escolhido baseado no acesso dos documentos no formato virtual, já que o Diário Oficial do Município de Jacobina havia sido criado e tinha iniciado sua primeira edição tanto física como virtual no dia 29 de setembro de 2006, regulamentado pela Lei Municipal nº 769/2006. Neste mesmo aspecto, no que diz respeito ao formato dos documentos, os mesmos só estavam disponíveis a partir do mês de janeiro de 2007 na Câmara de Vereadores de Jacobina. Diante disso a facilidade em realizar pesquisa nestes documentos através da informática foi fator essencial para escolha

do período a ser estudado, já que o material na forma física demandaria um tempo bem maior para a análise das políticas públicas.

Foram avaliados apenas os espaços públicos destinados para prática esportiva da sede do município de Jacobina excluindo zona rural, povoados e distritos pertencentes ao município, excluindo também espaços vinculados as escolas e colégios públicos os quais a população em geral não tem acesso.

No primeiro momento da pesquisa, iniciamos a coleta dos dados nas edições do Diário Oficial do Município-DOM, que tem uma média de 250 edições por ano, retirando destas todas as informações que faziam referência a política pública de esporte no município de Jacobina. No segundo momento coletamos as informações do Poder Legislativo na Câmara de Vereadores, onde nos cederam as informações acerca de todas as temáticas discutidas naquela casa, material que foi colocado numa mídia digital, de onde foram retirados os documentos relacionados as políticas públicas de esporte para processo da pesquisa documental.

Depois da coleta dos documentos, identificamos os espaços públicos de esporte, realizando um registro fotográfico com uma máquina digital Kodak modelo C 122 com 8.1 megapixels, no período entre março e setembro de 2016. O registro fotográfico foi realizado para apresentar as estruturas físicas para o esporte na sede do município de Jacobina. Em tempo, lembramos que não realizaremos análise estrutural com base na ABNT, porém iremos tecer comentários sobre as condições das estruturas dos equipamentos identificados.

A análise dos dados foi através da análise de conteúdo de que consiste em um conjunto de técnicas que buscam dar

significados aos dados através da inferência, sendo o processo de análise dividido em três períodos que são: O primeiro, a pré-análise que é a organização propriamente dita da análise, tendo a pré-análise três missões que são: a escolha dos documentos para análise, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores para fundamentar a interpretação final. O segundo período da análise é a exploração do material que nada mais é do que administrar o material encontrado, organizando este de forma que se possam ser validados no terceiro período da análise que é o tratamento dos resultados obtidos e interpretação que consiste na síntese e seleção dos resultados dando significados através da interpretação (BARDIN, 1977).

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

Neste capítulo serão apresentados aqui, um breve relato quanto as Políticas Públicas de Esporte no Brasil, bem como trabalhos de pesquisa realizados em cidades baianas acerca da temática.

2.1 Políticas Públicas de Esporte no Brasil: um breve histórico

O esporte é um direito social estabelecido em lei através da Constituição Federal (BRASIL, 1988), promulgada no dia 05 de outubro de 1988, no capítulo VI, seção III, como podemos ver a seguir:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I – a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III – o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1o O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2o A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3o O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BRASIL, 1988, p. 120).

Contudo, entendemos que o Estado brasileiro principalmente no início do século XX apresentará uma relação com o esporte, a qual podemos apontar que são os primeiros esboços das políticas públicas de esporte no Brasil.

Podemos apontar como o marco inicial das políticas públicas de esporte no Brasil a partir dos estudos de Castellani Filho (2013) na era Vargas. Neste período, o esporte era regulamentado por um sistema de Confederações esportivas, onde uma ou mais confederações poderiam interferir na mesma modalidade esportiva.

Esse fato acarretou uma situação constrangedora para o Brasil em uma disputa internacional, onde a equipe brasileira obteve um resultado ruim por contas de disputas entre as federações esportivas do Rio de Janeiro e São Paulo, quando atletas paulistas foram proibidos de compor a seleção nacional. Portanto, diante desse fato, Getúlio Vargas exige a unificação do controle do Estado sobre o esporte surgindo o primeiro decreto-lei de nº 3.199/1941 criando o Conselho Nacional de Desportos que regulamenta a relação do Estado brasileiro com o esporte (CASTELLANI FILHO, 2013).

O Decreto Lei 3.199/1941 segundo Castellani Filho (2013) tinha o objetivo normatizar o esporte nacional, disciplinando a relação com o interesse estatal, tarefa que foi dada ao então Ministro da Justiça João Lyra Filho.

As confederações esportivas criadas na época tinham que passar pelo crivo do Estado que tinha o Conselho Nacional de

Desportos como órgão máximo regulador do esporte brasileiro, como podemos no texto transcrito da lei:

Art. 17. As atribuições de cada confederação, assim como sistema de sua organização e funcionamento, deverão ser definidos nos respectivos estatutos.

Parágrafo único. Os estatutos iniciais de cada confederação, e as suas sucessivas reformas, só entrarão a vigorar depois de aprovados pelo Conselho Nacional de Desportos, em parecer homologado pelo Ministro da Educação e Saúde (BRASIL, 1941).

Na época houve apenas uma oposição ao decreto lei por parte do Capitão Silvío de Magalhães Padilha, pois o mesmo verificou que o decreto contrariava os interesses de uma estrutura esportiva que já existia em São Paulo. Diante disso o Capitão Padilha que era bastante respeitado no meio militar e esportivo teceu duras críticas ao novo sistema, no jornal Diário da Noite publicada em 01 de julho de 1943 (BUENO, 2008).

Ainda neste período, constata-se que o único avanço para o esporte foi o Decreto-Lei n.º 9.912/46 que trouxe ao Presidente da República a atribuição da construção de praças de esportivas de todas as modalidades (BRASIL, 1946).

Um avanço que pôde ser notado no final da década 60 foi o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969 que instituiu a Loteria Esportiva Federal, direcionando dos seus rendimentos líquidos a proporção de 30% para programas de Educação Física e atividades esportivas (BRASIL, 1969). Logo depois no ano de 1971, o Decreto-lei 68.703 de 03 de junho de 1971 reorienta a distribuição, repassando ao Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), que por sua vez destinaria 1/3 (um terço) para o Conselho Nacional de Desportos, a ser aplicado no desenvolvimento das

atividades esportivas de iniciativa das entidades sujeitas à sua indicação e 2/3 (dois terços) para o Departamento de Desportos e Educação Física, que os aplicará em programas de Educação Física e atividades esportivas estudantis (BRASIL, 1971).

Castellani Filho (2013) aponta que este modelo de estruturação do esporte concebido na década de 40 perdurou até a década de 70, onde o Estado mantinha uma linha conservadora e de intervenção voltada para a verticalização de determinada modalidade esportiva sem que esta se relacionasse com outra modalidade, objetivando assim o esporte de alto rendimento. O esporte era regido em um paradigma no formato de pirâmide em que a base e o seu centro serviram apenas como um sistema de quantificação de onde seriam retirados os talentos que fortaleceriam as equipes nacionais nas competições internacionais. Este modelo prevaleceu também no campo escolar na busca de atletas que se destacassem para representar o Brasil no exterior.

Na metade da década de 1970, a lei nº 6.251/1975 é criada para ditar as novas diretrizes do esporte brasileiro, porém esta mantém o caráter conservador e interventor do Estado em período de exceção do regime militar que perdurou durante vinte anos. Esta nova lei mantém normas da lei de 1941, modernizando-se apenas em relação ao marketing e ao esporte classista, este último de forma amadora com competições organizadas por Federações do Brasil (CASTELLANI FILHO, 2013).

No período do regime militar, houve o resgate ao apelo nacionalista, onde o esporte foi utilizado pelo governo como forma de seleção dos mais habilidosos, em busca do alto rendimento, transformando a Educação Física em um instrumento de seleção utilizando principalmente o esporte escolar e de massa para atingir

o objetivo que era o rendimento (DARIDO, 2003 *apud* BUENO, 2008, p.133).

Nesta perspectiva o Brasil tinha um “pseudo-sistema esportivo”, pois a legislação centralizava o esporte para federações, visando o alto rendimento, deixando de lado o esporte enquanto lazer, por haver nenhuma normatização em relação a este. (CASTELLANI FILHO, 2013).

É só a partir de 1988 que o esporte começa a ter uma nova caracterização, onde o mesmo surge como direito social previsto na Constituição Federal, como mencionado anteriormente neste texto.

No entanto na década de 1990 o esporte ganha uma nova roupagem no que diz respeito a sua organização, onde este deve ser administrado por entidades de direito privado e personalidade jurídica. Entidades estas que não querem a intervenção do Estado, porém não sobrevive sem o dinheiro público. Esta condição foi normatizada pela Lei Zico 8.672/1993 onde a intervenção estatal ficava apenas na destinação de recursos para sua gestão (CASTELLANI FILHO, 2013).

O Estado continua sendo o responsável pela maior fatia financeira para o esporte, sem poder intervir de outra forma por causa da condição jurídica das entidades esportivas, situação que foi garantida pela Lei Pelé 9615/1998, que foi compreendida como uma série de pequenas alterações da Lei Zico. Este paradigma manteve-se até o início do século XXI (CASTELLANI FILHO, 2013).

A partir do ano de 2003, no então Governo Lula, o esporte sai de uma estrutura organizacional anterior, onde o esporte era englobado em outros ministérios e secretarias juntamente com outras temáticas, ganhado o seu próprio ministério (CASTELLANI FILHO, 2013).

Nesta perspectiva havia uma expectativa de mudança, onde o esporte sairia do modelo piramidal voltado para o rendimento e fosse reconhecido com direito social e parte da cultura do povo. As expectativas eram de que o governo criasse políticas públicas que garantissem o acesso ao esporte enquanto direito social, independentemente do nível socioeconômico (CASTELLANI FILHO, 2013).

Castellani Filho (2013) afirma em seu trabalho que os anos se passaram e o Governo Lula entra no segundo mandato e percebe-se que os anos não foram suficientes para que se fosse quebrada a barreira do esporte enquanto mercadoria que só pode ser apropriada pelos que tem o poder aquisitivo que permita consumi-lo, restando aos que não tem condições financeiras para consumir o produto de primeira, o consumo do subproduto.

Castellani Filho (2013) aponta ainda que no primeiro mandato do Governo Lula, a gestão trazia políticas sociais esportivas, porém orçamento não era suficiente para que o Ministério do Esporte formalizasse seus projetos sociais como uma política social. Diante dessa afirmação Castellani Filho (2013) traz o exemplo do projeto social Segundo Tempo, que não é possível dá status de política social, pois como já mencionado anteriormente, no que diz respeito a questão orçamentária, era impossível implementar de forma abrangente em todos os estados da federação. Diante disso, foi possível notar que o projeto Segundo Tempo era motivo de orgulho e propaganda no Governo Lula que divulgava que quase 2 milhões de crianças, tinham sido atendidas por este, porém um número muito pequeno que não chegava a 15% do público alvo, o que demonstrava a limitação do governo em promover o esporte para o público infante-juvenil.

Para Castellani Filho (2013) houve avanços significativos para o esporte enquanto elemento da cultura do povo, porém era

preciso ainda dar ao esporte uma ressignificação que daria sentido a ele, numa perspectiva emancipatória, que vai além do acesso a este.

Outro programa do governo federal foi o Esporte e Lazer na Cidade, que apesar da grande inovação em relação ao processo de ressignificação do esporte, trazia ainda o problema orçamentário junto a ele, sendo este efetivado de maneira tímida em relação ao projeto Segundo Tempo que contava com uma verba bem maior. Diante disso, o Governo Lula em seu primeiro mandato e nos dois primeiros anos do sendo mandato, por razões principalmente relacionadas ao orçamento, não conseguiu fazer com que o esporte chegue de maneira eficaz para o grande público. O esporte nesta perspectiva, ainda continua conservador, através da intervenção do Estado que induz a política pública para o alto rendimento através da representação nacional, ratificado pelo que supõe a realização dos grandes eventos esportivos como os Jogos Pan-Americanos, a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos, atendendo assim os interesses das entidades jurídicas de direito privado como: Comitê Olímpico Brasileiro (COB), o Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), as confederações, federações e os clubes, entidades estas que vem determinando a direção das políticas públicas de esporte do Brasil, mantendo a mesma força de outrora, mais um apoio maior do governo nas suas ações (CASTELLANI FILHO, 2013).

Neste sentido, Castellani Filho (2013) afirma que o Brasil tem uma política de esporte, onde o Estado intervém no sentido de reforçar a ideia do esporte como um produto da economia brasileira, chegando a representar quase 4% do Produto Interno Bruto (PIB), deixando de lado o esporte enquanto fenômeno social e parte da cultura corporal do povo. A forma estruturada das entidades de personalidade jurídica de direito privado vem

determinando este modelo que está posto, sendo este financiado por muito dinheiro público.

Neste contexto, Castellani Filho (2013) afirma que nunca existiu tanto dinheiro público gasto com alto rendimento, advindo principalmente da Lei Piva, Lei de Incentivo ao Esporte, Timemania, recursos do Estado gasto com patrocínio de clubes e atletas, além do próprio orçamento do Ministério do Esporte.

A renúncia fiscal é algo que tira a responsabilidade do Estado na implementação de políticas sociais. O fato é que este tipo de financiamento parte do princípio que o protagonista do programa sempre irá captar dinheiro suficiente para a implementação das ações para o esporte (CASTELLANI FILHO, 2013).

Quando falamos de orçamento para o esporte, é preciso dizer que este é ínfimo em relação ao orçamento da União. Podemos dar como exemplo o ano de 2006, onde a verba representava 0,021% do orçamento da União. Deste valor, a fatia maior foi para projetos voltados para a performance como: Bolsa Atleta e os Centros de Excelência Esportiva (Rede Cenesp). Neste aspecto, o que sobrava era muito pouco para garantir o esporte previsto na Constituição de 1988 (CASTELLANI FILHO, 2013).

Para se ter uma noção, com pouco tempo de vigência da Lei de Incentivo ao Esporte, as entidades que conseguiram mais recursos foram o COB, CPB e o São Paulo Futebol Clube. Neste movimento a população brasileira vem renunciando os recursos públicos desde 1940, em benefício daquilo que constitui a base de estrutura do esporte brasileiro (CASTELLANI FILHO, 2013).

As Conferências Nacionais de Esporte são as ações que ainda dão forças para aqueles que têm uma visão mais ampla sobre o esporte, com a configuração de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

A construção de um Sistema Nacional de Esporte E Lazer, implica no debate e decisão de qual modelo de gestão queremos para o esporte: A autoritária e conservadora que aí está ou uma gestão democrática, de participação popular. A Construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer implica ainda na identificação de quem e quais são seus agentes, definindo atribuições e responsabilidades, bem como quem seria responsável pela formação dos trabalhadores do esporte. As universidades, as ligas, as faculdades de Educação Física? (CASTELLANI FILHO, 2013).

Castellani Filho (2013) faz um alerta ainda em relação orçamento, fazendo indagações que vão desde a sua captação até a sua destinação. Mudanças devem ser feitas para não ficarmos assistindo os recursos públicos indo para os cofres das instituições de personalidade jurídica de direito privado.

Como podemos ver o Estado vem ao longo dos anos direcionando sua atenção para o esporte de rendimento, apesar de haver várias mudanças de gestão e regime político ao longo dos anos. É preciso estabelecer diálogos, debates, para que o Sistema Nacional de Esporte e Lazer que vem sendo construído traga dias melhores para que possamos usufruir de maneira igualitária do esporte enquanto direito social.

2.2 Diálogos contemporâneos sobre políticas públicas de esporte na Bahia

O número de pesquisas relacionadas com a temática de políticas públicas de esporte vem crescendo nos últimos tempos, o que nos levou a buscar e identificar estas, realizadas no território baiano. Diante disso trouxemos aqui alguns trabalhos para que possamos entender o que está sendo feito em relação as políticas públicas de esporte em cidades baianas, nas quais houveram

trabalhos realizados como forma de trazer um diagnóstico sobre estas, bem como o que está sendo discutido acerca das políticas públicas.

No trabalho de Costa (2013) intitulado Políticas Públicas de Esportes no Município de Serrolândia-Ba, podemos perceber a preocupação do autor em diagnosticar o que vem sendo realizado acerca das políticas públicas de esporte no município de Serrolândia-Ba. Diante dos seus achados, o autor coloca a temática como “um campo tão aberto a inserção de novas ideias que poderiam gerar práticas bem-sucedidas” (COSTA, 2013, p. 59).

A afirmação acima vem quase com um desabafo do autor, em relação a atuação tímida por parte do Poder Legislativo na confecção de leis, bem como na falta de projetos e cobranças ao poder Executivo para efetivação das políticas públicas naquele município.

Em seus achados, Costa (2013) revela através de fotografias e relatos o sucateamento de alguns espaços públicos para pratica esportiva no município, bem como identifica a construção de um novo equipamento e a reforma de espaços salientando a demora das obras de recuperação destes espaços. Para o autor, a falta de estrutura, bem como a faltas de projetos que deem significado e levem a apropriação dos espaços públicos, trazem a subutilização e depredação destes, já que o poder público não traz incentivo para estimular a pratica esportiva, consequentemente levando este ao descrédito junto a população, como podemos ver em seu pensamento a seguir:

As condições precárias das quadras que pudemos notar até aqui, só vem reforçar a falta de crença de uma população que cada vez mais desacredita na capacidade e no interesse de nossos gestores

públicos, eleitos para defender as causas da população. Isso tem tornado a situação em um círculo vicioso onde a população não zela por não ter o devido esclarecimento que os custos da construção/reforma daquele bem provém de seu próprio bolso. Já aqueles que representam o povo, não fazem questão que estes tenham conhecimento de seu verdadeiro poder, pelo contrário, trabalham cada vez mais para manter a população ociosa na reivindicação por seus direitos (COSTA, 2013, p. 37).

O autor traz ainda no seu trabalho a visão limitada por parte de membros do poder público, na justificativa para captação de recursos públicos para a construção de espaço esportivo, onde a construção de um espaço para prática esportiva seria algo que manteria os jovens longe da criminalidade. Diante deste alerta, Costa (2013) informa que a marginalidade não é fruto apenas da falta da atividade esportiva, mas a falta de um conjunto de políticas públicas que não são promovidas, como podemos ver no trecho transcrito do seu trabalho:

Vale frisar que as origens da marginalização social são problemas ainda mais complexos que a falta de opção da prática esportiva. A importância de ter locais propícios para praticar um esporte já é algo indiscutível tendo em vista o reconhecimento dessa questão através de nossa Constituição. Contudo, sabemos que a simples construção de um espaço sem uma política coerente de utilização não necessariamente será capaz de se tornar uma alternativa atraente fazendo com que os jovens pratiquem um esporte e não se desviem para o mundo das drogas e do crime (COSTA, 2013, p.45).

Costa (2013) afirma ainda que não a como negar avanços principalmente ligados a reforma de espaços, porém a limitação ainda é grande em relação a confecção de projetos que possam ser desenvolvidos nestes espaços, como forma de continuidade na promoção do esporte no município.

Por fim Costa (2013) expõe que deve haver o envolvimento da população junto ao poder público, para que se possa avançar a respeito da temática no município, como podemos ver no trecho do trabalho transcrito abaixo:

Acreditamos que a articulação entre os poderes municipais e a população, para o planejamento das ações do município através de fóruns de debate, a criação de um conselho municipal de esporte, poderiam ser importantes mecanismos para o sucesso na utilização não só dos novos espaços esportivos, mas também na distribuição dos recursos financeiros (COSTA, 2013, p.60).

Outro trabalho que merece destaque é o de Souza (2015) que o intitula seu trabalho como: Políticas Públicas de Esporte em Capim Grosso 1985-2015: Uma Análise Documental.

O trabalho de Souza (2015) traz uma série de apontamentos acerca das políticas públicas de esporte no município de Capim Grosso-Bahia. O mesmo inicia sua análise a partir da primeira Lei Orgânica do Município, onde o mesmo identifica que o esporte poderia ser contemplado através da citação que a lei faz a Educação Física, pois a referida lei não traz a palavra esporte no seu texto, porém como este é um dos conteúdos da Educação Física poderia ser abordado a partir daí, como podemos ver na sua afirmação:

No entanto, apesar de haver uma relação, não se pode ter a ideia de que falar de Educação Física é o mesmo que falar de Esporte. Quando se fala em EF deve-se compreender que está se fazendo referência a um extenso campo de conhecimento e ações dotado de muitas definições. A EF tem o esporte como um de seus muitos conteúdos, entretanto, falar de esporte não é falar de Educação Física e vice-versa (SOUZA, 2015, p.35).

Apesar de entender que um está contido no outro, o mesmo reflete que a dimensão que o significado do esporte é bem mais amplo do que o simples conteúdo. Diante disso Souza (2015) sugeriu mudanças na lei, a fim de dar mais clareza nesta a respeito do esporte e nos seus futuros desdobramentos.

Mais adiante Souza (2015) identifica mudanças significativas na LO, sendo ela o incentivo ao desporto educacional, apoio ao esporte amador e as intuições esportivas e atendimento especial a pessoas com deficiência no que diz respeito ao esporte principalmente no âmbito escolar. No entanto, o mesmo afirma que os espaços para que isso se garanta era insuficiente.

No seu trabalho, Souza (2015) conseguiu identificar apenas 09 leis com exceção da LO que tratam do esporte no município de Capim Grosso, em um período de 30 anos que faz parte do recorte temporal do seu trabalho. Em sua análise, Souza (2015) chama atenção para criação da Secretaria de Esportes no município, que apesar de ser facultado aos municípios a elaboração de sistemas esportivos, esta vem quase como uma estratégia de garantia de direitos através de uma pasta de gestão específica, porém mesmo com a grande importância de ter uma secretaria específica a mesma é extinta anos depois. Para o autor

a mesmo se sabendo desta importância ela por si só não garante a promoção do esporte como podemos ver seguir:

É sabido que a existência de uma Secretaria de Esportes não garante por si só uma melhor atuação do poder público nesse setor, para isso é necessário também que pessoas qualificadas, com formação acadêmica e técnica sejam componentes da Secretaria, já que as ações desta devem ser minuciosamente planejadas e isso não é possível de ser feito sem conhecimento para tal (SOUZA, 2015, p. 44).

Ao contrário de Costa (2013), Souza (2015) encontra um número bem maior de documentos relacionados com o Poder Legislativo, no caso indicações e requerimentos realizados ao longo dos anos, porém o mesmo faz uma observação quanto a lacunas temporais, onde não encontra documentos, demonstrando a ínfima participação do legislativo. Percebe-se nestes documentos, o foco maior é em relação a reforma e construção de espaços para prática esportiva.

Outro ponto no trabalho de Souza (2015) que deve ser ressaltado é o alerta que o mesmo faz em relação a visão que os membros do Poder Legislativo têm a respeito da temática, quanto a perpetuação do futebol nas suas ações, como podemos ver:

Com base nos dados coletados foi observado também que a visão limitada dos legisladores de outrora, quando se trata de esportes diferentes do futebol e suas variações, está sendo posta por terra, já que existem projetos direcionados para outras vertentes esportivas, indo de encontro à prioridade historicamente dada ao futebol no Brasil e

representando um avanço acerca da popularização e consequente democratização no acesso da população a outros esportes (SOUZA, 2015, p. 52 -53).

Souza (2015) identifica e apresenta em seu trabalho os espaços públicos para prática esportiva no município, onde o mesmo mostra a deterioração de estruturas o que confirma o distanciamento do Poder Público na manutenção e reforma dos espaços públicos para o esporte, bem como a falta da garantia de direitos como a acessibilidade demonstrada através do registro fotográfico feito pelo autor.

Souza (2015) traz também em seu em seu estudo a discussão do orçamento referente ao esporte onde o mesmo só conseguiu identificar informações do período relativos aos anos de 2006 a 2015, pois estes eram o que estavam disponíveis para visualização. Neste movimento, o autor informa que avanços existiram principalmente no encaminhamento de verbas para construção de espaços, aquisição de material, porém o ele afirma que este avanço para se fazer eficaz deve ser acompanhado da presença de profissionais de Educação Física é de fundamental importância para o fomento do esporte, o que não vem sendo feito.

Por fim Souza (2015) relata das dificuldades encontradas, principalmente na busca de dados referentes a gestões anteriores a atual, o que compromete uma análise histórica sobre o tema, más mesmo diante destas dificuldades, acredita que pode notar avanços nas efetivações das políticas públicas no município, contudo ainda são insuficientes devido a demanda populacional do município.

Já no trabalho de Bastos (2012), intitulado Políticas Públicas para o Esporte e Lazer em Ubaíra/Ba: Desafios e

Possibilidades da Gestão no Período de 2009 a 2011, a autora inicia seu estudo a partir da Lei Municipal nº 371 de 28 de novembro de 2008 que aloca o esporte junto a outras temáticas, ficando o mesmo na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer, Turismo e Meio Ambiente.

Dentro do contexto histórico das políticas públicas de esporte em Ubaíra, Bastos (2012) ressalta que estas trazem junto a elas uma série de outras ações que trazem o desenvolvimento para o município como podemos ver em sua afirmação:

A relevância da pesquisa permitiu ingressar no contexto histórico e social do município, refletir como ocorrem as políticas públicas de esporte e lazer, uma vez que essas práticas são produtoras de novos espaços, constitui um importante instrumento transformador e criador de novas relações, contribuindo ainda para a geração de renda, integração, mobilidade social e, principalmente, enquanto uma alternativa de mudança de vida para aqueles que estão em situação vulnerável e passam a ter a possibilidade de buscar novos horizontes e perspectivas profissionais (BASTOS, 2012, p.26).

Bastos (2012) traz assim como os outros trabalhos apresentados aqui, um registro fotográfico dos espaços de esporte e lazer do município, espaços estes que ganham um novo significado para que sejam contempladas outras atividades como festejos juninos realizados em uma quadra de esportes da cidade, o que demonstra a falta de outros espaços para realização deste evento ou algo que já faz parte da cultura daquele local em relação a sua realização. Ainda no segmento dos espaços públicos ela elencar a obra de construção do ginásio de esporte como um

espaço bastante esperado pela comunidade, bem como campos de futebol de várzea aberto a comunidade.

Na pesquisa de Bastos (2012) a mesma aponta para importância de uma gestão democrática, onde as participações populares na confecção das políticas públicas são de fundamental importância, porém mesmo com esta afirmação ela não conseguiu identificar em nenhum momento este tipo de comportamento proporcionado pela gestão municipal.

Bastos (2012) também traz a tona o orçamento municipal, porém o esporte e o lazer no ano de 2009 estavam atrelados a Secretária de Educação e pelo visto a mesma não identificou um desmembramento dos valores destinados para cada temática. Como a entrevista foi um dos métodos de pesquisa coube ao gestor informar o que teria sido feito naquela gestão, onde o mesmo elencou a reforma e construção de quadras poliesportivas no município, bem como a manutenção de espaços já existentes.

Outros dados referentes a pesquisa se deu também através de entrevista com o gestor da pasta que engloba o esporte, onde o mesmo elencar atividades basicamente relacionadas com o apoio a realizações de competições no município.

Bastos (2012) afirma que além de uma estrutura física e organizacional é necessário a presença de profissionais qualificados na área para que as políticas públicas sejam efetivadas como podemos ver no trecho transcrito a seguir:

Concebemos que para existência de uma estrutura eficaz, é imprescindível a presença de profissionais, que além da formação específica para área em que irá atuar, possua habilidades no campo da gestão pública, capacidade de relacionamento humano e técnicas para elaboração de planos, projetos e programas assegurando a estruturação,

institucionalização e implementação das propostas (BASTOS, 2012, p.39).

Bastos (2012) afirma que a preocupação da gestão está direcionada para a construção e reforma dos espaços públicos para a prática esportiva, bem como estas se intensificam no período de pleito eleitoral. Outro fator que a autora ressalta é a inoperância do legislativo em relação as políticas públicas tanto na elaboração das leis como na fiscalização.

Para Bastos (2012) a falta de parceria com os governos tanto na esfera federal como na estadual enfraquecem o desenvolvimento da temática no município.

Bastos (2012) conclui sua pesquisa afirmando que existe uma carência referente as políticas públicas, que há insuficiência de planejamento nas ações por parte da gestão municipal, bem como ressalta mais uma vez a importância da implementação de um governo democrático que ouça os anseios da população.

Outro trabalho que merece destaque é o de Oliveira (2009) intitulado Política Pública em Esporte e Lazer em Alagoinhas: maneiras de ver e fazer da gestão 2001-2008, onde a autora traz reflexões a respeito do desenvolvimento do esporte no município supramencionado.

Oliveira (2009) parte do princípio que as políticas neoliberais que vem sendo adotadas no país como a descentralização, privatização e desregulamentação impactam significativamente no nas políticas de esporte e lazer causando um recuo das mesmas, causando o crescimento no processo de mercadorização do esporte.

No entanto o município de Alagoinhas foi administrado no período de 2001 a 2008 pela Frente Popular que priorizaram suas ações voltadas para o social, buscando um modelo de gestão democrática (OLIVEIRA, 2009).

Diante disso, o município, segundo Oliveira (2009) teve o privilégio de experimentar novas práticas de gestão experimentou novas práticas de gestão, com amplas possibilidades de suas ações se multiplicarem para os municípios vizinhos.

Na sua análise, Oliveira (2009) uso como um dos métodos de pesquisa a entrevista e nota que a concepção que gestor municipal tem sobre o esporte é a busca da interação social e o espírito comunitário, porém ela identifica em sua análise documental que a fala do gestor é conflitante no seu segundo mandato que traz ações que trazem à tona, ao rendimento, a seleção e conseqüentemente a exclusão e a competição.

Para Oliveira (2009) a participação popular foi para os gestores municipais a forma que mais contribuiu para a efetivação das políticas públicas no município.

Diante disso Oliveira (2009) afirma que mesmo com o avanço com a promoção de uma gestão participativa, o esporte ainda aparece nas ações do município de maneira assistencialista, bem como a falta de documentos que orientem a elaboração das políticas públicas causam fragilidade nos projetos desenvolvidos, transformando estes em ações isoladas e descontinuadas.

De modo geral os trabalhos apresentados aqui trazem algumas similaridades tanto na metodologia aplicada como nos resultados. Percebe-se que todos utilizaram a pesquisa documental para alcançar seus objetivos. Podemos perceber também que existe um descaso quanto a manutenção dos equipamentos públicos que levam a sua deterioração e subutilização, bem como a dificuldade e escassez de documentos sobre políticas públicas. Outro ponto de unanimidade nos trabalhos é a importância que se deve dar a gestão democrática bem como o emprego de profissionais formados na área para o desenvolvimento do esporte no município.

3 LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE JACOBINA ACERCA DO ESPORTE

Neste capítulo apresentaremos as informações identificadas como políticas públicas de esporte, bem como faremos os devidos comentários sobre as mesmas.

3.2 A Lei Orgânica do Município de Jacobina e o Esporte

A Lei Orgânica é a maior lei em vigor no município, ela serve para organizar este, como se fosse uma pequena constituição. Na lei orgânica de Jacobina, o esporte está inserido no capítulo VI, seção II, dos artigos 251 ao 259 como podemos observar:

Art. 251 - O Município apoiará e incentivará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de todos, observados os princípios da Constituição Federal.

Parágrafo único. O Poder Público Municipal apoiará e incentivará o esporte amador articulado à área da educação, cultura e lazer, como forma de integração social.

Art. 252 - As ações do Poder Público Municipal compreenderão a destinação de recursos orçamentários para o setor, com priorização:

I - do esporte amador articulado à área da educação e cultura;

II - do lazer popular;

III - da criação e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas e para o lazer.

Art. 253 - A promoção, o apoio e o incentivo aos esportes e lazer serão garantidos pelos órgãos e

agentes da administração direta e indireta, além de outras formas previstas na Constituição Federal, principalmente mediante:

I - programas de construção, preservação e manutenção de áreas para a prática esportiva e lazer comunitário;

II - promoção, estímulo e orientação à prática e difusão da Educação Física;

III - provimento por profissionais habilitados na área específica, dos cargos atinentes à Educação Física e ao Esporte, nas instituições públicas, assistidas pelo Município;

IV - reserva de áreas destinadas à prática esportiva e lazer comunitário nos programas e projetos de urbanização, moradia popular e nas unidades educacionais.

Art. 254 - O Poder Público incrementará o atendimento especializado à criança e aos portadores de deficiência física ou mental, visando à prática esportiva, prioritariamente no âmbito escolar.

Art. 255 - O Município incentivará as atividades esportivas e de lazer especiais para o idoso, como forma de promoção e integração social na terceira idade.

Parágrafo único. O Município estimulará o engajamento de todas as comunidades, inclusive os deficientes físicos, nas diversas atividades desportivas.

Art. 256 - O Município deverá incentivar o esporte amador para as pessoas portadoras de deficiência, além de organizar e fomentar competições esportivas em todos os níveis e períodos de escolarização.

Art. 257 - Fica instituído o PROGRAMA DE APOIO AO ESPORTE AMADOR a ser regulamentado em lei.

Art. 258 - O Município assegurará o direito ao lazer e à utilização criativa do tempo destinado ao descanso, mediante oferta de áreas públicas para fins de recreação e execução de programas culturais e de projetos turísticos.

Art. 259 - O Poder Público Municipal elaborará projetos turísticos de aproveitamento de potencialidades locais, ouvidas as comunidades, sociedades culturais e de preservação de recursos naturais.

Parágrafo único. Os projetos de que trata este artigo envolverão a participação democrática função dos programas estaduais, metropolitanos e intermunicipais de cultura, lazer e turismo, na valorização das aptidões locais. (JACOBINA, 2014, p. 74-76).

Como podemos observar a lei orgânica cita o esporte como direito de todos com base na Constituição Federal. Para isso o município incentivará o esporte para promoção da interação social, apoiando o esporte amador junto a outras temáticas como cultura, educação e o lazer.

A gestão municipal deverá promover o esporte através de ações como: criação e manutenção de espaços para prática esportiva e do lazer, orientação e estímulo a educação física e contratação de profissionais formados em Educação Física para promoção do esporte nas instituições públicas do município. O fato interessante é que os profissionais restringiriam os seus ensinamentos e/ou orientações para determinado público ao qual a instituição estaria atendendo.

Ainda falando sobre a lei orgânica, podemos constatar que o poder público municipal tem a preocupação de ratificar na lei o direito ao esporte das pessoas com deficiência e das crianças, que

se daria através de atendimento, principalmente na escola. Outra forma de promover o esporte que fica claro na lei, é o incentivo a competições no período de escolarização e apoio ao esporte amador para pessoas com deficiência.

Um marco interessante para promoção do esporte, previsto na lei orgânica, é a criação do Programa de Apoio ao Esporte Amador a ser regulamentado em lei. O referido programa já foi instituído com a nomenclatura de Fundo Municipal do Esporte Amador regulamentado pela Lei Municipal nº 1148/2013, a qual iremos apresentar em momento oportuno trabalho.

3.2 As ações do Poder Legislativo relacionadas as Políticas Públicas de Esporte

Neste item apresentaremos o conjunto de indicações e requerimentos realizados pela Câmara Municipal, em específico pelos vereadores, da cidade de Jacobina-Bahia no que tange as políticas públicas de esporte.

Para facilitar o entendimento os dados são apresentados a partir de cada ano dos períodos de gestão municipal. Nesse sentido, as informações das tabelas abaixo, são organizadas em três grandes períodos/gestão: a) gestão 2005 a 2008; b) gestão 2009 a 2012 e; c) gestão 2013 a 2016.

As informações sobre as indicações e requerimentos foram sintetizadas por número da indicação, assunto e autoria.

3.2.1 As indicações do legislativo na gestão 2005 a 2008

Conforme já apontamos na metodologia do trabalho, iremos desenvolver nossa reflexão a partir do ano de 2007, pois os arquivos referentes a políticas públicas de esporte (leis municipais,

indicações, requerimentos) entre 2005 e 2006 não estavam disponíveis em formato virtual, como relatamos na metodologia.

De acordo com a tabela 1 vejamos a descrição das indicações do ano de 2007.

Tabela 1. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2007 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
003/2007	Murar a quadra de esportes do Colégio Luiz Alberto Dourado de Carvalho no Bairro Jacobina III	Norma Soeli dos Santos Modesto
010/2007	Reforma recuperação do campo de futebol da comunidade de Lagoa do Timbó, região de Itaitú.	Norma Soeli dos Santos Modesto
013/2007	Reforma geral da quadra de esportes existente na Praça Joaquim Valois Coutinho, no bairro do Leader.	Norma Soeli dos Santos Modesto
016/2007	Murar o campo de futebol do Distrito de Itaitú.	Norma Soeli dos Santos Modesto
024/2007	Recuperação da praça existente na Rua Costa e Silva, Bairro Mundo Novo.	Norma Soeli dos Santos Modesto
030/2007	Ampliação nas instalações da Escola Beatriz Guerreiro no Bairro Mundo Novo.	Norma Soeli dos Santos Modesto
049/2007	Pavimentação da praça e patrolamento do campo de futebol na comunidade de Alto Alegre no distrito de Itaitú.	Milton Oliveira de Sena/ Norma Soeli dos Santos Modesto
062/2007	Pavimentação com canteiros centrais, no trecho compreendido entre o campo de futebol e o sistema de água da CERB, na localidade de Jenipapo.	Milton Oliveira de Sena
067/2007	Conclusão do campo de futebol do Distrito do Junco.	Virgilina Ferreira Neta
081/2007	Construção de uma praça com jardim, luminária e quadra de esportes no Bairro Ladeira Vermelha.	Milton Oliveira de Sena

082/2007	Construção de uma praça com jardim, luminária e quadra de esportes na Rua Ana Benta Lima no Bairro Ladeira Vermelha.	Milton Oliveira de Sena
083/2007	Construção de uma praça com jardim, luminária e quadra de esportes na Rua Humberto Cedraz no Bairro da Catuaba.	Milton Oliveira de Sena
087/2007	Construção de quadra de esportes na Rua Juscelino Kubitschek no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
088/2007	Desapropriação de uma área de terra que fica ao lado do estádio do povoado de Lages do Batata.	Milton Oliveira de Sena
094/2007	Construção de uma pista de skate na Pça. 2 de julho, nesta cidade.	Milton Oliveira de Sena
095/2007	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro da Caixa D'Água.	Milton Oliveira de Sena
096/2007	Construção de um prédio escolar com quadra de esportes na Rua do Campo no Bairro Vila Feliz.	Milton Oliveira de Sena
103/2007	Reforma geral nas instalações elétricas, hidráulicas, gramado, cabines de rádio, do Estádio Municipal José Rocha.	Milton de Oliveira Sena
132/2007	Nivelamento e construção do muro no campo de futebol de Olhos D'Água de Caatinga do Moura.	Antonio Mota Carvalho
137/2007	Construção de um campo de futebol, no Distrito de Caatinga do Moura.	Antonio Mota Carvalho
139/2007	Construção de sanitários públicos nas áreas de lazer (campos e quadras de futebol) no Distrito de Caatinga do Moura, e nos Povoados de Lagoa, Boa Vista, Roçado e Olhos D'Água de Caatinga do Moura.	Antonio Mota Carvalho
144/2007	Construção de uma praça com quadra esportiva na Rua Nova de Lagoa no Povoado de Caatinga do Moura.	Antonio Mota Carvalho
147/2007	Construção de praças com bancos e luminárias e quadra de esportes, nas seguintes comunidades, neste município: Roçado, Lagoa, Olhos D'água e Caatinga do Moura.	Antonio Mota Carvalho
180/2007	Nivelamento e melhoria do campo de futebol do Conjunto Habitacional Jacobina III.	Jane Márcia de Oliveira

181/2007	Construção de quiosques e 02 (dois) banheiros públicos na quadra poliesportiva existente em Cachoeira Grande.	Jane Márcia de Oliveira
189/2007	Cobertura com grades, reforma do muro e proteção com tela nas laterais, da quadra poliesportiva, existente em Cachoeira Grande.	Jane Márcia de Oliveira
210/2007	Construção de arquibancada no campo de futebol de Cachoeira Grande.	Jane Márcia de Oliveira
217/2007	Construção de uma quadra de esportes no Bairro Jacobina IV	Antonio Carlos Ferreira de Deus
222/2007	Seguintes beneficiamentos: lance de arquibancada, iluminação, dois banheiros, dois vestiários, muro lateral no Estádio Municipal Rinaldo Magalhães no povoado de Lages do Batata.	Antonio Carlos Ferreira de Deus
223/2007	Construção de uma quadra poliesportiva no Povoado de Lages do Batata.	Antonio Carlos Ferreira de Deus
265/2007	Efetuar a revitalização da Praça Antônio Teixeira Sobrinho (Pça. 2 de julho), realizando obras de: cobertura do ponto de táxi, melhoramento dos jardins, reforma do ponto de ônibus, reativação do posto policial com a Polícia Administrativa Municipal (PAM), reconstrução dos quiosques, reforma dos pontos comerciais, recuperação da quadra poliesportiva e dos seus equipamentos e implantação de um novo sistema de iluminação.	Hildebrando Cedraz Neto
273/2007	Recuperação da quadra de esportes localizada no Conjunto Habitacional Jacobina II.	Manuela B. L. Brandão M. Paes

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Portanto, em síntese podemos afirmar que no ano de 2007 as indicações concentram seus assuntos em: 06 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 03 indicações para reforma de quadras poliesportivas da sede do

município; 03 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 03 indicações para reforma de quadras poliesportivas em povoados do município; 02 indicações para construção de campos de várzea em povoados do município; 05 indicações para reforma de campos de várzea em povoados do município; 01 indicação para reforma de um estádio de futebol em distrito do município; 01 indicação para reforma de campo de várzea na sede do município; 01 indicação para construção de quadra poliesportiva em escola na sede do município; 01 indicação para construção de um prédio escolar com quadra poliesportiva na sede do município; 01 indicação para reformar e murar a quadra poliesportiva de um colégio do Bairro Jacobina III na sede do município; 01 indicação para desapropriação de um terreno com a finalidade de ampliação de um estádio de futebol em povoado do município; 01 indicação para reforma geral do estádio municipal na sede do município; 01 indicação para construção de uma pista de skate na sede do município; 02 indicações para reforma ou construção de praça onde existe uma quadra esportiva em ruínas. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Norma Soeli dos Santos Modesto, Milton Oliveira de Sena, Antonio Mota Carvalho, Jane Márcia de Oliveira, Antonio Carlos Ferreira de Deus, Hildebrando Cedraz Neto e Manuela B. L. Brandão M. Paes.

Já no ano de 2008 de acordo com a tabela 2 abaixo temos a seguinte distribuição.

Tabela 2. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2008 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
021/2008	Recuperação da quadra de esportes localizada no Conjunto Habitacional Jacobina II.	Manuela B. L. Brandão M. Paes
024/2008	Necessidade de cobertura com grades, reforma do muro e proteção com tela nas laterais, da quadra poliesportiva, existente em Cachoeira Grande.	Jane Márcia de Oliveira
034/2008	Construção de quiosques e 02 (dois) banheiros públicos na quadra poliesportiva existente em Cachoeira Grande.	Jane Márcia de Oliveira

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2008 foram feitas somente as seguintes indicações: 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva da sede do município; 02 indicações para reforma de quadras poliesportivas em um povoado do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Manuela B. L. Brandão M. Paes e Jane Márcia de Oliveira.

3.2.2 As indicações do legislativo na gestão 2009 a 2012

De acordo com a tabela 3 vejamos a distribuição das indicações relacionadas com as políticas públicas de esporte no ano de 2009.

Tabela 3. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2009 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
008/2009	Nivelamento e melhoria do campo de futebol do Conjunto Habitacional Jacobina III.	Noelson Oliveira de Souza
013/2009	Construção de arquibancada no campo de futebol de Cachoeira Grande.	Noelson Oliveira de Souza
015/2009	Pavimentação e construção de uma quadra de esportes na Rua Bela Vista, no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
023/2009	Construção de uma quadra poliesportiva no Povoado de Paraíso.	Clériston Moreira da Silva
033/2009	Construção de uma quadra poliesportiva no Povoado de Zé Gonçalves, Distrito do Junco.	Antônio Batista Alves
066/2009	Construção de muro e alambrado, bem como reforma do vestiário do campo de futebol em Roçado no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
079/2009	Desativação do campo de futebol do Junco para construção de uma praça poliesportiva.	Antônio Batista Alves
080/2009	Construção de campo de futebol no Junco.	Antônio Batista Alves
102/2009	Construção de vestiários e banheiros, bem como nivelamento do campo de futebol na Comunidade de Olhos D' Água de Baixo no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
109/2009	Construção de uma quadra poliesportiva no Conjunto Zuleide Pires, Bairro Manoel Ignácio Brandão Martins Paes (Mutirão).	Hildebrando Cedraz Neto
112/2009	Realização dos seguintes serviços nas localidades de Pontilhão de Cima, Pontilhão de Baixo, Canavieiras e Itapicuru: Melhoria da iluminação pública com a colocação de luminárias; saneamento básico; construção de equipamentos para esporte e lazer; promoção de eventos e incentivos culturais.	Hildebrando Cedraz Neto
113/2009	Construir muros e vestiários nos campos de futebol dos Distritos e Povoados do Município de Jacobina.	Hildebrando Cedraz Neto
136/2009	Construção de vestiários, banheiros, bem como a colocação de alambrados e murar o campo de futebol de Vicente Marques de Carvalho, no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza

140/2009	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade da Palmeirinha.	José Roberto Nascimento de Oliveira
151/2009	Construir um novo campo de futebol no Conjunto Habitacional Zuleide Pires, Bairro Manoel Ignácio.	Hildebrando Cedraz Neto
152/2009	Construção uma quadra poliesportiva no Bairro da Caieira.	Hildebrando Cedraz Neto
163/2009	Patrolamento nos campos de futebol dos bairros relacionados a seguir: Jacobina III; Jacobina IV; Caieira; Zuleide Pires; Leader; Nazaré; Jacobina II.	Hildebrando Cedraz Neto
165/2009	Readequação das calçadas das Avenidas Orlando Oliveira Pires e Lomanto Junior (margem do Rio Itapicuru), de forma a proporcional aos pedestres que utilizam as mesmas como vias de trânsito regular e aos que as utilizam como pista para Cooper.	Hildebrando Cedraz Neto
213/2009	Construção de uma arquibancada, dois vestiários e o muro do Estádio Reinaldo Magalhães, em Lages do Batata.	Gildo Mota de Almeida
214/2009	Interceder junto a Secretaria de Esportes do Estado, buscando recursos e a doação de equipamentos do Estádio da Fonte Nova para utilização no Estádio José Rocha.	Clériston Moreira Alves
219/2009	Construção de uma quadra esportiva na comunidade do Soropó.	Antonio de Souza Santos
220/2009	Conclusão da quadra esportiva no Povoado do Pau-Ferro.	Antonio de Souza Santos
243/2009	Conclusão de uma quadra esportiva na comunidade do Pau-Ferro.	Antonio de Souza Santos
245/2009	Construção de uma quadra esportiva no Bairro Novo Amanhecer.	Antonio de Souza Santos
250/2009	Conclusão da quadra esportiva na comunidade de Barroco Novo.	Antonio de Souza Santos
257/2009	Construção de um espaço cultural e esportivo no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
260/2009	Reforma da quadra poliesportiva do Distrito do Junco.	Rosilene Juvêncio dos Santos

261/2009	Solicita o retorno do funcionário que trabalhava na Praça da Matriz no Junco e que coordenava a utilização da quadra poliesportiva no turno da noite	Rosilene Juvêncio dos Santos
279/2009	Estruturação do campo de futebol municipal de Paraíso: construindo muros, vestiários, alambrados.	Clériston Moreira da Silva
280/2009	Murar o campo de futebol de Itapeipú.	Clériston Moreira da Silva
297/2009	Determinar a Coordenação de Esportes a realização, de audiências públicas no período de setembro a dezembro para a elaboração do calendário esportivo do município.	Carlos Antonio da Mota
302/2009	Conclusão da obra da arquibancada da quadra do Colégio Municipal de Jacobina - COMUJA e trabalho de jardinagem na área em volta da quadra.	Milton Oliveira de Sena
306/2009	Conclusão da quadra esportiva na Praça Nossa Senhora do Carmo, Bairro de Nazaré.	Antonio de Souza Santos
313/2009	Construção de vestiários e banheiros no campo de futebol na comunidade de Lagoa no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
349/2009	Construção de uma pista de skate numa área da Praça Dois de julho	Milton Oliveira de Sena
352/2009	Construção de uma pista de skate numa área da Praça dois de julho onde não necessite a derrubada de árvores.	Milton Oliveira de Sena
359/2009	Construção de um campo de futebol no povoado de Curral velho.	Milton Oliveira de Sena

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Portanto, identificamos que no ano de 2009 foram feitas as seguintes indicações: 04 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 06 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva em povoado do município; 02 indicações para construção de campos de várzea em

povoados do município; 10 indicações para reforma de campos de várzea em povoados do município; 02 indicações para reforma de campos de várzea na sede do município; 02 indicações para construção de pista de skate na sede do município; 02 indicações para construção de equipamentos de esporte e lazer sem denominação destes em povoados do município; 01 indicação para reforma do piso de avenida para pratica de corridas e caminhadas na sede do município; 01 indicação para intervenção do município junto a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia - SUDESB, solicitando doação de equipamentos da Fonte Nova localizado na capital baiana para implantação no Estádio Municipal Jose Rocha sede do município de Jacobina; 02 indicações para conclusão de construção de quadra poliesportiva em povoados do município; 01 indicação solicitando a volta de um funcionário que geria a quadra poliesportiva em um povoado do município; 01 indicação solicitando que o executivo determinasse a Coordenação de Esportes do município, confeccionar o calendário esportivo do município; 01 indicação para conclusão da reforma de uma quadra poliesportiva em um colégio na sede do município; 01 indicação solicitando a conclusão de uma quadra poliesportiva na sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Noelson Oliveira de Souza, Clériston Moreira da Silva, Antônio Batista Alves, Hildebrando Cedraz Neto, José Roberto Nascimento de Oliveira, Gildo Mota de Almeida, Antonio de Souza Santos, Rosilene Juvêncio dos Santos, Carlos Antonio da Mota e Milton Oliveira de Sena.

Vejamos a distribuição das indicações no ano de 2010 de acordo com a tabela 4.

Tabela 4. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2010 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
008/2010	Construção de vestiários, banheiros, instalação de alambrados e murar o campo de futebol Vicente Marques de Carvalho, no distrito de Catinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
014/2010	Conclusão da pavimentação e construção de uma quadra de esportes na Rua Bela Vista, no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
030/2010	Construção de um campo de futebol no povoado de Curral velho.	Milton Oliveira de Sena
048/2010	Construção de muro e alambrado, bem como reforma do vestiário do campo de futebol em Roçado no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira De Souza
056/2010	Conclusão da quadra esportiva no Povoado do Pau-Ferro.	Antonio de Souza Santos
057/2010	Construção de uma quadra esportiva na comunidade do Soropó.	Antonio de Souza Santos
074/2010	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade da Palmeirinha.	José Roberto Nascimento de Oliveira
076/2010	Urbanização dos passeios das Avenidas Orlando Oliveira Pires e Lomanto Junior que margem o Rio Itapicuru Mirim, com a recuperação dos passeios, iluminação e área de lazer.	José Roberto Nascimento de Oliveira
079/2010	Recuperação da quadra de esportes do Colégio Luiz Alberto Dourado de Carvalho no Bairro Jacobina III.	José Roberto Nascimento de Oliveira.
103/2010	Construção de uma quadra esportiva no Bairro Novo Amanhecer.	Antonio de Souza Santos
104/2010	Conclusão da quadra esportiva na Praça Nossa Senhora do Carmo, Bairro de Nazaré.	Antonio de Souza Santos
140/2010	Construção de um espaço cultural e esportivo no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
141/2010	Construção de vestiários e banheiros no campo de futebol na comunidade de Lagoa no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza

142/2010	Construção de um espaço cultural e esportivo no Distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
151/2010	Construção de um campo de futebol no povoado de Curral velho.	Milton Oliveira de Sena
162/2010	Construção de uma pista de skate numa área da Praça dois de julho onde não necessite a derrubada de árvores.	Milton Oliveira de Sena
164/2010	Reforma do estádio do povoado de Olhos d'água da Caatinga, incluindo construção de 02 (dois) vestiários, alambrados, muro e iluminação.	Milton Oliveira de Sena
165/2010	Reforma do estádio do povoado de Olhos d'água do Góes, incluindo construção de 02 (dois) vestiários, alambrados, muro e iluminação.	Milton Oliveira de Sena
170/2010	Desapropriação de uma área para a construção de um campo de futebol na Rua Raul Mangabeira no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
190/2010	Construção de quadra de esportes na Rua Juscelino Kubitschek no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
191/2010	Construção de quadra poliesportiva na Grotinha.	Milton Oliveira de Sena
194/2010	Construção de uma praça com jardim, luminárias e quadra de esportes no Bairro Ladeira Vermelha.	Milton Oliveira de Sena
195/2010	Construção de uma praça com jardim, luminárias e quadra de esportes na Rua Humberto Cedraz no Bairro da Catuaba.	Milton Oliveira de Sena
198/2010	Desapropriação de uma área de terra que fica ao lado do estádio do povoado de Lages do Batata, neste município, bem como extensão da energia elétrica.	Milton Oliveira de Sena
205/2010	Construção de uma quadra poliesportiva, no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
231/2010	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade de Nazaré.	Antonio de Souza Santos

234/2010	Instalação de alambrado no campo de futebol do Povoado de Genipapo.	José Roberto Nascimento de Oliveira
235/2010	Patrolamento no campo de futebol do Povoado de Genipapo.	José Roberto Nascimento de Oliveira
270/2010	Construção de vestiários e banheiros, bem como nivelamento do campo de futebol na Comunidade de Olhos D'Água de Baixo no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
272/2010	Necessidade da aquisição de um terreno na comunidade de Pontilhão de Canaveira para construção de um campo de futebol e construção da sede social da Associação Comunitária daquela comunidade.	Antonio de Souza Santos
275/2010	Recuperação da quadra esportiva que liga as Ruas José Padro Alves e Divino Espírito Santo, Bairro Felix Tomaz.	Noelson Oliveira de Souza
281/2010	Construção de vestiários e banheiros no campo de futebol na comunidade de Lagoa no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
282/2010	Construção de um espaço cultural e esportivo no distrito de Caatinga do Moura, neste município.	Noelson Oliveira de Souza
321/2010	Construção de uma quadra, coberta anexa a Escola Luis Alberto Dourado de Carvalho, no Bairro Jacobina III.	José Roberto Nascimento de Oliveira
322/2010	Construção de uma quadra, coberta na Escola Iêda Barradas, no Bairro Jacobina II, na área próxima a Central de Águas.	José Roberto Nascimento de Oliveira
332/2010	Patrolamento do campo de futebol da comunidade de Pé de Serra.	Noelson Oliveira de Souza
333/2010	Construção de uma quadra poliesportiva, na comunidade de Pé de Serra.	Noelson Oliveira de Souza
334/2010	Instalação de uma rede de proteção cobrindo a quadra poliesportiva localizada na Praça da Feira, no povoado de Paraíso.	Clériston Moreira da Silva
338/2010	Reforma geral do Colégio Gilberto Dias de Miranda. .	José Roberto Nascimento de Oliveira

339/2010	Construção de uma quadra e uma pracinha de lazer na Escola Carlos Gomes da Silva, Bairro da Bananeira.	José Roberto Nascimento de Oliveira
347/2010	Construção de um espaço cultural e esportivo no distrito de Caatinga do Moura,	Noelson Oliveira de Souza

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2010 foram feitas as seguintes indicações: 05 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva da sede do município; 04 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva em um povoado do município; 04 indicações para construção de campos de várzea em povoados do município; 08 indicações para reforma de campos de várzea em povoados do município; 02 indicações para reforma de um estádio de futebol em distrito do município; 03 indicações para construção de quadra poliesportiva em escola na sede do município; 02 indicações para reformar quadras poliesportivas de um colégio na sede do município; 01 indicação para desapropriação de terreno com a finalidade de ampliação de um estádio em povoado do município; 01 indicação para construção de uma pista de skate na sede do município; 04 indicações para construção de equipamentos de esporte e lazer sem denominação destes em povoados do município; 01 indicação para reforma do piso de avenida para pratica de corridas e caminhadas na sede do município; 01 indicação para conclusão de construção de quadra poliesportiva em povoado do município; 01 indicação para conclusão de uma quadra poliesportiva na sede do município; 01 indicação para desapropriação de uma área para construção de um campo de futebol na sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram:

Noelson Oliveira de Souza, Clériston Moreira da Silva, Antonio de Souza Santos, José Roberto Nascimento de Oliveira e Milton Oliveira de Sena.

No ano de 2011 de acordo com a tabela 5 a distribuição das indicações ficou da seguinte forma:

Tabela 5. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2011 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
001/2011	Construção de uma quadra poliesportiva, no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
005/2011	Construção de muro e alambrado, bem como reforma do vestiário do campo de futebol em Roçado de Caatinga do Moura	Noelson Oliveira de Souza
008/2011	Construção de muros, vestiários, banheiros e colocação de alambrados no campo de futebol Vicente Marques de Carvalho, no distrito de Caatinga do Moura	Noelson Oliveira de Souza
011/2011	Conclusão da quadra esportiva no Povoado do Pau-Ferro.	Antonio de Souza Santos
031/2011	Construção de um estádio no Povoado de Genipapo de Olhos D'água do Góes, incluindo 02 (dois) vestiários, alambrados, muro e iluminação.	Milton Oliveira de Sena
040/2011	Construção de uma pista de skate numa área da Praça dois de julho onde não necessite a derrubada de árvores.	Milton Oliveira de Sena
042/2011	Construção de quadra poliesportiva na comunidade de Roçado da Caatinga do Moura	Milton Oliveira de Sena
046/2011	Construção de uma quadra esportiva na comunidade do Soropó.	Antonio de Souza Santos
052/2011	Construção de um campo de futebol e construção da sede social da Associação Comunitária daquela comunidade	Antonio de Souza Santos

064/2011	Pavimentação do estacionamento do Estádio Municipal de no Distrito de Lages do Batata.	Gildo Mota de Almeida
066/2011	Instalação de torres com luminárias nos campos de bairros de nossa cidade.	Milton Oliveira de Sena
067/2011	Construção de quadra de esportes na comunidade de Cafelândia.	Milton Oliveira de Sena
085/2011	Conclusão da quadra poliesportiva na comunidade do Barroco de Cima.	Milton Oliveira Sena
089/2011	Construção de um vestiário no campo de futebol da comunidade de Várzea da Lage.	José Roberto Nascimento de Oliveira
090/2011	Construção de um campo de futebol na comunidade de Sapucaia.	José Roberto Nascimento de Oliveira
094/2011	Instalação de torres apropriadas para iluminação nos campos de futebol dos bairros, distritos e povoados, nesta cidade.	Milton Oliveira Sena
096/2011	Construção de quadra de esportes na comunidade de Cafelândia.	Milton Oliveira de Sena
098/2011	Instalação de torres com luminárias nos campos de bairros de nossa cidade.	Milton Oliveira de Sena
105/2011	Pavimentação, saneamento básico, praça e quadra poliesportiva no Conjunto Habitacional Cajazeiras, no Bairro Ladeira Vermelha.	Milton Oliveira de Sena
115/2011	Construção de uma praça com jardim, luminárias e quadra de esportes no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
118/2011	Campo de futebol no povoado de Pé de Serra.	Noelson Oliveira de Souza
145/2011	Construção de uma praça com jardim, luminárias e quadra de esportes no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena

147/2011	Construção de quadra poliesportiva na comunidade de Lagoa em Caatinga do Moura.	Milton Oliveira de Sena
148/2011	Reforma do estádio do povoado de Olhos D'água da Caatinga do Moura, incluindo construção de 02 (dois) vestiários, alambrados, muro e iluminação.	Milton Oliveira de Sena
157/2011	Construção de 02 banheiros e bancos para reservas no campo de futebol da comunidade da Palmeirinha.	Gildo Mota de Almeida
158/2011	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Velame.	Antonio de Souza Santos
174/2011	Construção de uma quadra de esporte na comunidade da Malhadinha.	Antonio de Souza Santos
183/2011	Recuperação da quadra esportiva que liga as Ruas José Padro Alves e Divino Espírito Santo, Bairro Felix Tomaz.	Noelson Oliveira de Souza
188/2011	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Soropó.	Antonio de Souza Santos
193/2011	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Tombador.	Gildo Mota de Almeida
208/2011	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade de Pontilhão de Canavieira.	Antonio de Souza Santos
229/2011	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro da Catuaba.	José Roberto Nascimento de Oliveira
244/2011	Construção de uma quadra poliesportiva, no povoado de Roçado, distrito de Caatinga do Moura.	Milton Oliveira de Sena
247/2011	Construção de 02 (dois) bancos de reservas, arquibancadas, alambrados, muro e iluminação em Roçado Caatinga do Moura.	Milton Oliveira de Sena
267/2011	Construção de 02 (dois) bancos de reservas, vestuário e banheiros, no campo do Povoado de Genipapo de Jacobina.	Milton Oliveira de Sena
271/2011	Reforma do piso e recuperação da tela de proteção da quadra poliesportiva na localidade de Genipapo.	Milton Oliveira de Sena

272/2011	Construção de uma quadra poliesportiva em Olhos D'água de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
287/2011	Construção de 02 banheiros na quadra do Colégio Municipal Pedro Daltro.	Rosilene Juvêncio Santos Sousa
288/2011	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro da Coréia em Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
289/2011	Construção de uma quadra poliesportiva na Associação das Famílias Sem Terra, no Povoado do Tombador.	Noelson Oliveira de Souza

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2011 foram feitas as seguintes indicações: 04 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva da sede do município; 16 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 02 indicações para reforma de quadras poliesportiva em povoados do município; 03 indicações para construção de campos de várzea em povoados do município; 06 indicações para reforma de campos de várzea em povoados do município; 02 indicações para reforma de um estádio de futebol em distrito do município; 01 indicação para construção de uma pista de skate na sede do município; 01 indicação para conclusão de construção de quadra poliesportiva em povoado do município; 01 indicação para construção de um estádio de futebol e um povoado do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Noelson Oliveira de Souza, Antonio de Souza Santos, José Roberto Nascimento de Oliveira, Rosilene Juvêncio Santos Sousa, Gildo Mota de Almeida e Milton Oliveira de Sena.

Por fim, no ano de 2012 as indicações foram distribuídas da seguinte forma:

Tabela 6. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2012 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
002/2012	Aquisição de um terreno para construção de um campo de futebol para os moradores da comunidade de Pontilhão de Canaveira e adjacências.	Milton Oliveira de Sena
005/2012	Construção de muros, vestiários, banheiros, arquibancadas e implantação de alambrados no campo de futebol Vicente Marques de Carvalho, no distrito de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
010/2012	Construção de uma quadra poliesportiva em Olhos D'água de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
011/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro da Coréia em Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
014/2012	Construção de muro e alambrado, bem como reforma do vestiário do campo de futebol em Roçado de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
036/2012	Construção 02 quadras poliesportivas Povoado de Paraíso, município de Jacobina, sendo uma na Rua Vasco da Gama e a outra na Av. ACM	Clériston Moreira da Silva
039/2012	Construção de uma quadra poliesportiva, no Povoado do Tombador.	Gildo Mota de Almeida
047/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no bairro da Ladeira Vermelha.	Antonio de Souza Santos
060/2012	Patrolamento do campo de futebol no povoado de Pé de Serra.	Noelson Oliveira de Souza
069/2012	Recuperação da quadra esportiva que liga as Ruas José Padro Alves e Divino Espírito Santo, Bairro Felix Tomaz.	Noelson Oliveira de Souza
072/2012	Construção de uma quadra esportiva na comunidade do Soropó.	Antonio de Souza Santos
080/2012	Construção de um campo de futebol no Povoado de Curral velho.	Milton Oliveira de Sena

082/2012	Conclusão da quadra esportiva na Praça Nossa Senhora do Carmo, Bairro de Nazaré.	Antonio de Souza Santos
098/2012	Construção de uma quadra esportiva na comunidade do Soropó.	Antonio de Souza Santos
100/2012	Construção de quadra de esportes no Povoado de Itaitú.	Antônio de Souza Santos
111/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro de Nazaré.	Antonio de Souza Santos
123/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Vila Feliz.	Antônio de Souza Santos
124/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Ladeira Vermelha.	Antônio de Souza Santos
126/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Catuaba.	Antônio de Souza Santos

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2012 foram feitas as seguintes indicações: 05 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva da sede do município; 07 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 indicação para construção de campo de várzea em povoado do município; 03 indicações para reforma de campos de várzea em povoados do município; 01 indicação para conclusão de uma quadra poliesportiva na sede do município; 01 indicação para aquisição de uma área para construção de um campo de futebol na sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Nelson Oliveira de Souza, Antonio de Souza Santos, Gildo Mota de Almeida, Clériston Moreira da Silva e Milton Oliveira de Sena.

3.2.3 As indicações do legislativo na gestão 2013 a 2016

Vejamos a tabela 7 abaixo a distribuição das indicações na gestão Rui Macedo entre os anos de 2013 a 2016.

Tabela 7. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2013 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
001/2013	Construção de uma quadra poliesportiva coberta no Colégio Municipal de Cachoeira Grande.	Cecílio Mota dos Santos Junior
005/2013	Construção de uma quadra esportiva, com cobertura, no Colégio José Vieira Irmão no Município de Cachoeira Grande, onde tanto os alunos como a comunidade possam ter acesso.	Cecílio Mota dos Santos Junior
023/2013	Instalação da energia elétrica do estádio Vicente Marques da Silva em Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
025/2013	Cobertura da quadra poliesportiva no Condomínio Vivendas da Lagoa II, na Av. São Francisco de Assis 881, Bairro da Catuaba.	Cecílio Mota dos Santos Júnior
029/2013	Construção de 02 quadras poliesportivas na comunidade de Paraíso, 01 na Rua Vasco da Gama e 01 na Avenida do Contorno.	Cleriston Moreira da Silva
035/2013	Reforma da quadra poliesportiva, acrescentando uma rede de proteção na parte superior (evita que a bola passe para os telhados das residências), localizada na Praça da Feira, no Povoado de Paraíso.	Cleriston Moreira da Silva
058/2013	Desapropriação de uma área de terra que fica ao lado do estádio do Povoado de Lages do Batata, neste município, bem como a extensão da rede de energia elétrica.	Milton Oliveira de Sena
066/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro da Ladeira Vermelha.	Paulo Adriano Morais Jatobá
068/2013	Reforma da quadra da Praça Dois de julho.	Paulo Adriano Morais Jatobá
069/2013	Apoio e incentivo a Realização da Copa Ouro de Handebol que será realizada no mês de abril.	Paulo Adriano Morais Jatobá

080/2013	Ampliação estrutural do Colégio Municipal Luiz Alberto Dourado de Carvalho, situado no Conjunto Habitacional Jacobina III, nesta cidade, através da construção de cinco salas de aula, refeitório, auditório, estacionamento para motos, cobertura do pátio, vestiário para a quadra esportiva, bem como a recuperação do piso desta.	Ramon Santos Celestino
086/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro do Nazaré.	Ramon Santos Celestino
087/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Vila Feliz.	Ramon Santos Celestino
088/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro da Caeira.	Ramon Santos Celestino
089/2013	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Pontilhão.	Ramon Santos Celestino
090/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Povoado de Olhos da Água Góes.	Ramon Santos Celestino
103/2013	Construção de uma quadra poliesportiva na Rua do Cruzeiro, Bairro da Serrinha.	Cecílio Mota dos Santos Júnior
110/2013	Construção de quadras poliesportivas nos bairros da Catuaba, Ladeira Vermelha e Caeira.	Tiago Manoel Dias Ferreira
130/2013	Reforma e cobertura da quadra poliesportiva da comunidade de Cachoeira Grande.	Cecílio Mota dos Santos Júnior
147/2013	Reforma e ampliação dos estádios de futebol de Catinga do Moura, Lages do Batata e Paraíso.	Tiago Manoel Dias Ferreira
147/2013	Construir uma praça de esportes radicais com pista e/ou rampa para a prática de skate, patins e bicicleta no imóvel da extinta RFFSA, ao lado do Ginásio de Esportes.	Paulo Adriano Morais Jatobá
156/2013	Construção de quadras poliesportiva em Genipapo da Lambança, Pé de Serra, Barrocão de Baixo, Gameleira, Cafelândia, Barrocão Velho, Sargento, Santa Cruz do Matão, Várzea, incluindo os Bairros da Caeira, Nazaré, Catuaba, Peru e Grotinha.	Tiago Manoel Dias Ferreira
163/2013	Necessidade urgente de inscrição por parte da Prefeitura Municipal de	Tiago Manoel Dias Ferreira

	Jacobina/BA ao programa do Ministério do Esporte para construções de Centros de Iniciação ao Esporte (CIE).	
167/2013	Realize inscrição junto ao Ministério do Esporte para receber um Centro de Iniciação ao Esporte (CIE).	Pedro Mário Carvalho Nascimento
171/2013	Construção de muro e alambrado, bem como reforma do vestiário do campo de futebol em Roçado de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
179/2013	Necessidade de inscrever o município na seleção para implantar e construir o CIE em Jacobina-Ba.	Paulo Adriano Morais Jatobá
180/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Vila Feliz.	Carlinhos da Caixa
183/2013	Necessidade de uma praça com equipamentos esportivos e pista para caminhada na Lagoa situada à Av. Deputado Rocha no Distrito do Junco.	Ronivom Martins de Sousa
187/2013	Construção de um estádio municipal dotado de muro, arquibancadas, vestiários e pista de atletismo no Distrito do junco, em terreno já adquirido pelo município com essa finalidade.	Rosilene Juvêncio dos Santos
191/2013	Acelerar a construção da Praça dos Esportes e da Cultura (PEC) no terreno localizado no Bairro da Missão, financiada pelo Governo Federal.	Paulo Adriano Morais Jatobá
204/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Mundo Novo.	Carlinhos da Caixa
206/2013	Aquisição de um ônibus destinado apenas para o Esporte.	Paulo Adriano Morais Jatobá
208/2013	Apoio e suporte para que as escolas públicas da zona rural possam participar dos Jogos Estudantis.	Paulo Adriano Morais Jatobá
209/2013	Reforma da quadra de esportes da Associação do Bairro Jacobina II.	Carlinhos da Caixa
213/2013	Trazer para Jacobina, cursos de arbitragem gratuitos para professores de Educação Física e jogadores interessados.	Paulo Adriano Morais Jatobá
215/2013	Construção de um Complexo Esportivo Público no terreno existente nas proximidades do Parque Santana com áreas destinadas à prática de diversas	Tiago Manoel Dias Ferreira

	modalidades esportivas, incluindo setores específicos para crianças, idosos e pessoas portadoras de necessidades especiais, além de espaços para acomodação de circos e eventos similares.	
230/2013	Construção de uma quadra poliesportiva no Assentamento Alagoinhas.	Pedro Mário Carvalho Nascimento
238/2013	Construir um espaço para efetivação da sede da Associação Jacobinense de Atletas Corredores - AJAC e assim incentivarmos o atletismo em nossa cidade.	Paulo Adriano Morais Jatobá
239/2013	Apoio e incentivo a realização da Primeira Copa Cidade do Ouro de Ciclismo, que será realizada no mês de julho, nesta cidade.	Paulo Adriano Morais Jatobá
274/2013	Construir um espaço para efetivação da sede da AJAC e assim incentivarmos o atletismo em nossa cidade.	Paulo Adriano Morais Jatobá
278/2013	Construção de uma praça com jardim, luminárias e quadra de esportes no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
282/2013	Necessidade urgente de calçamento e construção de banheiros para a torcida no Estádio Municipal Rinaldo Magalhães, situado em Lages do Batata.	Pedro Mário Carvalho Nascimento
305/2013	Construção de uma quadra poliesportiva, em Lagoa de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
320/2013	Fornecer para as seleções assim como para os times da zona rural materiais esportivos: bolas e coletes.	Paulo Adriano Morais Jatobá
330/2013	Instalação de telas de proteção ou muros e colocar portões nos ginásios dos bairros da Jacobina II e Jacobina III, incluindo um funcionário que possa acompanhar e coordenar o funcionamento desses espaços e assim evitar a destruição dos mesmos.	Paulo Adriano Morais Jatobá
344/2013	Construção de uma quadra poliesportiva, no Bairro da Coreia em Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza

362/2013	Melhorar a iluminação do Ginásio de Esportes, pois muitas lâmpadas encontram-se queimadas.	Paulo Adriano Morais Jatobá
369/2013	Ligação da energia da quadra poliesportiva da quadra do Tombador.	Pedro Mário Carvalho Nascimento
378/2013	Uma quadra esportiva na comunidade de Alagadiço no Distrito do Junco.	Ronivom Martins de Sousa
386/2013	Recuperação da quadra poliesportiva do Bairro Inocoop.	Gildo Mota de Almeida
400/2013	Cobertura da quadra de esportes da Praça Dois de julho.	Paulo Adriano Morais Jatobá
407/2013	Necessidade de uma quadra poliesportiva no Povoado de Araújo.	Tiago Manoel Dias Ferreira
412 /2013	Recuperação da quadra poliesportiva do Conjunto Habitacional Inocoop.	Carlinhos da Caixa
417/2013	Melhorar a iluminação da quadra externa do Ginásio de Esportes assim como a quadra do Velame, pois muitas lâmpadas encontram-se queimadas.	Paulo Adriano Morais Jatobá
419/2013	Necessidade de implantação do Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola).	Paulo Adriano Morais Jatobá
422/2013	Necessidade de uma quadra poliesportiva no povoado de Malhadinha de Dentro.	Tiago Manoel Dias Ferreira
426/2013	Necessidade de uma quadra poliesportiva no povoado de Araújo.	Tiago Manoel Dias Ferreira
428/2013	Construir um estádio de futebol em Cachoeira Grande.	Paulo Adriano Morais Jatobá
430/2013	Construção de quadra poliesportiva no Conjunto Habitacional Novo Amanhecer.	Carlinhos da Caixa
453/2013	Implantação do sistema de monitoramento na parte externa e interna do ginásio de esportes.	Paulo Adriano Morais Jatobá
464/2013	Elaboração do projeto para reestruturação dos campos de futebol nos Bairros da Caeira e Catuaba, que necessitam da construção de uma arquibancada e iluminação do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
465/2013	Elaboração do projeto para reestruturação do campo de futebol no Bairro da Bananeira, que necessita da	Ramon Santos Celestino

	construção de uma arquibancada, iluminação e tela ao redor do campo supramencionado.	
466/2013	Elaboração do projeto para reestruturação dos campos de futebol nos Bairros de Jacobina III e Jacobina IV, que necessitam da construção de uma arquibancada e iluminação do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
475/2013	Necessidade de assegurar, apoiar e incentivar a participação das equipes poliesportivas jacobinenses nos Jogos Abertos do Interior.	Paulo Adriano Morais Jatobá
521/2013	Necessidade de uma praça com equipamentos esportivos e pista para caminhada na Lagoa situada à Av. Deputado Rocha no Distrito do Junco.	Ronivom Martins de Sousa
528/2013	Construção dos bancos de reserva e alambrado do Campo society anexo ao Estádio Vicente Marques em Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2013 foram feitas as seguintes indicações: 10 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 09 indicações para reforma de quadras poliesportivas da sede do município; 10 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 04 indicações para reforma de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 indicação para reforma de campo de várzea em povoado do município; 04 indicações para reforma de um estádio de futebol em distrito do município; 03 indicações para reforma de campo de várzea na sede do município; 01 indicação para reformar quadra poliesportiva de uma escola na sede do município; 02 indicações para construção de equipamentos de esporte e lazer sem denominação destes em povoados do município; 02 indicações para construção de estádio de futebol em povoados do município;

02 indicações para construção de quadras poliesportivas em escolas de povoados do município; 01 indicação para apoio e incentivo para realização da Copa Ouro De Handebol a ser realizada na sede do município; 01 indicação para construção de uma praça de esportes radicais na sede do município; 03 indicações para que o município inscreva-se junto ao Ministério do Esporte com a finalidade de ser contemplado com um Centro de Iniciação Esportiva; 01 indicação solicitando a conclusão da Praça do Esporte e Cultura - PEC na sede do município; 01 indicação para aquisição de ônibus para uso exclusivo para atletas que representem o esporte Jacobinense; 01 indicação para apoio e suporte para estudantes de escolas da zona rural do município para participação dos jogos estudantis; 01 indicação para trazer um curso de arbitragem gratuito para ser ministrados para professores de Educação Física e atletas interessados do município de Jacobina; 01 indicação para construção de complexo esportivo na sede do município; 02 indicações para construção de uma sede para AJAC – Associação Jacobinense de Atletas Corredores; 01 indicação para apoio e incentivo a Copa Cidade do Ouro de Ciclismo a ser realizada na cidade de Jacobina; 01 indicação para fornecimento de material esportivo para seleções jacobinenses e times da zona rural do município; 01 indicação para implantação do Programa de Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola); 01 indicação para implantação de sistema de monitoramento externo no Ginásio de esporte Municipal na sede do município; 01 indicação para apoio e incentivo para as equipes poliesportivas jacobinenses para disputar os Jogos Abertos do Interior. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Paulo Adriano Moraes Jatobá, Ramon Santos Celestino, Tiago Manoel Dias Ferreira, Carlinhos da Caixa, Noelson Oliveira de Souza, Cecílio Mota dos Santos Júnior,

Ronivom Martins de Sousa, Milton Oliveira de Sena, Pedro Mário Carvalhal Nascimento, Rosilene Juvêncio dos Santos, Cleriston Moreira da Silva, e Gildo Mota de Almeida.

Na tabela 8 abaixo vemos a distribuição das indicações no ano de 2014.

Tabela 8. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2014 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
009/2014	Murar os campos de futebol da comunidade de Cachoeira Grande e do Distrito de Itaitú, bem com a instalação de vestiário e construção de arquibancada nos mesmos.	Cecílio Mota dos Santos Júnior
016/2014	Reforma geral no Ginásio de Esportes.	Paulo Adriano Morais Jatobá
024/2014	Instalação da energia elétrica da quadra poliesportiva anexo ao Estádio Vicente Marques da Silva em Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
076/2014	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro do Nazaré.	Ramon Santos Celestino
077/2014	Reestruturação do campo de futebol situado no Bairro da Bananeira, precisando o mesmo da colocação de telas ao seu redor, a construção de uma arquibancada para a acomodação dos torcedores, bem como a instalação de refletores luminosos no seu interior.	Ramon Santos Celestino
078/2014	Reestruturação do campo de futebol no Bairro da Bananeira, que necessita da construção de uma arquibancada, iluminação e tela ao redor do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
079/2014	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Pontilhão.	Ramon Santos Celestino
080/2014	Construção de uma quadra poliesportiva no Povoado de Olhos da Água Góes.	Milton Oliveira de

		Sena / Ramon Santos Celestino
098/2014	Necessidade de realizar uma Maratona Estudantil envolvendo todas escolas municipais, particulares e estaduais do município de Jacobina.	Paulo Adriano Morais Jatobá
108/2014	Reestruturação dos campos de futebol nos Bairros da Caeira e Catuaba, que necessitam da construção de uma arquibancada e iluminação do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
109/2014	Reestruturação do campo de futebol no Bairro da Bananeira, que necessita da construção de uma arquibancada, iluminação e tela ao redor do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
110/2014	Reestruturação dos campos de futebol nos Bairros de Jacobina III e Jacobina IV, que necessitam da construção de uma arquibancada e iluminação do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
131/2014	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Ladeira Vermelha.	Milton Oliveira de Sena
141/2014	Construção de uma quadra poliesportiva no bairro da Catuaba.	Antônio Sousa
154/2014	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Catuaba.	Ramon Santos Celestino
169/2014	Construção de uma quadra poliesportiva na Rua do Cruzeiro, Bairro da Serrinha.	Cecílio Mota dos Santos Júnior
176/2014	Construção de uma praça com jardim, luminárias e quadra de esportes no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
177/2014	Construção de uma praça com jardim, luminária e quadra de esporte na Rua Humberto Cedraz no Bairro da Catuaba.	Milton Oliveira de Sena
180/2014	Construção de muro, arquibancada, alambrado, vestiários e banheiros do campo de futebol em Roçado de Caatinga do Moura.	Noelson Oliveira de Souza
194/2014	Reforma do Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes.	Cecílio Mota dos Santos Júnior

199/2014	Reforma ampla nas arquibancadas, iluminação e no gramado do Estádio Municipal José Rocha.	Milton Oliveira de Sena
201/2014	Construção de quadra poliesportiva no Povoado de Queimada Velha.	Carlinhos da Caixa
210/2014	Realizar uma competição esportiva com os alunos do Educação Jovens e Adultos (EJA).	Paulo Adriano Morais Jatobá
239/2014	Construir um Museu do Esporte.	Paulo Adriano Morais Jatobá
256/2014	Reforma da quadra poliesportiva da comunidade de Cachoeira Grande, localizada na Praça Valerino José dos Santos.	Cecílio Mota dos Santos Júnior
258/2014	Reforma da quadra poliesportiva do bairro Inocoop.	Cecílio Mota dos Santos Júnior

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2014 foram feitas as seguintes indicações: 07 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva da sede do município; 03 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 02 indicações para reforma de quadras poliesportiva em povoados do município; 02 indicações para reforma de campos de várzeas em povoados do município; 05 indicações para reforma de campos de várzeas na sede do município; 01 indicação para reforma geral do Estádio Municipal na sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Paulo Adriano Morais Jatobá, Ramon Santos Celestino, Carlinhos da Caixa, Noelson Oliveira de Souza, Cecílio Mota dos Santos Júnior, Milton Oliveira de Sena e Antônio Souza.

Já no ano de 2015 a distribuição das indicações ficou da seguinte forma:

Tabela 9. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2015 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
017/2015	Elaboração do projeto para a reestruturação dos campos de futebol nos Bairros da Caeira e Catuaba, que necessitam da construção de uma arquibancada, e iluminação do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
018/2015	Elaboração do projeto para a reestruturação dos campos de futebol nos Bairros de Jacobina III e Jacobina IV, que necessitam da construção de uma arquibancada e iluminação do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
019/2015	Elaboração do projeto para a reestruturação do campo de futebol no Bairro da Bananeira, que necessita da construção de uma arquibancada, iluminação e tela ao redor do campo supramencionado.	Ramon Santos Celestino
020/2015	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Pontilhão.	Ramon Santos Celestino
028/2015	Construção uma quadra poliesportiva no Bairro da Caeira.	Ramon Santos Celestino
029/2015	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Vila Feliz.	Ramon Santos Celestino
030/2015	Construção de uma quadra poliesportiva no Povoado de Olhos da Água Góes.	Ramon Santos Celestino
042/2015	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Catuaba.	Ramon Santos Celestino
043/2015	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Nazaré.	Ramon Santos Celestino
054/2015	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Catuaba.	Ramon Santos Celestino
055/2015	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Nazaré.	Ramon Santos Celestino

085/2015	Construção de uma praça com jardim, luminárias, parque infantil e quadra de esportes no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
088/2015	Ampliação da rede de energia elétrica, saneamento básico, pavimentação, construção de praças, jardim e uma quadra poliesportiva no Bairro da Catuaba, nesta cidade.	Milton Oliveira de Sena
117/2015	Apoio e suporte para que as escolas públicas municipais possam participar em Salvador dos Jogos Escolares da Juventude.	Paulo Adriano Morais Jatobá
118/2015	Construção de uma quadra de esportes na área situada em frente ao Caminho 15, no Conjunto Habitacional Jacobina III.	Ramon Santos Celestino
120/2015	Construção de uma quadra de esportes na área situada em frente ao Caminho 15, no Conjunto Habitacional Jacobina III.	Ramon Santos Celestino
132/2015	Necessidade de construir um centro esportivo no Junco, constando um campo de futebol com arquibancadas uma pista tipo olímpica ao redor do campo para caminhadas e esportes diversificados, alambrados na parte da arquibancada, estacionamento, dependências para árbitros, atletas locais e visitantes, banheiros completos em ambas as dependências, um campo society, uma pista para motocross, pista para patins, um ginásio de esporte coberto, e todo murado.	Antonio Batista Alves
142/2015	Revitalização da Praça Joaquim Valois, localizado no Bairro do Leader, nesta cidade, com plantio de flores, instalação de bancos, melhorias na iluminação pública, bem como a instalação de um parque infantil, a construção de uma pista para caminhada ao redor da praça e a instalação de equipamentos de ginástica ao ar livre. Bem como a reforma do alambrado, tela de proteção e do piso da quadra poliesportiva localizada na referida praça.	Pedro Mário Carvalhal Nascimento
148/2015	Construir arquibancadas no campo esportivo da comunidade Tombador	Tiago Manoel Dias Ferreira

159/2015	Necessidade de enviar para esta casa um Projeto de lei Criando a Bolsa Atleta Municipal.	Paulo Adriano Morais Jatobá
172/2015	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Britador, localizado no Bairro do Leader.	Pedro Mário Carvalhal Nascimento

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2015 foram feitas as seguintes indicações: 11 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 01 indicação para reforma de quadra poliesportiva da sede do município; 02 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 indicação para reforma de campo de várzea em povoado do município; 03 indicações para reforma de campos de várzeas da sede do município; 01 indicação para construção de um complexo esportivo em um povoado do município; 01 indicação para apoio e suporte as escolas públicas para participação dos Jogos Escolares da Juventude a ser realizado na capital baiana; 01 indicação para criação do Programa Bolsa Atleta Municipal. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Paulo Adriano Morais Jatobá, Ramon Santos Celestino, Tiago Manoel Dias Ferreira, Milton Oliveira de Sena, Pedro Mário Carvalhal Nascimento e Antônio Batista Alves.

E por fim, no ano de 2016 de acordo com a tabela 10 as indicações foram assim distribuídas:

Tabela 10. Distribuição das Indicações realizadas pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2016 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

INDICAÇÕES	ASSUNTO	AUTOR (ES)
002/2016	Construir um centro esportivo no Junco, constando um campo de futebol com arquibancadas uma pista tipo olímpica ao redor do campo para caminhas e esportes	Antonio Batista Alves

	diversificados, alambrados, arquibancada no lado do Poente e Sul, estacionamento, dependências para árbitros, atletas locais e visitantes, banheiros completos em ambas as dependências, um campo society, uma pista para moto cross, pista para patins, um ginásio de esporte coberto, e todo murado.	
012/2016	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade da Lagoa da Caatinga do Moura.	Milton Oliveira de Sena
013/2016	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro Ladeira Vermelha.	Milton Oliveira de Sena
018/2016	Construção de uma praça com jardim, luminárias, parque infantil e quadra de esportes no Bairro da Caeira.	Milton Oliveira de Sena
022/2016	Necessidade da ampliação da rede de energia elétrica, saneamento básico, pavimentação, construção de praças, jardim e uma quadra poliesportiva no Bairro da Catuaba, nesta cidade.	Milton Oliveira de Sena
030/2016	Necessidade da ampliação da rede de energia elétrica, saneamento básico, pavimentação, construção de praças, jardim e uma quadra poliesportiva no Bairro da Catuaba, nesta cidade.	Milton Oliveira de Sena
047/2016	Construção de uma quadra poliesportiva na comunidade do Pontilhão.	Ramon Santos Celestino

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2016 foram feitas as seguintes indicações: 04 indicações para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 02 indicações para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 indicação para construção de um complexo esportivo em um povoado do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Milton Oliveira de Sena, Antonio Batista Alves e Ramon Santos Celestino.

Portanto, em síntese podemos apontar que nas duas primeiras gestões municipais que são objeto de estudo nesta pesquisa, fica evidenciado que a visão dos vereadores, através das indicações realizadas em relação as políticas públicas de esporte, estão voltadas apenas para reforma e construção de espaços esportivos, não havendo nenhum direcionamento de projetos, programas e ações esportivas para a comunidade jacobinense.

Por outro lado com a renovação da câmara municipal na eleição de 2012, onde é possível perceber uma pequena mudança de visão e esta é apresentada por uma minoria dos membros que compõem a câmara de vereadores do município, constata-se que existe uma preocupação principalmente na inclusão participativa de atletas e estudantes no que tange o esporte, o apoio (patrocínio) aos esportistas Jacobinenses e aos eventos esportivos, além das solicitações ao executivo municipal para que este venha buscar parcerias através de convênio com o Ministério do Esporte para efetivação de políticas públicas em relação a participação, fomento e contemplação de unidade esportiva, mais precisamente a vinda de um Centro de Iniciação Esportiva para o município.

O ponto em comum fica explícito nas duas primeiras gestões municipais pesquisadas no trabalho (2005 – 2008 e 2009 – 2012), principalmente no ano de pleito eleitoral é a redução no número de indicações sobre políticas públicas de esporte para o município, que deve ocorrer talvez por uma linha de pensamento simplista, fiquem em segundo plano em relação a saúde, educação e segurança ou por outro lado haver um afastamento das atividades legislativas para futuras alianças políticas e campanhas eleitorais para os representantes políticos manterem-se no poder.

3.2.4 Os requerimentos do legislativo na gestão 2005 a 2008

Conforme já apontamos na metodologia do trabalho, iremos desenvolver nossa reflexão a partir do ano de 2007, pois os arquivos referentes a políticas públicas de esporte (leis municipais, indicações, requerimentos) entre 2005 e 2006 não estavam disponíveis em formato virtual, como relatamos na metodologia.

De acordo com a tabela 11 vejamos abaixo a distribuição dos requerimentos do legislativo no ano de 2007.

Tabela 11. Distribuição dos Requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2007 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
070/2007	Urgência na agilização da obra de recuperação da pavimentação das avenidas Orlando Oliveira Pires e Lomanto Júnior, bem como das balaustradas, pontes e passarelas (pintura), com a implantação de iluminação adequada. Justificamos esta matéria tendo em vista, ser um local de bastante movimento de pedestre, além de ser um dos pontos mais utilizados em caminhadas e outros tipos de esportes.	Hildebrand o Cedraz Neto
092/2007	Providências urgentes para construção de piscina semiolímpica municipal ao lado do ginásio de esportes, com arquibancadas, acessos adaptados aos portadores de necessidades especiais, vestuários e banheiros. O objetivo desta obra é incentivar crianças, jovens e adolescentes à prática do esporte, sendo um instrumento para a integração social de educação e de desenvolvimento físico e psíquico.	Norma Soeli dos Santos Modesto
098/2007	Agilização na construção de uma quadra poliesportiva para o Distrito de Itapeipú.	Milton Oliveira de Sena

118/2007	A construção de um parque público, que servirá especialmente para as pessoas que fazem caminhadas. Se faz que o poder público tome as providências necessárias para atender as necessidades dos atletas e demais desportistas, que infelizmente utilizam as laterais das avenidas, ruas e estradas para a realização das atividades físicas, ficando expostos aos veículos que trafegam e até mesmo a outros perigos.	Hildebrand o Cedraz neto
147/2007	Sugerindo uma reavaliação no projeto do parque da cidade, vez que a área designada fica inundada durante o período chuvoso. Levando-se em consideração a necessidade de locais apropriados para prática de esportes seria viável a utilização do Parque Santana, onde já existe uma melhor estrutura	Milton oliveira de sena

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2007 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento solicitando urgência em obra de pavimentação de avenidas na sede do município; 01 requerimento solicitando urgência na construção de uma piscina semiolímpica na sede do município; 01 requerimento pedindo agilidade em uma construção em quadra poliesportiva em um povoado do município; 01 requerimento para construção de um parque público na sede do município; 01 requerimento para reavaliação do projeto Parque da Cidade. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Hildebrando Cedraz Neto, Milton Oliveira de Sena e Norma Soeli dos Santos Modesto.

Já no ano de 2008 os requerimentos foram distribuídos da seguinte forma de acordo com a tabela 12.

Tabela 12. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2008 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
021/2008	Providências urgentes para abrir o estádio municipal às 06:00 horas, considerando que é grande a reclamação das pessoas que praticam atividades físicas (caminhadas), por não existir um local apropriado, tendo estes de fazer uso dos acostamentos das vias públicas. Com a abertura do estádio no horário solicitado estas pessoas terão esta opção provisória.	Antonio Mota Carvalho
030/2008	Construção de uma quadra esportiva no Bairro da Caeira.	Antonio de Souza Santos
051/2008	Solicitando verificar a possibilidade da elaboração de um termo de cessão de uso entre a Uneb (curso educação física) / prefeitura municipal, para a utilização das dependências físicas do ginásio de esportes por parte dos alunos do referido curso, com calendário previamente definido entre a Uneb e a coordenadoria de esportes do município, desta forma a prefeitura estará cada vez mais apoiando esta importante instituição de ensino.	Hildebrand o Cedraz neto
066/2008	Solicitação que visa a possibilidade da criação de incentivo fiscal aos projetos direcionados a cultura, esporte e lazer a exemplo de: programa de rádio, gincanas, festivais, etc.	Hildebrand o Cedraz Neto
081/2008	Reforma dos banheiros e vestiários do Estádio Municipal José Rocha, bem como a recuperação geral das instalações elétricas, inclusive as torres e refletores.	Hildebrand o Cedraz Neto
129/2008	Construção de quadras de esportes nos Povoados de: Barroão Novo, Barroão De Baixo e Cafelândia.	Antonio Souza Santos
133/2008	Construção de uma quadra de esportes no Bairro da Caeira, conforme pleiteado através de indicação apresentada e aprovada nesta casa em ano anterior.	Hildebrand o Cedraz Neto
135/2008	Construção de uma quadra de esportes no Bairro Vila Feliz, nesta cidade.	Hildebrand o Cedraz Neto

145/2008	Construção de 02 vestiários c/ banheiros no estádio de futebol no Povoado de Olhos D'água.	Milton Oliveira de Sena
-----------------	--	-------------------------

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2008 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento solicitando a abertura do Estádio Municipal José Rocha as 06hs da manhã para a comunidade jacobinense tenha acesso para prática de atividades físicas; 03 requerimentos para construção de quadras poliesportivas na sede do município; 01 requerimento para conceder aos alunos do curso de graduação em Educação Física da UNEB o uso do Ginásio de Esportes Paulo Santos para execução de aulas do curso; 01 requerimento para incentivo fiscal a projetos que envolvam o esporte; 01 requerimento para reforma do estádio municipal da sede do município; 01 requerimento para construção de uma quadra em um povoado do município; 01 requerimento para reforma de estádio de futebol em um povoado do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Hildebrando Cedraz Neto, Milton Oliveira de Sena e Antônio Souza Santos e Antônio Mota Carvalho.

3.2.5 Os requerimentos do legislativo na gestão 2009 a 2012

De acordo com a tabela 13 a distribuição dos requerimentos referentes ao ano de 2009 relacionado com as políticas públicas de esporte estão assim distribuídas:

Tabela 13. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2009 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
012/2009	Solicitando que em caráter de urgência, seja enviado para este poder legislativo do município de Jacobina, o projeto de criação da Secretaria Municipal de Esportes.	Hildebrand o Cedraz Neto
017/2009	Solicita que seja criado o Conselho Municipal de Cultura e Esporte, em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica do Município, em seu Capítulo VI, Seção I, Art. 245.	Hildebrand o Cedraz Neto
018/2009	Seja criada a lei para regulamentação do Esporte Amador no Município de Jacobina, em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica do Município, em seu Capítulo VI, Seção II, Art. 257.	Hildebrand o Cedraz Neto
022/2009	Seja remetida para apreciação e aprovação desta câmara de vereadores a lei que cria o Conselho Municipal de Cultura e Esporte, em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica do Município, em seu capítulo VI, Seção I, Art. 245.	Hildebrand o Cedraz Neto
025/2009	Seja remetida para apreciação e aprovação desta câmara de vereadores a lei para a regulamentação do Programa De Apoio Ao Esporte Amador, em conformidade com o que estabelece a Lei Orgânica do Município, em seu Capítulo VI, Seção II, Art. 257.	Hildebrand o Cedraz Neto
071/2009	Construção de uma quadra esportiva no Bairro da Caeira.	Antonio de Souza Santos
074/2009	Construção de uma quadra esportiva no Povoado de Cafelândia.	Antonio de Souza Santos
088/2009	Para que se realize no âmbito dessa câmara municipal de vereadores, audiência pública para discutir assuntos concernentes ao esporte amador. Deverão ser convidadas para o evento as autoridades da área, a nível estadual e municipal e todos os seguimentos envolvidos com o esporte amador em nosso município.	Hildebrand o Cedraz Neto

089/2009	Solicitando que em caráter de urgência, seja incluída a criação da Secretaria de Esportes no Plano Plurianual (PPA), para o período de 2010 a 2013. Conforme o requerimento nº 012/09, aprovado em plenário em 02/02/09 e encaminhado ao poder executivo.	Hildebrand o Cedraz Neto
141/2009	Seja antecipada a sessão ordinária do dia 08 de dezembro para dia 07 de dezembro. Justificamos essa solicitação em virtude da visita do deputado Daniel Almeida do PC do B, partido ao qual pertence o ministro de esportes Orlando Silva. Na oportunidade o parlamentar discorrerá sobre o esporte e acatando sugestões e projetos para apresentação junto ao governo federal.	Milton Oliveira de Sena
150/2009	Requerendo recuperação das duas quadras de esportes existentes no Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, neste município, atendendo a grande clientela desportiva do município de Jacobina	Carlos Antonio Da Mota

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2009 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento para construção de quadra poliesportiva na sede do município; 01 requerimento para construção de uma quadra em um povoado do município; 01 requerimento para confecção de projeto de criação de uma Secretaria de Esporte para o município; 01 requerimento para criação do Conselho Municipal de Esporte e Cultura; 01 requerimento criação de Lei para regulamentação do esporte amador no município; 01 requerimento para envio da Lei da criação do Conselho de Esporte para apreciação da câmara; 01 requerimento para envio da Lei de regulamentação do esporte amador; 01 requerimento para audiência pública para discutir o esporte amador no município; 01 requerimento para inclusão da SEMEL no plano plurianual 2010 a 2013; 01 requerimento para

antecipação de sessão para tratar do esporte tendo a presença de um deputado estadual; 01 requerimento para reforma das quadras poliesportivas de um colégio estadual da sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Hildebrando Cedraz Neto, Milton Oliveira de Sena e Antônio Souza Santos e Carlos Antônio Mota Carvalho.

Já na tabela 14 distribuímos os requerimentos relacionados com o ano de 2010.

Tabela 14. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2010 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
006/2010	Conclusão da obra da arquibancada da quadra do COMUJA e trabalho de jardinagem na área em volta da quadra.	Milton Oliveira de Sena
030/2010	Determinar a Coordenação de Esportes do Município, informar a imprensa e a esse parlamento qual o calendário esportivo do município para o ano de 2010.	José Roberto Nascimento de Oliveira
032/2009	Construção de uma quadra esportiva no Bairro da Caeira.	Antonio de Souza Santos
051/2010	Solicite a Chefe do Poder Executivo informar o andamento dos projetos esportivos discutidos na Audiência Pública do Esporte e Lazer, a exemplo da reforma do Estádio José Rocha, piscina olímpica, pavimentação da rampa de voo livre.	Hildebrando Cedraz Neto
067/2010	Solicitando a desapropriação de área existente atrás da torre da Rádio Jacobina FM no Monte Tabor, para a construção de um campo de futebol.	Milton Oliveira de Sena
171/2010	Construção de uma quadra esportiva no Povoado de Olhos D'água dos Góes.	Antonio de Souza Santos

172/2010	Construção de uma quadra esportiva no Povoado de Velame de Cima.	Antonio de Souza Santos
178/2010	Seja encaminhado ofício solicitando o agendamento de audiência, com Ilustríssimo Senhor Raimundo Nonato Tavares da Silva, Diretor Geral da Superintendência de Desporto do Estado da Bahia - SUDESB, para receber em seu gabinete o vereador Hildebrando Cedraz Neto. O objetivo da audiência requerida é tratar de assuntos do esporte no Município de Jacobina.	Hildebrand o Cedraz Neto
190/2010	Construção de uma quadra de esporte no Velame de Cima, conclusão da quadra de esporte no Pau-Ferro, conclusão da quadra de esporte no Barroço de Cima, construção de uma quadra de esporte no Soropó, construção de uma quadra poliesportiva na comunidade de Nazaré,.	Antonio de Souza Santos

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2010 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento para construção de quadra poliesportiva na sede do município; 03 requerimentos para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 01 requerimento para conclusão de reforma em uma quadra poliesportiva em um colégio na sede do município; 01 requerimento para apresentação do calendário esportivo do município; 01 requerimento para informações sobre o andamento de projetos de esporte no município; 01 requerimento para desapropriação de terreno para construção de um campo de futebol na sede do município; 01 requerimento para confecção de ofício para audiência com o diretor da SUDESB. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Hildebrando Cedraz Neto, Milton Oliveira de Sena e Antônio Souza Santos e José Roberto Nascimento de Oliveira.

Vejamos na tabela 15 como os requerimentos do ano de 2011 foram distribuídos.

Tabela 15. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2011 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
017/2011	Adotar as medidas necessárias para que seja regularizada a situação documental do Estádio Municipal José Rocha.	Hildebrand o Cedraz Neto
022/2011	Construção de uma quadra esportiva no Povoado de Cafelândia.	Antonio de Souza Santos
044/2011	Reforma na quadra de esporte da Praça da Matriz, no Distrito do Junco.	Rosilene Juvêncio Santos Sousa
057/2011	Construção de uma quadra esportiva no Bairro da Caeira.	Antonio de Souza Santos
104/2011	Solicitando a aquisição de 03 (três) tarefas de terra para a construção e um campo de futebol para atender aos desportistas que residem na área do contorno de Israel no Povoado de Paraíso.	Clériston Moreira
116/2011	Construção de uma quadra esportiva no Povoado de Olhos D'água dos Góes.	Antonio de Souza Santos
119/2011	Seja encaminhado cópia deste à chefe do executivo, senhora prefeita Valdice Castro Vieira da Silva, solicitando que seja encaminhado à esta casa projeto de lei criando a Secretaria de Meio Ambiente e Esporte do Município.	Carlos Antonio da Mota
120/2011	Solicitando que seja encaminhado à esta casa projeto de lei criando a Secretaria de Meio Ambiente, Turismo, Cultura e Esporte do município.	Carlos Antonio da Mota
124/2011	Seja encaminhada cópia deste à chefe do poder executivo, senhora Valdice Castro Vieira da Silva, querendo que seja	Carlos Antonio da Mota

encaminhado a SUDESB solicitação de convênio para implantação de tela de proteção do campo de futebol do Bairro Jacobina II, em nossa cidade, pois, o pleito foi encaminhado ao senhor Raimundo Nonato Tavares da Silva, diretor geral da SUDESB, e o mesmo afirmou que para a viabilidade da obra é necessário o convênio, conforme de correspondência encaminhada ao autor, pela autarquia, cópia anexa.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2011 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento para construção de quadra poliesportiva na sede do município; 02 requerimentos para construção de quadras poliesportivas em povoados do município; 02 requerimentos para confecção de projeto de criação de uma secretaria de esporte para o município; 01 requerimento para reforma de uma quadra poliesportiva em um povoado do município; 01 requerimento para regularização documental do Estádio Municipal José Rocha; 01 requerimento para aquisição de terreno para construção de campo de futebol em um povoado do município; 01 requerimento para celebração de convenio com a SUDESB para aquisição de alambrado para campo de várzea da sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Hildebrando Cedraz Neto, Rosilene Juvêncio Santos Sousa, e Antônio Souza Santos, Carlos Antonio da Mota e Clériston Moreira.

A tabela 16 apontam os requerimentos do ano de 2012.

Tabela 16. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2012 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
7/2012	Seja encaminhada cópia deste à Chefe do Poder Executivo, Senhora Valdice Castro Vieira da Silva, querendo que seja encaminhada a SUDESB solicitação de convênio para implantação de tela de proteção do campo de futebol do Bairro Jacobina II, em nossa cidade, pois, o pleito foi encaminhado ao Senhor Raimundo Nonato Tavares da Silva, Diretor Geral da SUDESB, o mesmo afirmou que para a viabilidade da obra é necessário o convênio, conforme correspondência encaminhada pelo superintendente, cópia anexa.	Carlos Antonio da Mota
018/2012	Construção de uma quadra poliesportiva no Bairro de Nazaré.	Antonio de Souza Santos

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2012 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento para construção de quadra poliesportiva na sede do município; 01 requerimento para celebração de convenio com a SUDESB para aquisição de alambrado para campo de várzea da sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Carlos Antonio da Mota e Antonio de Souza Santos.

3.2.6 Os requerimentos do legislativo na gestão 2013 a 2016

A tabela 17 apontam os requerimentos da gestão de Rui Macedo no ano de 2013.

Tabela 17. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2013 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
060/2013	Reforma geral do Estádio Municipal José Rocha, na sede deste município	Rosilene Juvêncio Santos Souza / Paulo Adriano Morais Jatobá
083/2013	Aquisição de um imóvel para a construção de um campo de futebol no Pontilhão, a fim de fomentar a prática desportiva e permitir o lazer e a interação da comunidade local.	Ramon Santos Celestino
127/2013	Sejam dispensados os interstícios de Lei, colocando em discussão e em 1ª e 2ª votação, Projeto de Lei, que “Considera de utilidade Pública Municipal a Federação Baiana de Voo Livre”	Pedro Mário Carvalho Nascimento
130/2013	Solicitando concessão para o Estado, da quadra esportiva, ora do município, localizada ao lado do Colégio Estadual no Distrito do Junco.	Ronivom Martins de Sousa
159/2013	Criação do cargo de Coordenador Distrital de Esportes, vinculado à Secretaria Municipal de Esportes para atuar nos distritos do município de Jacobina.	Pedro Mário Carvalho Nascimento
184/2013	Criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.	Carlinhos da Caixa

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2013 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento para reforma do Estádio Municipal José Rocha na sede do município; 01 requerimento para aquisição de terreno para construção de campo de futebol em um povoado do município; 01 requerimento para votação para reconhecimento da utilidade pública da Federação Baiana de Voo Livre; 01 requerimento para concessão de uma quadra poliesportiva de um colégio estadual para acesso a comunidade em um povoado do

município; 01 requerimento para criação do cargo de coordenador distrital de esportes; 01 requerimento para criação do conselho municipal de esporte e lazer. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Rosilene Juvêncio Santos Souza, Paulo Adriano Moraes Jatobá, Ramon Santos Celestino, Pedro Mário Carvalhal Nascimento, Ronivom Martins de Sousa e Carlinhos da Caixa.

No ano de 2014 não houve registro de requerimentos.

A tabela 18 abaixo aponta a distribuição dos requerimentos no ano de 2015.

Tabela 18. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2015 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
003/2015	Recuperação da quadra de esportes no Povoado de Cachoeira Grande.	Cecílio Mota Junior
037/2015	Recuperação da quadra poliesportiva localizada na Praça Reinaldo Magalhães e da quadra localizada no Licurí, em Lages do Batata.	Pedro Mário Carvalhal Nascimento
039/2015	Providenciar a reinstalação da iluminação da quadra poliesportiva da comunidade de Cachoeira Grande.	Jane Marcia de Oliveira
041/2015	Autorização para que os desportistas possam usufruir da quadra de esportes existente no Colégio Municipal de Cachoeira Grande, nos horários que o referido educandário estiver sem aulas, ou seja criar alternativa para que os praticantes de esportes tenham acesso a quadra de esportes.	Cecílio Mota Junior
042/2015	Outorgar a concessão de uso, em caráter oneroso, das instalações do Estádio Municipal José Rocha, localizado na sede	Ramon Santos Celestino

	deste município de Jacobina, por motivo prevalentemente público.	
046/2015	Promover a interdição do Estádio Municipal José Rocha, localizado neste município de Jacobina, para fins de serem realizadas as obras necessárias à sua reforma.	Ramon Santos Celestino
049/2015	Alocação de recursos para troca do gramado e necessárias adequações no Estádio José Rocha.	Carlinhos da Caixa
050/2015	Urgente instalação do Conselho Municipal de Esporte com a consequente indicação dos membros da municipalidade e nomeação deste e dos demais das entidades representativas da sociedade civil, nesse município.	Carlinhos da Caixa
051/2015	Consequente interdição do Estádio Municipal José Rocha, por prazo determinado de 45 dias, a partir da aprovação da presente propositura, para que o município de Jacobina execute as obras de troca do gramado do Estádio José Rocha, extremamente necessária à manutenção de sede dos jogos do nosso querido “jegue de ouro da chapada”, no certame do campeonato baiano de futebol/2016, da primeira divisão.	Carlinhos da Caixa
063/2015	Encaminhamento de projeto de lei visando a deflagrar procedimento legislativo tendente a desafetar bem público municipal para o fim de permitir a doação de terreno destinado à construção do centro de treinamento do Jacobina Esporte Clube.	Ramon Santos Celestino
065 /2015	Construção de um campo de futebol para atender aos jovens do Distrito do Junco visto que os mesmos estão sendo	Rosilene Juvêncio

	obrigados a se deslocar até a comunidade de Várzea do Canto no município de Quixabeira para poder ter acesso a um espaço para o esporte.	dos Santos Souza.
069/2015	Recuperação da quadra de esportes existente na Praça da Matriz na sede do Distrito do Junco.	Rosilene Juvêncio dos Santos Souza.
129/2015	Reforma da quadra do Junco.	Rosilene Juvêncio dos Santos Souza
133/2015	Providencias quando da retirada do gramado do Estádio José Rocha, o remanejamento do mesmo para o Estádio Vicente Marques em Caatinga do Moura. Vale salientar que o piso do campo do referido estádio nesse importante distrito se encontra em boas condições para receber a grama, bem como no local existe disponibilidade de água para a manutenção da referida praça esportiva.	Milton Oliveira de Sena / Noelson Oliveira
137/2015	Criação da comissão de acompanhamento de obras do Estádio José Rocha deste município, com o objetivo de acompanhar o processo construtivo do empreendimento do princípio ao final da obra.	Ramon Santos Celestino
162/2015	Envio de projeto de lei para a câmara de vereadores solicitando autorização para conceder auxílio financeiro para o Jacobina Esporte Clube.	Pedro Mário Carvalho Nascimento

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2015 foram feitos os seguintes requerimentos: 05 requerimentos para reforma de quadra poliesportiva em povoados do município; 01 requerimento para autorização de uso

da população da quadra poliesportiva do colégio municipal em um povoado do município; 02 requerimentos para interdição para reforma do Estádio Municipal José Rocha; 01 requerimento para concessão do Estádio Municipal na sede do município; 01 requerimento para alocação de recursos para reforma do estádio municipal na sede do município; 01 requerimento para instalação e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte; 01 requerimento para que seja enviado o projeto de doação de terreno para construção de centro de treinamento do Jacobina Esporte Clube na sede do município; 01 requerimento para construção de campo de futebol em um povoado do município; 01 requerimento para reforma de campo de futebol em um povoado do município; 01 requerimento para criação de uma comissão para acompanhamento das obras de reforma do Estádio Municipal José Rocha; 01 requerimento para que seja enviado um projeto de lei para auxílio financeiro ao Jacobina Esporte Clube.

Percebemos também que os principais vereadores que apontaram requerimento foram: Rosilene Juvêncio Santos Souza, Cecílio Mota Junior, Ramon Santos Celestino, Pedro Mário Carvalhal Nascimento, Carlinhos da Caixa, Milton Oliveira de Sena, Noelson Oliveira e Jane Márcia de Oliveira.

Por fim, no ano de 2016 os requerimentos foram distribuídos conforme aponta a tabela 19 abaixo.

Tabela 19. Distribuição dos requerimentos realizados pelo legislativo da Câmara Municipal de Jacobina-Bahia no ano de 2016 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

REQUERIMENTO	ASSUNTO	AUTOR(ES)
022/2016	Melhorias físicas no campo de futebol amador do Condomínio Motinha, Jacobina-BA.	Tiago Manoel Dias Ferreira

013/2016	Reposição de lâmpadas queimadas e ao mesmo tempo estude a possibilidade de melhoria e manutenção na quadra esportiva do Povoado Contorno de Zé Gonçalo neste município.	Ronivom Martins de Sousa
028/2016	Providências para instalação de um placar e reparos nas torres de iluminação do Estádio José Rocha. Observamos no último jogo pelo campeonato baiano que os refletores das torres não funcionaram a contento.	Milton Oliveira de Sena

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2016 foram feitos os seguintes requerimentos: 01 requerimento para reforma do Estádio Municipal José Rocha na sede do município; 01 requerimento para reforma de quadra poliesportiva em um povoado do município; 01 requerimento para reforma de campo de futebol de várzea da sede do município. Percebemos também que os principais vereadores que apontaram indicação foram: Tiago Manoel Dias Ferreira, Ronivom Martins de Sousa e Milton Oliveira de Sena.

Portanto, identificamos que houve um maior número de indicações do que requerimentos, pois, as indicações são proposições que os membros do legislativo fazem ao chefe do executivo e os requerimentos são solicitações que devem indicar uma decisão ou resposta sobre determinado tema.

No que tange aos conteúdos das indicações e requerimentos, percebe-se que há uma concentração em reformas e construção de equipamentos tanto na sede como no restante do município.

Outro aspecto que nos chama atenção é sobre as cobranças realizadas pelos membros da câmara que vão ser expostas aqui. No ano de 2007 existem 02 requerimentos que tem como seu tema principal um parque público para população jacobinense, onde seria utilizado para pratica de atividades físicas,

esporte e lazer. Enquanto o primeiro requerimento solicita a construção do parque da cidade, o outro que na minha opinião é bem mais sensato, pede a reavaliação do projeto no que diz respeito a sua localização. Apesar de ser uma área central da cidade localizada no condomínio motinha e adjacências, esta área no período chuvoso fica inundada, pois fica no meio de dois rios que cortam a cidade o que poderia onerar mais, tanto a obra a ser realizada, quanto se feita sem as devidas observações e o causaria a destruição de parte da obra realizada.

No ano de 2008, 02 requerimentos me chamam atenção, foram a concessão do Ginásio de Esportes Paulo Santos para as efetivações de aulas de esportes do curso de Educação Física da UNEB, que não tem estrutura adequada para tal finalidade. Percebo no meu ponto de vista que esta pode ser tratada como uma política pública de esporte, já que os profissionais que são formados irão trabalhar no ensino e fomento do esporte. A outra solicitação para o fomento do esporte no município é o incentivo fiscal para projetos que envolvam não só o esporte, mais também a cultura e o lazer.

No ano de 2009, constata-se de modo geral o início das cobranças que vão acontecer também em anos posteriores, para se fazer a efetivação da Lei Orgânica do Município no que tange o esporte, para que sejam feitas as leis para criação do conselho municipal do esporte e também lei que regulamenta o esporte amador no município. Neste mesmo ano solicitou-se também a criação da secretaria de esportes.

No ano de 2010 destacam-se as solicitações que vislumbram o intuito de celebrar parcerias com a SUDESB para o desenvolvimento de ações no município e também a cobrança do calendário esportivo do município e de informações de sobre o andamento de projetos voltados para esporte no município o que

pode ser identificado como uma forma de organização da fiscalização, que é atribuição dos vereadores.

No ano de 2014 não foram encontrados registro de requerimento para área do esporte. Em 2015 podemos ver é exposição da fragilidade das políticas públicas de esporte no município de Jacobina, pois o time de futebol do Jacobina Esporte Clube tinha classificado em ano anterior para disputar a primeira divisão do campeonato baiano de futebol, porém o Estádio Municipal José Rocha não tinha sido aprovado para receber os jogos do campeonato baiano. Diante disso, o fato repercutiu-se no município, o que gerou uma serie de requerimentos por parte dos vereadores ao chefe do executivo para reforma do estádio. Porém mesmo diante das cobranças o time do Jacobina, não jogou na sua cidade no ano de 2015.

Outro fato que vem à tona nesta pesquisa foi a possibilidade de ajuda financeira ao time do Jacobina, como também a doação de imóvel para construção de um centro de treinamento para o time. Sabe-se que por anos este time ficou sem representação e que este foi usado de forma camuflada, meio de conquistar votos na eleição para deputado de estadual para o então presidente do time e gerou um desconforto político, causando a briga de ego entre políticos que resultou no atraso das obras como citado anteriormente.

4 AS AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO E EXECUTIVO RELACIONADAS AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE

Neste item apresentaremos o conjunto de leis realizados pela Câmara Municipal e o Poder Executivo Municipal da cidade de Jacobina-Bahia no que tange as políticas públicas de esporte.

Para facilitar o entendimento os dados são apresentados a partir de cada ano dos períodos de gestão municipal. Nesse sentido, as informações das tabelas abaixo, são organizadas em três grandes períodos/gestão: a) gestão Rui Macedo (PSDB) 2005 a 2008; b) gestão Valdice Castro (DEM) 2009 a 2012 e; c) gestão Rui Macedo (PMDB) 2013 a 2016.

As informações sobre as leis foram sintetizadas por número da lei, assunto e desdobramento.

4.1 As leis na gestão 2005 a 2008

Conforme já apontamos na metodologia do trabalho, iremos desenvolver nossa reflexão a partir do ano de 2007, pois os arquivos referentes a políticas públicas de esporte (leis municipais, indicações, requerimentos) entre 2005 e 2006 não estavam disponíveis em formato virtual, como relatamos na metodologia.

De acordo com a tabela 20 vejamos a descrição das leis do ano de 2007.

Tabela 20. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2007 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 797, de 22 de	Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de	Desporto e lazer R\$ 162.000,00, sendo apoio ao desporto amador R\$ 72.000,00, construção de

dezembro de 2006.	Jacobina, para o exercício financeiro de 2007.	parques recreativos e desp. municipal R\$ 50.000,00 e construção, ampliação, adequação e reforma de quadras R\$ 40.000,00.
Lei nº 823, de 06 de junho de 2007.	Altera a Lei nº 801, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina e dá outras providências.	
Lei nº 852, de 13 de dezembro de 2007.	Cria a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, denominada Grotinha.	Art. 5º O projeto urbanístico da ZEIS Grotinha deverá prever os espaços destinados à construção de escolas, creches, posto de saúde, unidades operacionais da Polícia Militar, área de preservação ambiental, obras de recuperação e melhoria na infraestrutura urbana, bem como, quadras de esportes, praças públicas e espaços para lazer e demais equipamentos comunitários. Art. 9. O Poder Executivo deverá implementar, no local, programas de esportes, de inserção no mercado de trabalho e geração de renda, ações sociais, de desenvolvimento comunitário e área de preservação ambiental.
Lei nº 853, de 21 de dezembro de 2007.	Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2008.	Desporto e lazer R\$ 171.000,00 – Sendo apoio ao desporto amador R\$ 51.000,00, construção de parques recreativos e desp. municipal R\$ 10.000,00, construção, ampliação, adequação e reforma de quadras R\$ 110.000,00.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

As leis municipais trazem o esporte na maioria das vezes com coadjuvante a um objetivo geral que a lei tem por finalidade.

Diante disso, quando e quando a lei tiver o esporte como objeto principal destrincharemos está para um melhor entendimento.

No ano de 2007 foram identificadas 03 leis, porém foi colocada uma lei do ano de 2006, pois esta faz referência ao orçamento do ano de 2007, até porque a mesma só foi publicada na edição de número 24, do dia 19 de janeiro de 2007.

A Lei Municipal nº 852/2007 tem como objetivo principal a regularização fundiária no Bairro da Grotinha, na cidade de Jacobina-Ba, revendo áreas ocupadas indevidamente, situações de imóveis em risco e possíveis danos causados ao meio ambiente, podendo que ocupantes destas áreas, sejam remanejados preferencialmente para área poligonal do próprio bairro. Neste projeto urbanístico, uma área (quadra de esportes) deve ser destinada ao esporte que é citado no Art. 5º. Já no Art. 9º, a lei informa que o Poder Executivo deverá implementar programas de esportes na comunidade, promovendo junto a outras temáticas o desenvolvimento comunitário. É valido lembrar que, apesar da lei ser do ano de 2007, nenhum espaço público para o esporte foi identificado naquele local (JACOBINA, 2007A).

A Lei municipal nº 823/2007, altera na sua redação, apenas a forma como a estrutura governamental que Prefeitura Municipal de Jacobina se encontra. O esporte, no entanto, continuou na mesma base hierárquica, pertencendo a Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, tendo uma Coordenadoria de Esporte dentro da secretaria supracitada. No ano de 2007 a função de secretário tem com vencimentos básicos R\$ 3.816,00, enquanto a coordenador recebia o valor de R\$ 2.816,78 (JACOBINA, 2007B).

A função da secretaria em relação esporte está prevista no Capítulo VI, Art. 12, dos incisos XVII ao XXIX:

Art.12- A Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte tem por finalidade desempenhar as funções do Município em matéria de educação, cultura e esporte, competindo-lhe:

XXVII – Elaborar, coordenar e executar programas desportivos e recreativos, para maior desenvolvimento do esporte em suas diversas modalidades;

XXVIII – Promover o estímulo às atividades desportivas e recreativas;

XXIX – Promover o intercâmbio desportivo com outros centros, objetivando o aperfeiçoamento dos padrões dos programas desportivos e a elevação do nível técnico. (JACOBINA, 2007B, p.10-11).

Apesar do esporte estar vinculado à Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, este também deve ser promovido pela Secretária Municipal da Assistência Social, como podemos ver no Capítulo X, Art. 16, nos incisos V e IX:

Art.16 - A Secretaria Municipal da Assistência Social tem por finalidade formular e executar as políticas públicas relacionadas com a capacitação de mão de obra, intermediação de emprego e apoio ao trabalhador, o desenvolvimento comunitário, o apoio e assistência à infância, adolescência e ao idoso e às pessoas que necessitem de atenção especial, competindo-lhe:

V – Promover mutirões, campanhas de mobilização e trabalho socioeducativo que atendam as questões relacionadas com a migração desordenada, habitação, trabalho e prostituição infantil, violência na família, segurança, esporte e lazer, em estreita articulação com as demais Secretarias do Município;

IX – Celebrar convênios, contratos ou outros instrumentos de parceria com serviços e entidades comunitárias assistenciais, culturais, esportivas, religiosas, entidades filantrópicas e demais instituições da área social, no sentido de fortalecer o Sistema de Assistência Social no Município;(JACOBINA, 2007B, p.15).

O interessante em trazer a lei da estrutura governamental da Prefeitura Municipal de Jacobina é informar qual o papel das secretarias em relação ao esporte e também trazer o modelo anterior desta organização que foi modificada e será revelada em momento oportuno neste trabalho.

O orçamento municipal anual é estipulado por lei no ano anterior a sua execução, pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Então neste momento apresentaremos aqui, o orçamento para o esporte nos anos de 2007 e 2008, através das suas respectivas leis.

A Lei municipal nº. 797/2006 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2007, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 162.000,00, tendo como metas administrativas o gasto de R\$ 72.000,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 50.000,00 para construção de parques recreativos e desporto municipal e R\$ 40.000,00 para a construção, ampliação, adequação e reforma de quadras (JACOBINA, 2006). Já a Lei municipal nº 853/2007 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2008, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 171.000,00, tendo como metas administrativas o gasto de R\$ 51.000,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 10.000,00 para construção de parques recreativos e desporto municipal e R\$ 110.000,00 para a construção, ampliação, adequação e reforma de quadras (JACOBINA, 2007C). Apesar de haver um aumento de R\$

9.000,00 na verba a ser gasta com esporte e lazer em relação ao ano anterior percebe-se que a uma diminuição nos valores para desporto amador e construção de parque recreativos que são revertidos para construção, manutenção e reformas das quadras esportivas.

De acordo com a tabela 21 vejamos a descrição das leis do ano de 2008.

Tabela 21. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2008 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 895, de 18 de junho de 2008.	Autoriza o Chefe do Poder Executivo deste Município a doar uma área de terra ao Estado da Bahia, destinada à construção de uma piscina semiolímpica, através da SUDESB.	
Lei nº 923, de 03 de dezembro de 2008.	Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2009.	Desporto e lazer R\$ 443.000,00 – Sendo apoio ao desporto amador R\$ 58.000,00, construção de parques recreativos e desp. municipal R\$ 100.000,00, construção, ampliação, adequação e reforma de quadras R\$ 10.000,00, implant. modernização de infraestrutura de esporte recreativo e de lazer R\$ 275.000,00.
Lei nº 936, de 30 de dezembro de 2008.	Autoriza o Chefe do Poder Executivo deste Município a doar uma área de terra à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, destinada à construção de uma piscina semiolímpica.	

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2008 foram identificadas 03 leis, que serão apresentadas a seguir.

No ano de 2008, 02 leis fazem alusão a mesma finalidade, porém está se difere uma dá outra em relação ao beneficiário da doação de um imóvel para construção de uma piscina semiolímpica.

A lei municipal nº 895/2008 autoriza o prefeito Rui Macedo doar uma área de terra ao Estado da Bahia, área está localizada ao lado do Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes, para que fosse construída naquele local uma piscina semiolímpica, através da SUDESB, que teria o prazo de 02 anos para construção da mesma. Caso não viesse ocorrer a construção no período informado, o terreno retornaria para o município. Já a lei municipal 936/2008 revoga a lei 895/2008 pois a doação o terreno ao Estado da Bahia ainda não havia sido concretizada, doando o mesmo terreno para a UNEB Campus IV, para que esta também construísse uma piscina semiolímpica e dando o mesmo prazo de 02 anos para que a mesma fosse construída sob a pena de devolução da área, caso não foi executada a obra, o que não ocorreu até o memento (JACOBINA, 2008A;2008B).

A Lei municipal nº. 923/2008 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2009, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 443.000,00, tendo como metas administrativas o gasto de R\$ 58.000,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 100.000,00 para construção de parques recreativos e desporto municipal e R\$ 10.000,00 para a construção, ampliação, adequação, reforma de quadras e R\$ 275.000,00 implantação e modernização de infraestrutura de esporte recreativo e de lazer. O que podemos perceber é o um aumento de quase 260% no valor destinado ao desporto e lazer,

tendo como item a mais nas metas administrativas a implantação e modernização de infraestrutura de esporte recreativo e de lazer (JACOBINA, 2008C).

4.2 as leis na gestão 2009 a 2012

De acordo com a tabela 22 vejamos a distribuição das leis relacionadas com as políticas públicas de esporte no ano de 2009.

Tabela 22. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2009 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 942, de 31 de agosto de 2009.	Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária de 2010, na forma que indica e dá outras providências.	Art. 2º. Constituem diretrizes gerais para a Administração Pública Municipal: XII. Valorização das atividades desportivas, como forma de incentivar a prática de atividades físicas, promovendo a valorização do jovem e do adolescente.
Lei nº 954, de 14 de dezembro de 2009.	Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2010.	Desporto e lazer R\$ 1.050.772,00.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2009 foram identificadas 02 leis, que serão apresentadas a seguir.

Em 2009, 02 leis identificadas estão direcionadas para a lei orçamentária. A Lei municipal nº 942/2009 traça diretrizes para o os gastos públicos, e esta traz o esporte como diretriz e meta administrativa a ser alcançada no Capítulo I, Art. 2º, inciso XII, como podemos ver:

Art. 2º. Constituem diretrizes gerais para a Administração Pública Municipal:

XII. Valorização das atividades desportivas, como forma de incentivar a prática de atividades físicas, promovendo a valorização do jovem e do adolescente. (JACOBINA, 2009A, p.3).

Já a Lei municipal nº 954/2009 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2009, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 1.050.772,00, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 80.000,00 para a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 200.000,00 para construção do parque da cidade, R\$ 550.000,00 para promoção de eventos e festas tradicionais do município, R\$ 60.000,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 102.772,00 para apoio ao desporto amador e R\$ 58.000,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias (JACOBINA, 2009B).

De acordo com a tabela 23 vemos a descrição das leis do ano de 2010.

Tabela 23. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2010 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 983, de 11 de agosto de 2010.	Denomina de Francisco Felix da Costa – Chato, A quadra poliesportiva da Praça Rinaldo Magalhães, No Povoado De Lages do Batata, neste município.	
Lei nº 985, de 11 de	“Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir	Artigo 2º - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional

agosto de 2010.	crédito adicional especial para os fins que se destina e dá outras providências”.	especial, serão cobertas com os recursos de que trata o artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº. 4.320/64, – Excesso de Arrecadação – verificado na rubrica 2.4.7.1.99.14.00.00.00 – Praça da Juventude, proveniente dos recursos do convenio nº. 736893/2010, celebrado com o Ministério do Esporte, no valor de R\$ 975.000,00 (Novecentos e setenta e cinco mil reais), cujo objeto é a Implantação de 1ª Etapa da Unidade Esportiva – Praça da Juventude, no Município.
Lei nº 971, de 07 de abril de 2010.	“Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir crédito adicional especial para os fins que se destina e dá outras providências”.	Artigo 2º - As despesas decorrentes da abertura do presente redito adicional especial, serão cobertas com os recursos de que trata o artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II, da Lei Federal nº. 4.320/64 – Excesso de Arrecadação, proveniente do convênio apurado na rubrica 2.4.7.1.99.11.00.00.00 – Ministério do Esporte – construção e recuperação de quadras esportivas. R\$ 250.000,00.
Lei nº 980, de 21 de junho de 2010.	Denomina de Valdemir Raimundo Mota a quadra poliesportiva existente na Praça da Feira livre no Povoado de Paraíso no município de Jacobina.	
Lei nº 994, de 14 de setembro de 2010.	Denomina de Jhonatan Igor Novais Matos Araújo – Igor De Jura, A quadra poliesportiva da Praça da Matriz no Povoado do Junco, neste município.	

Lei nº 1000, de 27 de dezembro de 2010.	Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2011.	Desporto e lazer	R\$ 2.143.050,00.
--	---	------------------	-------------------

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2010 foram identificadas 06 leis, que serão apresentadas a seguir.

As leis municipais nº 980/2010, 983/2010 e 994/2010 denominam com nomes de pessoas quadras poliesportivas localizadas em povoados pertencentes ao município como visto na tabela 23 (JACOBINA, 2010A; 2010B; 2010C). Na apresentação das leis no DOM, não fica claro quem são ou foram estas pessoas que tem seus nomes atribuídos a estes espaços. A nomeação de bens públicos é regida pela Lei 6.454, de 24 de outubro de 1977, em Art. 1º como podemos ver a seguir:

Art 1º É proibido, em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta. (BRASIL, 1977).

As outras leis identificadas no ano de 2010, se refere a abertura de crédito especial adicional, autorizada pelo Poder Legislativo ao Poder Executivo Municipal.

Na lei municipal nº 985/2010 a câmara de vereadores autoriza a abertura de crédito no valor de R\$ 975.000,00 para a implantação da 1ª etapa da unidade esportiva, conhecida como Praça da Juventude, no Município. No Art. 2º desta deixa claro que as despesas decorrentes com a abertura do crédito seriam

cobertas pelo convênio assinado com o Ministério do Esporte. (JACOBINA, 2010D)

Já a lei municipal nº 971/2010, a câmara de vereadores autoriza a abertura de crédito no valor de R\$ 250.000,00 para a construção e recuperação de quadras esportivas, tendo as despesas decorrentes com a abertura do crédito seriam cobertas pelo convênio assinado com o Ministério do Esporte. Na apresentação da referida lei no DOM, não fica evidenciado onde e qual equipamento seria construído ou reformado. (JACOBINA,2010E)

A Lei municipal nº 1000/2010fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2011, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 2.143.050,00, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 898.750,00 para a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 200.000,00 para construção do parque da cidade, R\$ 135.000,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 85.500,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 63.800,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias, R\$ 165.400,00 para construção de estádios de futebol e R\$ 760.000,00 para promoção de eventos e festas tradicionais do município. (JACOBINA,2010F)

De acordo com a tabela 24 vejamos a descrição das leis do ano de 2011.

Tabela 24. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2011 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 1.024, de 21 junho de 2011.	Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Assistencial e Desportiva do Bairro da Catuaba.	

Lei nº 1036, de 05 de outubro de 2011.	“Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”.	Const. de 2 (duas) quadras esportivas escolares: Col. Luiz Alberto e Escola Yêda Barradas, no valor R\$ 1.077.991,49.
Decreto nº 171, de 26 de outubro de 2011.	Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel terreno situado na localidade de Várzea da Lage, Jacobina Bahia.	Considerando a premente necessidade de edificação de quadra poliesportiva na localidade de Várzea da Lage, município de Jacobina.
Lei nº 1039, de 20 de outubro de 2011.	“Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”.	Excesso de arrecadação – apurado na rubrica 1.7.6.2.99.14.01.00 – Convênio I Circuito de Caminhadas da Longevidade de Jacobina, proveniente de recursos de convênio firmado com a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB, no valor de R\$ 19.000,00 (Dezenove mil reais).
Lei nº 1045, de 07 de dezembro de 2011.	Estima a receita e fixa a despesa do município de Jacobina para o exercício financeiro de 2012.	Desporto e lazer R\$ 4.809.643,81.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2011 foram identificadas 04 leis 01 decreto que serão apresentadas a seguir.

O decreto municipal nº 171/2011 declara de utilidade pública um terreno situado no Povoado de Várzea da Lage, tendo como finalidade a desapropriação deste para que seja edificada no local uma quadra poliesportiva pública para aquela comunidade.

A Lei municipal nº 1024/2011 confere o título de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Assistencial e Desportiva do Bairro da Catuaba (JACOBINA, 2011A). A Utilidade

Pública é uma titulação dada a entidade que desinteressadamente presta serviços a sociedade, seja a nível federal, estadual ou municipal, porém não encontramos a lei municipal no período pesquisado, que trate dos requisitos para que uma instituição seja conferida com o título. No entanto traremos o trecho da Lei Federal nº 91/1935 para entendermos melhor a titulação:

Art 1º As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no país com o fim exclusivo de servir desinteressadamente á coletividade podem ser declaradas de utilidade pública, provados os seguintes requisitos:

- a) que adquiriram personalidade jurídica;
- b) que estão em efetivofuncionamento e servem desinteressadamente acoletividade;
- c) que os cargos de sua diretoria, conselhos fiscais, deliberativos ou consultivos não são remunerados, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações. (BRASIL, 1935).

A lei federal acima já foi revogada, cabendo aos estados e municípios elaborarem as suas leis com os requisitos para deferir a titulação.

As leis municipais nº 1036/2011 e 1039/2011, autorizam o chefe do Poder Executivo abrir crédito especial adicional. A primeira autoriza a abertura de crédito no valor R\$ 1.077.991,49

para a construção de duas quadras esportivas nas instituições de ensino público municipal: Colégio Municipal Dr.º Luiz Alberto Dourado de Carvalho, no Bairro Jacobina III e Escola Municipal Yêda Barradas Carneiro, no Bairro Jacobina II, recursos oriundos do convenio firmado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE. Já a segunda lei, autoriza o Poder Executivo abrir crédito no valor de R\$ 19.000,00 para a realização do 1º Circuito de Caminhadas da Longevidade de Jacobina, recursos de advindos do Convênio a ser firmado com a SUDESB, estando à frente da realização do evento a Secretaria de Assistência Social.(JACOBINA, 2011B;2011C)

A Lei municipal nº 1045/2011 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2012, para o desporto e lazer, o valor de R\$ R\$ 4.809.643,81, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 1.709.643,81 para a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 200.000,00 para construção do parque da cidade, R\$ 1.900.000,00 para construção da Praça da Juventude na sede do município, R\$ 435.000,00 para promoção de eventos e festas tradicionais do município, R\$ 147.000,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 88.000,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 90.000,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias e R\$ 240.000,00 para construção de estádios de futebol (JACOBINA, 2011D).

De acordo com a tabela 25 vejamos a descrição das leis do ano de 2012.

Tabela 25. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2012 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 1.070, de	Denomina de Manoel Amâncio dos Santos a quadra	

11 de abril de 2012.	poliesportiva que fica localizada no Povoado de Pau Ferro, nesta cidade.	
Lei nº 1077, de 14 de junho de 2012.	“Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”	Excesso de arrecadação – apurado na rubrica 1.7.6.2.99.17.02.00 – Convênio 2º Circuito de Caminhadas da Longevidade de Jacobina, proveniente de recursos de convênio a ser firmado com a Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia – SUDESB, no valor de R\$ 33.400,00 (trinta e três mil e quatrocentos reais).
Lei nº 1061, de 28 de março de 2012.	Denomina de Daniel Alves Da Silva (Daniel Prego) A quadra de esportes existente no Colégio Luiz Alberto Dourado De Carvalho, neste município.	
Lei nº 1062, de 28 de março de 2012.	Denomina de Gerino Moura a quadra de esportes existente no Colégio Municipal Gilberto Dias de Miranda (COMUJA), neste município.	
Lei nº. 1063, de 28 de março de 2012.	Denomina de Gervásio Firmo dos Santos a quadra de esportes existente no Colégio Yeda Barradas Carneiro, neste município.	
Lei nº. 1082, de 05 de setembro de 2012.	“Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”.	Excesso de Arrecadação, proveniente dos recursos transferidos pelo FNDE/MEC, relativos ao termo de compromisso PAC 203277/2012, apurado nas rubricas 2.4.7.1.02.00.00.00 – Transferências de convênios da união destinados a programas de educação; 2.4.7.1.02.04.00.00.00 –

		Construção de 1 (uma) cobertura de quadra esportiva escolar no Povoado de Lages do Batata, no valor de R\$ 237.116,63 (duzentos e trinta e sete mil, cento e dezesseis reais e sessenta e três centavos).
Lei n.º 1083, de 05 de setembro de 2012.	Cria a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências.	
Lei n.º 1088, de 19 de setembro de 2012.	Denomina de Otacilio Benicio de Souza a quadra poliesportiva municipal em Olhos D'água no Distrito de Caatinga do Moura, município de Jacobina.	
Lei n.º 1089, de 19 de setembro de 2012	Denomina de Vicente Marques da Silva o Estádio Municipal do Distrito de Caatinga do Moura, município de Jacobina.	
Lei n.º 1.095, de 19 de novembro de 2012.	Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2013.	Desporto e lazer R\$ 5.289.194,92.
Lei n.º 1.103 de 22 de novembro de 2012	Declara de Utilidade Pública Municipal o Caeira Esporte Clube.	

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2012 foram identificadas 11 leis, que serão apresentadas a seguir.

As leis municipais nº 1061/2012, 1062/2012, 1063/2012, 1070/2012, 1088/2012 e 1089/2012 referem-se a nomeação de espaços públicos destinados a prática esportiva, denominando

estes, com nomes de pessoas, quadras poliesportivas e um estádio de futebol localizados em povoados e na sede do município como visto na tabela 25. (JACOBINA, 2012A; 2012B; 2012C; 2012D; 2012E; 2012F)

Já a Lei municipal nº 1103/2012 concede o título de Utilidade Pública o Caeira Esporte Clube. (JACOBINA, 2012G)

As leis municipais nº 1077/2012 e 1082/2012, autorizam o chefe do Poder Executivo abrir crédito especial adicional. A primeira autoriza a abertura de crédito no valor R\$ 33.400,00 para a realização do 2º Circuito de Caminhadas da Longevidade de Jacobina, recursos de advindos do Convênio a ser firmado com a SUDESB. A referida caminhada foi realizada pela Secretaria de Assistência Social do município de Jacobina. Já a segunda lei autoriza a abertura de crédito no valor R\$ 237.116,63 para construção de 01 (uma) cobertura de quadra esportiva escolar no Povoado de Lages do Batata, recursos oriundos para o crédito foram transferidos pelo FNDE/ Ministério da Educação - MEC, relativos a transferências de convênios da união destinados a programas de educação. (JACOBINA, 2012H;2012I)

A Lei municipal nº 1095/2012 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2013, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 5.289.194,92, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 142.498,06 para construção de 02 quadras esportivas escolares nas instituições de ensino Colégio Municipal Dr.º Luiz Alberto Dourado de Carvalho e Escola Municipal Yêda Barradas Carneiro, R\$ 189.693,30 para construção de 01 cobertura de quadra esportiva escolar no Povoado Lages Do Batata, R\$ 711.349,89 construção de coberturas de quadras esportiva escolares, R\$ 1.246.841,67 para a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 150.000,00 para construção do parque da cidade, R\$ 1.900.000,00 para construção da Praça da

Juventude na sede do município, R\$ 157.000,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 186.017,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 126.575,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias, R\$ 165.400,00 para construção de estádios de futebol e R\$ 313.820,00 para gestão das ações da SEMEL (JACOBINA, 2012J).

No Brasil é facultado aos municípios constituir sistemas próprios de desporto, conforme previsto no Art. 25, parágrafo único da Lei n.º 9,615, de 24 de março de 1998, mas se analisarmos que quando uma secretaria engloba várias pastas, é possível que os gestores destas tendam a priorizar por uma pasta a medida que é cobrado pelo desempenho desta, deixando as outras em segundo plano. (BRASIL, 1998)

No dia 24 de setembro de 2012 a Prefeitura Municipal de Jacobina publica no Diário Oficial do Município em edição extraordinária a Lei nº 1083 de 05 de setembro de 2012, criando a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL), lei esta que tem o trecho de criação transcrito neste trabalho:

LEI Nº 1083, DE 05 DE SETEMBRO DE 2012.

Cria a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE JACOBINA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Jacobina, decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica criada com o respectivo cargo de Secretário Municipal, a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer – SEMEL, com finalidades, competências e atribuições para elaborar, fomentar, promover e acompanhar as políticas públicas de esporte e lazer, no âmbito do Município de Jacobina Bahia. (JACOBINA, 2012K, p. 2).

Na lei transcrita acima podemos perceber que o seu primeiro artigo cria o cargo comissionado de Secretário Municipal e a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer (SEMEL) com finalidades, competências e atribuições para elaborar, fomentar, promover e acompanhar as políticas públicas de esporte e lazer no município. A respectiva lei é composta por 11 artigos, porém elencaremos aqui os principais no ponto de vista do pesquisador.

O segundo artigo trata da estrutura básica no que diz respeito a composição da SEMEL, sendo composta pelos: Órgão Colegiado que é o Conselho Municipal de Esporte e Lazer e um Órgão da Administração Direta composto por um Coordenador do Ginásio de Esporte e Estádio Municipal, um Subcoordenador de Esportes e Lazer para a Zona Rural e um Assessor Técnico I (JACOBINA, 2012K).

No terceiro artigo fica criada a SEMEL, extinguindo a antiga coordenação de esportes vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, tendo esta como finalidade: Programar, organizar, coordenar e executar as atividades de promoção e desenvolvimento do esporte e do lazer no município, administrar os espaços esportivos, fiscalizar a produção de eventos, apoiar e estimular projetos de esportes e lazer que visem atender as necessidades das Pessoas Portadoras de Deficiência, promover a educação esportiva, em conjunto com outras as Secretarias Municipais de Educação, e Cultura, Secretaria de Município da Assistência Social e Secretaria de Município da Saúde, incentivar e promover a capacitação e aperfeiçoamento dos gestores das políticas públicas para o esporte e o lazer, patrocinar atletas e entidades esportivas, incentivar a celebração de convênios com órgãos e instituições públicas ou privadas e estabelecer parcerias com instituições de Ensino Superior Público ou Privado, com vistas

a fomentar a pesquisa e produção científica no âmbito esportivo e do lazer (JACOBINA, 2012K).

Podemos perceber que a SEMEL tem várias atribuições cabendo ao gestor desta colocar estas em prática. O fomento ao esporte deve se dá também através de avaliações, na qual será avaliado se determinada ação contribuiu realmente na vida daquela comunidade, para que suscetíveis erros nas confecções das políticas públicas não existam por estarem reproduzindo modelos prontos com comunidades diferentes em diversos aspectos.

4.3.3 As leis na gestão 2013 a 2016

Vejamos a tabela 26 abaixo a distribuição das leis na gestão Rui Macedo no ano de 2013.

Tabela 26. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2013 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 1.117, de 20 de fevereiro de 2013.	Altera a Lei 801/2006 e dá nova redação à estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina e dá outras providências.	
Lei nº 1.128 de 13 de março de 2013	“Abre credito adicional especial à Lei Orçamentária nº 1.095 de 19 de novembro de 2012 -LOA para o exercício de 2013, no valor de R\$ 182.654,80 (Cento e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos) e dá outras providências.”	Art.2º - As despesas decorrentes da abertura do presente crédito adicional especial, serão cobertas com os recursos de que trata o artigo 43,parágrafo 1º, inciso II, Da Lei Federal nº4.320/64 – Excesso de Arrecadação – oriundos da recepção dos recursos provenientes dos repasses financeiros do

		convênio nº 64/2012 celebrado entre a SETRE-Secretaria do Trabalho,Emprego,Renda e Esporte, a SUDESB – Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia e o Município de Jacobina para reforma do Estádio Municipal de Futebol José Rocha no valor de R\$ 182.654,80 sendo que o valor de contrapartida será de acordo com o elemento já existente no orçamento 2013.
Lei nº 1.148 de 11 de junho de 2013	“Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Esporte Amador e dá outras providências.”	
Lei nº 1.163 de 03 de julho de 2013	“Dispõe sobre a criação de cargos temporários de excepcional interesse público para atender os programas da área social: CRAS, CREAS E PETI, no âmbito do município de Jacobina e dá outras providências”.	Facilitador de esporte e lazer 03 vagas 40h R\$ 750,00 e facilitador de dança 03 vagas 40h R\$ 750,00.
Lei nº 1.179 de 17 de setembro de 2013	“Declara de Utilidade Pública Municipal a Federação Baiana de Vôo Livre.”	
Lei nº 1.182 de 17 de setembro de 2013	“Dispõe sobre a transparência e publicidade dos objetivos e realizações dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas de Jacobina.”	
Lei nº 1.205 de 26 de dezembro de 2013	Abre crédito adicional especial à Lei Orçamentária Nº 1.095 de 19 de novembro de 2012 - LOA para o exercício de 2013, no valor de R\$ 21.950,00	Construção de Praça do Esporte e da Cultura – PEC - Obras e Instalações R\$ 21.950,00.

	(vinte e um mil novecentos e cinquenta reais) e dá outras providências.	
Lei nº 1.209 de 26 de dezembro de 2013	Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2014.	R\$ 2.451.207,00 para o desporto e lazer.
Lei nº 1.214 de 27 de dezembro de 2013	Dispõe sobre a nomeação da PEC (praça de esporte e cultura) de Jacobina-BA e dá outras providências.	Fica nomeada a PEC (Praça de Esporte e Cultura) de Praça Antônio Carlos Pires Dalto Junior (Professor Tica), no município de Jacobina-BA.
Lei nº 1.226 de 27 de dezembro de 2013	Denomina de Antonio Martins de Oliveira o Estádio Municipal de Paraíso.	
Lei nº 1.227 de 27 de dezembro de 2013	Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Jacobina e dá outras providências.	Art. 82 – Dar-se-á o afastamento do servidor, sem prejuízo do efetivo exercício e da respectiva remuneração, nos seguintes casos: IV. Participação, na qualidade de atleta, em provas de competições esportivas oficiais, dentro ou fora do País, mediante convocação do servidor, por requisição do órgão ou entidade oficial promotora ou participante do evento, para representar o Município, Estado ou a União;

Fonte: Elaboração própria, 2016.

Com a criação da SEMEL em 2012 que conseqüentemente retirou o esporte da Secretaria de Educação, a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina, teve que ser revista pela Lei Municipal nº 1117/2013. Diante disso a coordenadoria de esporte foi extinta. Diante disso a Lei Municipal nº 801/2006 modificada pela lei 1117/2013 traz no seu texto no

Capítulo X a atualização da estrutura organizacional que fica da seguinte forma:

Art. 18 -A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer é o órgão tem por finalidade planejar, coordenar e executar as políticas de fomento ao Esporte e Lazer, competindo-lhe:

I - definir e implementar as políticas municipais de esportes e lazer, em consonância com as diretrizes estabelecidas no plano de governo, na legislação municipal, estadual e federal pertinente e observando ainda, as orientações e as deliberações do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

II - definir e implementar as políticas de esportes e lazer para democratizar o acesso ao esporte e lazer no Município;

III - coordenar a realização de projetos, eventos, atividades e expressões de cunho esportivo e de lazer;

IV - propor e gerenciar convênios com instituições públicas ou privadas consoante os objetivos que definem as políticas de esporte e lazer;

V - coordenar outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Parágrafo Único – A Secretaria Municipal de Esporte e Lazer tem a seguinte estrutura básica:

1. Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

1.1. Subcoordenadoria de Esporte Amador;

1.2. Sucoordenadoria do Ginásio de Esporte;

1.3. Assessoria Técnica I;

1.4. Assessoria Técnica II. (JACOBINA, 2013^a, p. 32-33).

A lei supramencionada traz nos seus anexos, os cargos e seus respectivos salários atribuídos aos membros da SEMEL, ficando da seguinte forma: Secretário Municipal de Esporte e Lazer

R\$ 8.000,00, Subcoordenador do Esporte Amador R\$ 1.520,00, Subcoordenador do Ginásio de Esporte R\$ 1.520,00, Assessor Técnico I R\$ 1.056,00, Assessor Técnico II R\$ 808,00 (JACOBINA, 2013A).

As Leis Municipais nº 1128/2013 e 1205/2013 abre crédito adicional especial. A primeira no valor de R\$ 182.654,80 para reforma do Estádio Municipal de Futebol José Rocha, onde os recursos são oriundos do convênio celebrado entre a SETRE-Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, a SUDESB – Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia e o Município de Jacobina. Já a segunda lei o valor de abertura do crédito é de R\$ 21.950,00 para obras e instalações da construção de Praça dos Esportes e da Cultura – PEC. (JACOBINA, 2013B;2013C)

A Lei Municipal nº 1163/2013 trata da criação de cargos temporários voltados para atender os programas da área social do município através (CRAS, CREAS e PETI). A referida lei cria dentre outros os cargos de: Facilitador de esporte e lazer e facilitador de dança, ambos com 03 vagas cada e carga horária de 40h semanais. O provimento dos cargos se dará através de processo seletivo e os habilitados serão contratados pelo período de 02 anos podendo renovar este contrato por um período igual, tendo a remuneração de R\$ 750,00. Na lei supramencionada não informa qual o grau de instrução é necessário para o provimento das vagas (JACOBINA, 2013D).

A Lei Municipal nº 1179/2013 dá o título de Utilidade Pública Municipal a Federação Baiana de Vôlei Livre (JACOBINA, 2013E).

A Lei Municipal nº 1209/2013 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2014, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 2.451.207,00, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 1.302.948,00 para

a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 172.843,00 para a construção de estádios de futebol, R\$ 156.750,00 para construção do parque da cidade, R\$ 327.942,00 para manutenção da SEMEL, R\$ 164.065,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 194.388,00 para apoio ao desporto amador e R\$ 132.271,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias (JACOBINA, 2013).

As Leis Municipais nº 1214/2013 e 1226/2013 tratam da nomeação de espaços públicos, sendo a primeira a que nomeia a praça de esporte e cultura como Praça Antônio Carlos Pires Daltro Junior (Professor Tica) e a segunda lei nomeia de Antonio Martins de Oliveira o Estádio Municipal de Paraíso. (JACOBINA, 2013F;2013G)

A Lei Municipal nº 1227/2013 refere-se ao Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Jacobina, trazendo no corpo do seu texto, mais precisamente no artigo 82, inciso IV, o direito do servidor público municipal afastar-se do serviço sem prejuízo deste e da sua remuneração, para competir em competições oficiais nacionais ou no exterior desde que este seja convocado por órgão ou entidade oficial na condição de representar o Brasil, a Bahia ou Município de Jacobina. (JACOBINA,2013H)

A Lei Municipal nº 1148/2013 cria o Fundo Municipal do Esporte Amador, que tem com finalidade dar suporte financeiro aos projetos que busquem o desenvolvimento do esporte amador no município. O referido fundo terá contabilidade própria no que diz respeito ao acompanhamento dos gastos respeitando as leis que regem o orçamento público (JACOBINA, 2013I).

O Fundo Municipal será administrado pela SEMEL, juntamente com o auxílio de uma comissão especial composta por 07 pessoas, sendo 02 representantes da administração municipal,

03 representantes do esporte amador e 02 representantes do Poder Legislativo, que não serão remunerados para exercer tais funções. Os recursos financeiros para o referido fundo serão depositados em nome do mesmo e serão utilizados de acordo com a normatização que a gestão do fundo estabelecerá (JACOBINA, 2013I).

A lei de criação do Fundo Municipal do Esporte Amador tem como prazo para sua regulamentação 90 dias, a partir da publicação, dia 12 de junho de 2013 (JACOBINA, 2013I).

A Lei Municipal nº 1182/2013 trata da transparência e publicidade das atribuições dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas, trazendo a tona suas ações, receitas e despesas em meios de comunicação principalmente a internet, divulgando também quem são os seus membros. A referida lei foi elencada no trabalho, pois no ano de 2014 é criado um conselho de esporte, que iremos falar sobre este em momento oportuno no trabalho. A lei entra em vigor a partir de 60 dias da publicação, dia 18 de setembro de 2013 (JACOBINA, 2013J).

De acordo com a tabela 27 vejamos a descrição das leis do ano de 2014.

Tabela 27. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2014 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Decreto Nº 098 de 17 de fevereiro de 2014.	Altera o Decreto de preços públicos nº351/2006 e dá outras providências.	“Tabela III” Anexo ao Decreto Nº 351/2006 - 3.6 – Locação Ginásio de Esporte (por dia) R\$ 155,00.
Lei nº 1.244 de 28 de	Declara de Utilidade Pública Municipal o Jacobina Esporte Clube.	

abril de 2014.	
Lei nº 1.251 de 02 de junho de 2014.	Denomina de Marcelino Eugênio da Silva a quadra poliesportiva do Colégio Municipal José Vieira Irmão, localizado na comunidade de Cachoeira Grande, nesta cidade.
Lei nº 1.257 de 25 de junho de 2014.	<p>“Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jacobina – BA, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências”.</p> <p>Art. 8º. A política cultural deve ser transversal, estabelecendo uma relação estratégica com as demais políticas públicas, em especial com as políticas de inclusão, educação, comunicação social, meio ambiente, turismo, ciência e tecnologia, esporte, lazer, saúde, segurança pública e igualdade racial.</p>
Lei nº 1.259 de 25 de junho de 2014.	<p>Parágrafo único – Para efeito do que determina o Art. 1º levou-se em consideração o Plano De Desenvolvimento Integrado Do Turismo Sustentável – PDITS – Chapada Diamantina, da qual está inserido a Chapada Norte, de onde o Município de Jacobina faz parte com seus 17 atrativos, e levantamento de potencialidades de novos atrativos turístico nos segmentos - cultural, religioso, rural, ecoturismo, esporte, aventura, saúde, negócios, eventos, estudos e intercambio, executados pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, através da Diretoria de Turismo. Dinamizando o Turismo Sustentável teremos o aquecimento do comércio, com a geração de emprego e renda.</p>

Lei nº 1.262 de 25 de junho de 2014.	Institui a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo no âmbito desta Câmara Municipal, e dá outras providências.	Art. 1º. Fica instituída a Medalha do Mérito Esportivo no âmbito da Câmara Municipal de Jacobina, a ser concedida anualmente a entidade ou cidadão paulistano (sic) em reconhecimento à relevância de serviços prestados em prol do esporte no Município de Jacobina, ou que, de qualquer forma, tenham contribuído o engrandecimento do esporte ou incentivado de maneira significativa a sua prática, seja através de metas pessoais alcançadas ou atividade junto à sociedade.
Lei nº 1.274 de 07 de outubro de 2014.	Dispõe sobre o Centro de Artes e Esportes Unificado de Jacobina, a criação, composição, atribuições do grupo gestor do Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU e dá outras providências.	
Lei nº 1.279 de 07 de outubro de 2014.	Dispõe sobre a criação, composição, competência e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências.	
Lei nº 1.299 de 16 de dezembro de 2014.	Altera a redação da Lei Municipal nº 1.279 de 07 de outubro de 2014 e dá outras providências.	
Lei nº 1.304 de 29 de dezembro de 2014.	Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2015.	R\$ 1.641.695,00 para o desporto e lazer.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

O decreto municipal nº 098/2014 altera os preços públicos de vários segmentos, dentre eles o preço da locação do Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes, ficando o valor estipulado em R\$ 155,00 por dia.

A Lei Municipal nº 1244/2014 dá o título de Utilidade Pública Municipal ao Jacobina Esporte Clube (JACOBINA, 2014A).

A Lei Municipal nº 1251/2014 nomeia de Marcelino Eugênio Da Silva A quadra poliesportiva do Colégio Municipal José Vieira Irmão, localizado no povoado de Cachoeira Grande, nesta cidade (JACOBINA, 2014B).

A Lei Municipal nº 1257/2014 trata do Sistema Municipal de Cultura de Jacobina, traçando seus objetivos e princípios. O esporte entra nesta lei como um dos temas de políticas públicas a serem discutidos transversalmente no âmbito cultural dentre outros temas como educação, inclusão, lazer, etc (JACOBINA, 2014C).

A Lei Municipal nº 1259/2014 efetiva através de determinação algumas áreas dentro do município de Jacobina como sendo de interesse turístico. A presente lei foi feita com base no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – Chapada Diamantina, na qual Jacobina esta inserida. O esporte aparece na lei como um dos segmentos de potencialidade turística, busca o desenvolvimento do município (JACOBINA, 2014D).

A Lei Municipal 1262/2014 institui a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo, como podemos ver no artigo primeiro da lei:

Art. 1º. Fica instituída a Medalha do Mérito Esportivo no âmbito da Câmara Municipal de Jacobina, a ser concedida anualmente a entidade ou cidadão paulistano em reconhecimento à relevância de

serviços prestados em prol do esporte no Município de Jacobina, ou que, de qualquer forma, tenham contribuído o engrandecimento do esporte ou incentivado de maneira significativa a sua prática, seja através de metas pessoais alcançadas ou atividade junto à sociedade. (JACOBINA, 2014E, p. 58).

Um fato interessante nesta lei é a quem esta vai ser atribuída, pois se analisarmos o corpo do texto da lei, no seu artigo primeiro, percebe-se que o homenageado por sua vez é um cidadão ou entidade paulistano, o que gerou as seguintes dúvidas: Trata-se de homenagear realmente os paulistas que se destacam no esporte, foi um erro na grafia, pois a homenagem deveria ser ao cidadão Jacobinense ou a caracterização de um plágio, trazendo algo de outras realidades, sem se quer preocupar-se em fazer as devidas correções?

Outro fato interessante da lei é que a Medalha do Mérito Esportivo será outorgada pela câmara, depois da indicação do Conselho da Medalha de Honra Desportiva. No respectivo conselho uma vaga é destinada para o do curso de Educação Física da UNEB - Campus IV (JACOBINA, 2014E). A efetivação desta lei, juntamente com a representação da UNEB nesta, é algo não se identifica em nenhum momento do período pesquisado após a publicação da lei.

A Lei Municipal nº 1274/2014 dispõe sobre O Centro de Artes e Esportes Unificado de Jacobina, que vai desde a sua criação e composição, traçando também atribuições ao seu grupo gestor. O CEU das Artes, como também é chamado o referido centro, fica localizado na Praça do PEC, no bairro da missão. O espaço conta com uma estrutura composta por CRAS, sala multimídia, auditório, quadra poliesportiva coberta, pista de skate, biblioteca, equipamentos de ginástica, e playground. O fator

interessante desta lei, é que esta atribui um grupo gestor para gerir a utilização de um equipamento, fato que não acontece com os demais espaços públicos destinados ao esporte identificados na pesquisa. Tendo o grupo gestor atribuições e competências para gerir o local promovendo ações que tragam a comunidade para usufruir do espaço através das atividades promovidas no local, sejam estas culturais e esportivas, para que estas se apropriem do espaço. O grupo gestor terá 09 integrantes, sendo 03 representantes do poder público, 03 representantes da Sociedade Civil Organizada e 03 da Sociedade Civil. Estes após serem escolhidos podem permanecer no cargo por um período de 02 anos, podendo ficar por mais um período igual ao anterior, sem que sejam remunerados por esta função (JACOBINA, 2014F).

A Lei municipal nº 1279/2014 trata da criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, com a finalidade de formular políticas públicas para o município de Jacobina (JACOBINA, 2014G). No entanto a Lei Municipal nº 1299/2014 altera parte da redação da que cria o Conselho Municipal de Esporte e Lazer, com algumas mudanças significativas principalmente na sua composição (JACOBINA, 2014H).

De modo geral, o conselho tem como competência trazer através de estudos a situação do esporte no município, buscando desenvolver projetos e pesquisas referente ao esporte e lazer, além de propor diretrizes para política municipal sobre a temática, considerando as condições e necessidades do município, inclusive posicionando sobre a manutenção e a construção dos equipamentos esportivos da cidade, deliberando também sobre a aplicação de recursos para o esporte e o lazer. O conselho deverá reunir-se a todos os meses na primeira semana de cada mês a fim de deliberar sobre o esporte e lazer no município. Os membros do conselho terão mandato de 02 anos e não serão remunerados para

exercer a função. O referido conselho ainda deve eleger a comissão executiva por: presidente, vice-presidente e secretário geral. Na mesma lei, é informado que o Prefeito deverá dispor a nomeação dos membros do conselho no prazo de 30 dias após a criação da mesma, o que não foi identificado no período pesquisado (JACOBINA, 2014G; 2014H).

A divulgação sobre as ações dos conselhos municipais, bem como a identificação dos seus membros são uma das obrigações que os conselhos têm, previsto na Lei Municipal nº 1182/2013, porém até a data final do período analisado não identificamos esta divulgação no DOM.

Como relatado anteriormente a principal mudança ocorre na composição do conselho como podemos ver primeiro na lei 1279/2014:

Art. 4º -O Conselho Municipal de Esporte e Lazer será constituído por 12 (doze) membros, sendo 05 (cinco) indicados pelo Executivo, 01 (um) indicado pelo Legislativo e 06 (seis) indicados por entidades representativas dos setores como segue:

I – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;

II - 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação e Cultura;

V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social;

VI – 01 (um) representante da Câmara Municipal de vereadores;

- VII – 01 (um) representante da Universidade do Estado da Bahia – UNEB;
- VIII – 01 (um) representante da Liga Desportiva Jacobinense;
- IX - 01 (um) representante do Ministério Público Estadual;
- X – 01 (um) representante Associação das Pessoas com Deficiência;
- XI – 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas;
- XII – 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Jacobina.(JACOBINA, 2014G, p. 3-4).

E logo depois com a mudança através da lei 1299/2014:

Art. 4º - O Conselho Municipal de Esporte e Lazer será constituído por 18 (Dezoito) membros, sendo 08 (oito) indicados pelo Executivo, 01 (um) indicado pelo Legislativo e 09 (nove) indicados por entidades representativas da sociedade civil, dos setores como segue:

- I – O(a) secretário(a) Municipal de Esportes e Lazer
- II – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- III – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação e Cultura;
- V- 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Assistência Social
- VI- 01 (um) representante da Secretaria Municipal do Meio Ambiente;

VII- 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Transportes; VIII- 01 (um) representante da Segurança Pública Municipal;
IX – 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores;
X – 01 (um) representante das instituições de ensino no município;
XI – 01 (um) representante do Futebol;
XII – 01 (um) representante dos Esportes de Quadra;
XIII- 01 (um) representante do Atletismo;
XIV- 01 (um) representante das Lutas e Artes Marciais;
XV- 01 (um) representante dos Esportes Radicais;
XVI- 01 (um) representante dos Esportes sobre Rodas;
XVII 01 (um) representante dos Esportes Regionais;
XVIII- 01 (um) representante dos Esportes Adaptados.
(JACOBINA, 2014H, p.6-7).

A quantidade de membros do Conselho Municipal de Esporte e Lazer tem um aumento de 06 membros, saindo de 12 para 18, sendo 08 indicados pelo Executivo, 01 indicado pelo Legislativo e 09 indicados por entidades representativas da sociedade civil. Um fato que nos surpreendeu foi a retirada da vaga que era destinada exclusivamente a UNEB no conselho, que na nossa opinião era de suma importância para o Curso de Educação Física, pois o esporte e o lazer são componentes discutidos no curso e que serão objeto de trabalho de dezenas de profissionais que formam todos os anos no Campus IV.

A Lei Municipal nº 1304/2014 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2015, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 1.641.695,00, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 534.000,00 para a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 170.000,00 para a

construção de estádios de futebol, R\$ 180.000,00 para construção do parque da cidade, R\$ 321.295,00 para manutenção da SEMEL, R\$ 270.000,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 128.000,00 para apoio ao desporto amador e R\$ 38.000,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias (JACOBINA, 2014I).

De acordo com a tabela 28 vejamos a descrição das leis do ano de 2015.

Tabela 28. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2015 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
Lei nº 1.315 de 12 de janeiro de 2015.	“Institui a Virada Esportiva de Jacobina, e dá outras providências”.	Art. 1º - Fica instituído em nosso município o evento denominado a Virada Esportiva de Jacobina, a ser comemorado no final de semana mais próximo ao aniversário da cidade de Jacobina-BA.
Lei nº 1.326 de 12 de maio de 2015.	Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências.	Art. 2º. O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município de Jacobina-Ba, far-se-á através de: I - Políticas sociais básica de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade e demais políticas necessárias à execução das medidas protetivas e sócio educativas, previstas nos arts. 87, 101 e

		112 da Lei nº 8.069/90, assegurando-se em todas elas o tratamento com dignidade e respeito à liberdade e à convivência familiar e comunitária;
Lei nº 1.337 de 06 de outubro de 2015.	“Autoriza o Chefe do Executivo deste Município a celebrar convênio com a Liga Desportiva Jacobinense e dá outras providências.”	Art. 1º. Fica o poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Liga Desportiva de Jacobinense com o objetivo de estabelecer ações conjuntas no desenvolvimento do desporto e lazer no Município.
Lei nº 1.342 de 03 de novembro de 2015.	Institui no calendário de comemorações do Município de Jacobina a Semana da Paz.	Art. 5º - Na Semana da Paz haverá em todo Município grande confraternização, com atividades artísticas, científicas, esportivas e religiosas, devendo estas instituições entre outros hastear a Bandeira da paz.
Lei nº 1.359 de 28 de dezembro de 2015.	Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2016.	Desporto e lazer R\$ 1.733.184,00.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

No ano de 2015, foram identificadas 05 leis que serão apresentadas a seguir.

A Lei Municipal nº 1315/2015 institui no município o evento denominado A Virada Esportiva de Jacobina, que consiste em um evento esportivo que abrangerá diversas atividades, que terá uma duração mínima de 24 horas ininterruptas, a ser realizado no final de semana mais próximo ao aniversário da cidade (28 de julho) O referido evento será realizado em espaços públicos e também será gratuita a participação. A lei municipal

informa ainda que o evento será realizado a partir do calendário do ano de 2016, o que ano aconteceu. (JACOBINA, 2015A)

A Lei Municipal nº 1337/2015, autoriza o então Prefeito Rui Macedo a celebrar convênio com a Liga Desportiva Jacobinense, com a finalidade realizar ações para desenvolver o esporte e o lazer no município. Sendo assim a prefeitura deverá prestar auxílio no que diz respeito a difusão, promoção e estar à frente da organização de eventos esportivos, principalmente do esporte amador. (JACOBINA, 2015B)

A Lei Municipal nº 1342/2015 traz o esporte apenas como coadjuvante citando este para que sejam realizadas atividades esportivas dentre outras que serão efetivadas na Semana da Paz criada nesta lei, tendo como dia 21 de setembro o Dia Municipal Paz. A Semana da Paz tem o objetivo de promover ações voltadas para conscientização para a não violência, sendo esta promovida na primeira semana que inicia a estação da primavera. (JACOBINA, 2015C)

A Lei Municipal nº 1326/2015 que trata da política municipal de atendimento a criança e ao adolescente, traz no seu artigo 2º inciso I, a garantia de direitos através das políticas sociais básicas, dentre estas o direito ao esporte, como forma de assegurar o desenvolvimento da criança e do adolescente em vários aspectos. A presente lei baseia-se principalmente na Lei Federal nº 8069/90 conhecida também com Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (JACOBINA, 2015D).

A Lei Municipal nº 1359/2015 fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2015, para o desporto e lazer, o valor de R\$ 1.733.184,00, sendo este valor desmembrado da seguinte forma: R\$ 484.400,00 para a construção e reforma de quadras esportivas, R\$ 170.000,00 para a construção de estádios de futebol, R\$ 180.000,00 para construção

do parque da cidade, R\$ 150.000,00 para reforma e ampliação do Estádio Municipal Rinaldo Magalhães no Povoado de Lages do Batata, R\$ 321.784,00 para manutenção da SEMEL, R\$ 180.000,00 para manutenção de espaços destinados a prática esportiva, R\$ 169.000,00 para apoio ao desporto amador, R\$ 38.000,00 para apoio a realização da Corrida Duque de Caxias, R\$ 30.000,00 para manutenção do Fundo Municipal do Esporte Amador e R\$ 10.000,00 para apoio em competições locais, estaduais e nacionais(JACOBINA, 2015E).

De acordo com a tabela 29 vejamos a descrição das leis do ano de 2016.

Tabela 29. Distribuição das leis municipais de Jacobina-Bahia no ano de 2016 relacionado com as Políticas Públicas de Esporte.

LEI	ASSUNTO/ CAPUT	DESDOBRAMENTO
	Não houve registro de leis até 29 de fevereiro de 2016, data final de dados a serem analisados.	

Fonte: Elaboração própria, 2016.

De modo geral, com base nas leis identificadas no que tange as políticas públicas de esporte podemos dizer que estas estão voltadas para construção de equipamentos e implementação de projetos/programas, leis orçamentárias no que diz respeito a distribuição de recursos, leis de nomeação de espaços públicos, leis que conferem o título de utilidade pública e as leis que tratam da estrutura organizacional, administrativa e política na qual o esporte está inserido.

Podemos notar que avanços, principalmente na forma da estrutura administrativa na qual o esporte está inserido, trazendo junto a esta, estrutura paralelas como o Conselho Municipal de

Esporte e Lazer que busca trazer em sua composição a participação de membros da sociedade civil para elaboração de novas políticas públicas para o esporte. Outro fator que não pode passar despercebido é a quantidade de investimento através da celebração de convênios para a construção e reforma de espaços voltados para a prática esportiva.

Por fim a questão orçamentária que conta com altos valores na distribuição de recursos para o esporte e lazer como foi visto anteriormente ano após ano, à medida que íamos elencando as leis. A efetivação de algumas leis, principalmente a orçamentária, só podem ser diagnosticadas através de outros trabalhos, principalmente com a utilização de métodos como entrevistas com gestores, comunidade e entidades representativas do esporte do município.

5 ESPAÇOS PÚBLICOS RELACIONADOS COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE EM JACOBINA

Neste item, apresentaremos os espaços públicos relacionados as possibilidades de políticas públicas de esporte que identificamos na zona urbana do município de Jacobina. Especialmente, iremos apresentar um panorama geral das quadras poliesportivas, ginásio municipal, estádio municipal e campos de várzea.

5.1 Quadras esportivas

Compreendemos que esses espaços públicos necessitam serem melhor aproveitados pelo poder público do município com o desenvolvimento de Políticas Públicas que proporcionem atividades esportivas e culturais para a cidade de Jacobina.

Nesse sentido, iremos apresentar de maneira geral a quantidade das quadras, a localização e a situação em que se encontra no intuito de gerar um documento sistematizado sobre os espaços públicos que possivelmente poderão ser ofertados Políticas Públicas com o esporte.

Em nossa pesquisa identificamos um total de 21 quadras “poliesportivas” na zona urbana do município de Jacobina. Essas quadras estão distribuídas em diversos bairros da cidade e estão em diferentes condições estruturais que serão apresentadas a seguir. A figura 1 apresenta a quadra da Praça 2 de julho.

Figura 1 – Quadra poliesportiva da Praça 2 de julho.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 2 informa alguns dados sobre a implantação e reforma da Praça 2 de julho.

Figura 2 – Placa da reforma da Praça 2 de julho.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva da Praça 2 de julho é o equipamento público, neste modelo, mais antigo da cidade. Hoje está quadra encontra-se juntamente com a Praça 2 de julho em reforma para implantação de área de esporte e lazer, obra orçada em R\$ 247.525,16, resultado de convênio firmado entre o governo federal e a Prefeitura Municipal de Jacobina, através do Ministério do Esporte. Um fato interessante a ser registrado é que apesar do espaço está sendo reformado e existir homens trabalhando no local a obra tinha como data de início 27/04/2015 e término previsto para 27/07/2015, o que não ocorreu ainda. A quadra supramencionada foi objeto de indicação nº 068/2013 tendo como autor o vereador Paulo Adriano Moraes Jatobá, que indica a necessidade a reforma da mesma, outra indicação de nº 400/2013 tendo como autor o vereador Paulo Adriano Moraes Jatobá, traz no seu texto a necessidade de uma cobertura para desta quadra.

A figura 3 apresenta a quadra do Bairro Mundo Novo.

Figura 3 – Quadra poliesportiva em construção no Bairro Mundo Novo.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 4 informa alguns dados sobre a implantação da quadra do Bairro Mundo Novo.

Figura 4 – Placa de construção quadra poliesportiva do Bairro Mundo Novo.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A construção da quadra poliesportiva na Praça 28 de julho, no Bairro Mundo Novo, esta sendo realizada onde antes havia um campo de futebol de várzea denominado de “Campo do Independente”. Esta obra que foi orçada no valor de R\$ 249.015,88, resultado de convênio firmado entre o governo federal e Prefeitura Municipal de Jacobina, através do Ministério do Esporte. Um fato interessante a ser registrado é que apesar do espaço está sendo construído e não existir homens trabalhando no local no dia do registro da imagem, a obra tinha como data de início 20/05/2015 e término previsto para 20/08/2015, o que não ocorreu ainda. No ano de 2009, a indicação 109/2009 de autoria do vereador Hildebrando Cedraz Neto, propunha a construção de uma quadra no Bairro Mundo. Já em 2013 a indicação 204/2013

de autoria do vereador Carlinhos da Caixa, indicava a necessidade de construção de uma quadra no Bairro Mundo Novo, porém a indicação pedia a utilização de outro terreno no bairro.

Na figura 5 abaixo vamos observar a quadra poliesportiva do Bairro Inocoop.

Figura 5 - Quadra poliesportiva do Bairro Inocoop.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva do Bairro Inocoop é o retrato mais evidente do descaso com as políticas públicas de esporte, principalmente em relação à manutenção de equipamentos. Assim como já foi relatado na metodologia do trabalho em nenhum momento quisemos fazer uma análise estrutural dos espaços (quadras, ginásios, estádios, etc.) de acordo com as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), porém, é necessário fazer observações quanto ao estado destes equipamentos. A quadra em questão encontra-se com o piso

danificado, grades de proteção enferrujadas, inexistência da tabela de basquete, bem como a devidas marcações no solo para delimitação de modalidade esporte encontra-se ilegível. Portanto, este espaço não apresenta condições seguras e adequadas para a prática esportiva.

No ano de 2010, a Lei Municipal nº 971 de 07 de abril de 2010, autoriza ao Poder Executivo do Municipal, abrir crédito adicional no valor de R\$ 250.000,00, estes oriundos de convênio com o Ministério do Esporte para recuperação e construção de quadras esportivas. No entanto a lei não deixa claro quais quadras seriam recuperadas. A quadra supramencionada foi objeto de indicação nº 386/2013 tendo como autor o vereador Gildo Mota de Almeida, e a indicação nº 412/2013 tendo como autor o vereador Carlinhos da Caixa e indicação nº 258/2014 tendo como autor o vereador Cecílio Mota dos Santos Junior, todas as indicações citadas apontam a necessidade de recuperação da quadra. (BRASIL, 2010)

Outra questão que deve ser ponderada é a falta de acessibilidade no local, indo de encontro a Lei Orgânica do Município, no Capítulo VI:

Art. 255 - O Município incentivará as atividades esportivas e de lazer especiais para o idoso, como forma de promoção e integração social na terceira idade.

Parágrafo único. O Município estimulará o engajamento de todas as comunidades, inclusive os deficientes físicos, nas diversas atividades desportivas.

Art. 256 - O Município deverá incentivar o esporte amador para as pessoas portadoras de deficiência, além de organizar e fomentar competições esportivas

em todos os níveis e períodos de escolarização. (JACOBINA, 2014 p.75).

Portanto, compreendemos que o poder público municipal não incentiva pessoas com deficiências, a praticarem esporte pois o acesso a estes equipamentos é limitado pelas barreiras arquitetônicas existentes no local.

A figura 6 apresenta a quadra do Bairro do Felix Tomaz.

Figura 6 - Quadra poliesportiva do Bairro do Felix Tomaz.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva do Bairro Felix Tomaz assim com a quadra do Bairro Inocoop apresenta o afastamento da manutenção do local por parte do poder público. A quadra encontra-se com o piso deteriorado e sem contar com a presença de alguma característica que já houve uma quadra esportiva naquele local. A quadra supramencionada foi objeto das indicações nº 275/2010, 183/2011, 069/2012 tendo como autor o vereador Nelson Oliveira de Souza, que indica a necessidade de recuperação da quadra. Diante dos fatos narrados acima podemos

ver que atitude de descaso tomada em relação a este equipamento fere a Lei Orgânica do Município, no Capítulo VI:

Art. 252 - As ações do Poder Público Municipal compreenderão a destinação de recursos orçamentários para o setor, com priorização:

I - do esporte amador articulado à área da educação e cultura;

II - do lazer popular;

III - da criação e manutenção de espaços devidamente equipados para as práticas esportivas e para o lazer.

Percebe-se que a priorização dos recursos orçamentários relacionados a manutenção de espaços não ocorreu na quadra supramencionada, já que a mesma encontra-se em total abandono anos.

A figura 7 apresenta a quadra do Bairro Nazaré.

Figura 7 - Quadra poliesportiva do Bairro do Nazaré.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A obra de construção da quadra do Bairro do Nazaré está inacabada e abandonada pelo poder público. O motivo para tal descaso pode ser visto pela quantidade de mato no interior e exterior do equipamento.

Nesta obra não fica evidenciado se trata de uma obra realizada com recursos próprios do município ou se é uma obra conveniada com os governos estadual ou federal. A inexistência da placa de construção na obra dificulta tal informação, o que se sabe, é que a obra vinha sendo executada na atual gestão municipal em meados do segundo semestre do ano de 2014.

A referida quadra fica em uma área basicamente composta por comércios nas proximidades da antiga Avenida Paulo Souto, ficando esta homiziada no que diz respeito a visibilidade da população que transita por aquelas imediações, fato que pode talvez possa ter contribuído para a não conclusão da quadra.

A construção de uma quadra no Bairro Nazaré foi objeto das indicações 231/2010, 111/2012 e do requerimento 018/2012 de autoria do vereador Antônio de Souza Santos. Já o vereador Ramon Santos Celestino, indica a necessidade de construção de uma quadra no Bairro Nazaré, nas indicações 086/2013, 076/2014, 043/2015 e 055/2015. Um fato a ser observado nas indicações do Vereador Ramon Celestino é que no período que as indicações foram feitas, já havia uma quadra sendo construída no bairro, o que traz uma dúvida quanto o local a ser construída, a necessidade de mais uma quadra ou no último caso, o desconhecimento por parte do vereador sobre a obra executada no bairro.

Na figura 8 podemos ver a quadra de vôlei de areia do Lagoa Dourada.

Figura 8 - Quadra de vôlei com piso de areia do Residencial Lagoa Dourada do programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra esportiva de vôlei com piso de areia do Residencial Lagoa Dourada fica constatado, que a estrutura que cerca a quadra está em perfeitas condições, porém é possível visualizar que serviço de limpeza desta não ocorre com frequência devido à grande quantidade de mato existente no local.

No local percebe-se a presença das balizas de sustentação da rede que é necessária para modalidade.

Aspectos voltados para acessibilidade não são observados no local, infringindo as leis que a tornam direito.

A figura 9 apresenta a quadra de futebol do Residencial Lagoa Dourada.

Figura 9 - Quadra de futebol com piso de areia do Residencial Lagoa



Dourada do programa Minha Casa Minha Vida.

Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra esportiva de futebol com piso de areia do Residencial Lagoa Dourada fica detectado que esta é composta por estrutura que cerca a quadra, sendo utilizadas telas de proteção em perfeitas condições de uso. As observações a serem feitas em relação a este equipamento é o serviço de limpeza e os aspectos voltados para acessibilidade não são observados no local, infringindo as leis que a tornam direito.

A figura 10 apresenta o Campo de futebol com piso de areia do Residencial Lagoa Dourada.

Figura 10 - Campo de futebol com piso de areia do Residencial Lagoa Dourada do programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

O campo de futebol com piso de terra batida do Residencial Lagoa Dourada fica constatado, que a estrutura que cerca a quadra está em perfeitas condições, porém é possível visualizar que serviço de limpeza desta não ocorre com frequência devido à grande quantidade de mato existente no local, o que impossibilita a prática da modalidade no referido equipamento. A questão da falta de acessibilidade é recorrente no Residencial Lagoa Dourada em relação aos equipamentos para prática esportiva.

A figura 11 apresenta a quadra poliesportiva do Residencial Lagoa Dourada.

Figura 11 – Quadra poliesportiva do Residencial Lagoa Dourada do programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva do Residencial Lagoa Dourada, apesar de ser uma das mais novas quadras entregue a população fica constatado que a depredação já dar sinais de danos causados provavelmente por atos de vandalismo. Infelizmente alguns membros de nossa sociedade ainda não entende que o patrimônio público é fruto suor do trabalhador enquanto pagador de seus impostos, onde parte das arrecadações transformam-se em bens públicos a qual a sociedade deve zelar e apropriar-se na condição de cidadão.

Ainda falando de atos praticados por vândalos, podemos perceber que as telas de proteção já encontram-se rasgadas e as tabelas de basquete que nem chegaram a ser fixadas já estão danificadas. Um fato interessante que perceptível a qualquer um,

são as demarcações das linhas de modalidades esportivas. Um emaranhado de linhas umas próximas as outra em uma quadra que tem tamanho reduzido. Ao contrário dos outros espaços do Residencial Lagoa Dourada citados neste trabalho, nota-se a guia de calçadas rebaixadas próximo a quadra.

Na figura 12 podemos ver a quadra poliesportiva do Bairro Jacobina IV.

Figura 12 – Quadra poliesportiva do Bairro Jacobina IV.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva do Bairro Jacobina IV é possível verificar que o piso contém rachaduras, as demarcações estão comprometidas por falta de nitidez, as telas de proteção estão rasgadas e falta uma das tabelas de basquete.

A acessibilidade está comprometida pela falta de rampas e largura do portão de acesso a quadra. Nota-se mais uma vez que a questão da acessibilidade é negligenciada, ferindo a Lei Federal n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que determina as normas

para que se possa promover a acessibilidade das pessoas com deficiência em seu Capítulo IV:

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observadas, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

I – nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

II - pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

III – pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e

IV – os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL, 2000 p. 2-3).

A construção de uma quadra no bairro foi objeto de indicação 217/2007 tendo como autor o vereador Antônio Carlos Ferreira de Deus.

Na figura 13 podemos ver uma das quadras do Residencial Vivendas da Lagoa.

Figura 13 – Quadra nº 1 com piso de areia do Residencial Vivendas da Lagoa do programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra de areia para futebol do Residencial Vivendas da Lagoa, localizado no Bairro da Catuaba, podemos perceber que as telas de proteção do espaço estão danificadas, como também é possível ver pneus dentro da quadra, porém, não podemos afirmar se estes estavam sendo usados em alguma atividade no local ou que estes tinham sido descartados erroneamente no local.

Na figura 14 podemos ver a outra quadra do Residencial Vivendas da Lagoa.

Figura 14 – Quadra nº 2 com piso de areia do Residencial Vivendas da Lagoa do programa Minha Casa Minha Vida.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra de areia para futebol do Residencial Vivendas da Lagoa, localizado no Bairro da Catuaba, podemos perceber que as telas de proteção do espaço estão danificadas, com também é possível ver que as traves de futebol estão quebradas, oferecendo risco aos frequentadores do local. A acessibilidade fica prejudicada com o imprevisto de uma laje em desnível entre a calçada e a quadra. Uma das quadras do Residencial Vivendas da Lagoa, foi objeto da indicação 025/2013 tendo como seu autor o vereador Cecílio Mota dos Santos Junior, que indica a necessidade de instalação de uma cobertura na quadra, com a finalidade de evitar danos aos moradores do local.

A figura 15 apresenta a quadra poliesportiva do Bairro da Bananeira.

Figura 15 – Quadra poliesportiva do Bairro da Bananeira.



Fonte:

Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva do Bairro da Bananeira está com rachaduras no piso, telas de proteção rasgada, demarcações comprometidas no que diz respeito a visualização destas, falta uma das tabelas de basquete, como também o acesso de pessoas com deficiência fica comprometido, pois a quadra fica localizada ao lado de um campo de várzea sem pavimentação para chegar ao local, além da falta de uma rampa para acesso a quadra.

A figura 16 apresenta a quadra poliesportiva do Bairro Jacobina II. Esta quadra poliesportiva está com rachaduras no piso, nota-se a inexistência das demarcações para as modalidades esportivas, provavelmente pela ação do uso e do tempo, bem como a acessibilidade está comprometida. A quadra supramencionada foi objeto das indicações nº 273/2007, 021/2008 tendo como autora a vereadora Manuela B.L.Brandão M. Paes e indicação 210/2013 tendo como autor o vereador Carlinhos da Caixa, todas as indicações tem como foco a reforma da quadra.

Figura 16 – Quadra poliesportiva do Bairro da Jacobina II.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 17 apresenta a quadra poliesportiva do Bairro Mutirão.

Figura 17 – Quadra poliesportiva do Bairro Mutirão.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A quadra poliesportiva do Bairro Mutirão fica localizada no fundo da Escola Municipal João Belo. Na referida quadra que é usada pela comunidade local e estudantil percebe-se que a mesma encontra-se em estado de deterioração com telas rasgadas, piso rachado, demarcações comprometidas e apenas com traves para modalidade do futsal. O acesso é comprometido pela localização da mesma que fica em local íngreme, o que dificulta o acesso. A construção de uma quadra no bairro foi alvo da indicação 109/2009 de autoria do vereador Hildebrando Cedraz Neto, porém não foi possível saber se já existia um equipamento construído na época.

Na figura 18 podemos ver a quadra poliesportiva do Bairro da Caixa D'água.

Figura 18 – Quadra poliesportiva do Bairro da Caixa D'água.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na quadra poliesportiva do Bairro da Caixa D'água percebe-se que as telas de proteção começam a dar os primeiros vestígios de dano, bem como o piso da mesma. A quadra em

questão, conta com traves para o futsal e tabelas com cestas para o basquete. Apesar de haver a demarcação para o voleibol as balizas que servem de sustentação da rede não localizadas no local. O acesso de pessoas com deficiência a este equipamento, principalmente cadeirantes, fica comprometido pela falta de estrutura. A construção de uma quadra poliesportiva para o bairro, foi objeto da indicação 095/2007 tendo como autor o vereador Milton Oliveira de Sena.

A figura 19 apresenta a quadra poliesportiva do Bairro do Leader.

Figura 19 – Quadra poliesportiva do Bairro do Leader.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na quadra poliesportiva do Bairro do Leader, conta com traves para o futsal e as hastes para rede de vôlei, assim como a quadra do Bairro da Caixa D'água, as telas de proteção começam a dar os primeiros vestígios de dano, bem como a pintura e as demarcações do piso da mesma. O acesso a este equipamento fica comprometido pela falta de estrutura. A quadra foi objeto da indicação 013/2007 de autoria da vereadora Norma Soeli dos

Santos Modesto, indicação 142/2015 de autoria do vereador Pedro Mário Carvalho Nascimento, onde ambos indicam a necessidade de reforma da quadra.

A figura 20 apresenta a quadra poliesportiva do Bairro Jacobina III.

Figura 20 – Quadra poliesportiva do Bairro Jacobina III.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na quadra poliesportiva do Bairro Jacobina III, está totalmente deteriorada, com o piso e demarcações danificados, falta de traves para futsal, tabela com cesta para o basquete, hastes de sustentação da rede de vôlei e as telas de proteção que cercam a quadra. A referida quadra fica localizada ao lado do Colégio Municipal Luiz Alberto, sendo esta utilizada pelos moradores do bairro bem como pelos estudantes do colégio. A referida quadra pertencia ao colégio e era aberta a comunidade já que a mesma ficava fora dos muros do colégio. O fato é que foi construída uma nova quadra para o colégio, coberta e nas

proximidades da quadra deteriorada, cumprindo a Lei Municipal nº 1036 de 05 de outubro de 2011, que autorizava o Poder Executivo Municipal, abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 1.077.991,19 para execução da construção duas quadras esportivas escolares, sendo uma no Colégio Municipal Luiz Alberto e a outra na Escola Municipal Yêda Barradas, ficando a antiga quadra que era aberta aos moradores do bairro, abandonada a ação do tempo.(JACOBINA, 2011B)

A quadra foi objeto de indicação nº 003/2007 de autoria da vereadora Norma Soeli dos Santos Modesto, que indicava a necessidade de murar a quadra para proporcionar segurança aos alunos e professores, já que a quadra estava sendo invadida no horário dá aulas, indicação. Já em 2010 a indicação 321/2010 de autoria do vereador José Roberto Nascimento de Oliveira, indicava a necessidade de construção de uma nova quadra sendo está coberta e anexa ao colégio. Depois da quadra ser construída podemos citar duas indicações que foram direcionadas para quadra nova. A indicação 080/2013 de autoria de vereador Ramon Santos Celestino, indicando a necessidade de recuperação do piso da quadra e a indicação 330/2013 de autoria do vereador Paulo Adriano Moraes Jatobá indicando a necessidade de murar a quadra para evitar danos. Hoje a respectiva quadra encontra-se murada tendo como beneficiados os estudantes, porém a comunidade da Jacobina III ficou sem um equipamento deste modelo.

A figura 21 apresenta a quadra poliesportiva da Praça do PEC no Bairro da Missão.

Figura 21 – Quadra poliesportiva da Praça do PEC no Bairro Missão.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 22 apresenta uma visão panorâmica da Praça do PEC no Bairro da Missão.

Figura 22 – Praça do PEC no Bairro Missão.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 23 traz informações sobre a construção da Praça do PEC.

Figura 23 – Placa da construção da Praça do PEC no Bairro Missão.



Fonte:

Elaboração própria, 2016.

Na quadra poliesportiva da Praça do PEC (Praça do Esporte e Cultura), fica localizada no Bairro Missão, conta apenas com estrutura de traves e hastes de sustentação de rede para as modalidades do vôlei e futsal, como também as demarcações para estas. Tanto a quadra como a praça é dotada de rampas que facilitam a acessibilidade, a Praça do PEC, inaugurada no final de janeiro de 2016 e que recebe o nome de CEU (Centro de Artes e Esportes Unificados Antônio Carlos Pires Daltro Júnior (Professor Tica), que além da quadra, conta com pista de skate, sala de teatro, infocentro, sala multiuso, biblioteca, CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), equipamentos de ginástica, playground e pista de caminhada. A observação que deve ser registrada em relação a quadra é sobre a pintura do piso que já começa a descascar. A obra foi orçada inicialmente por R\$ 1.642.494,07, tendo como agentes participantes o governo federal através do Ministério da Cultura, a Prefeitura Municipal de Jacobina e a CEF (Caixa Econômica Federal). Um detalhe que não podia passar

despercebido é que placa da construção da praça, que tinha de início da obra dia 29/04/2013. Na imagem podemos perceber que a data do término da obra foi coberta, porém não podemos afirmar de quem partiu esta ação, o que podemos afirmar é que houve atraso para entrega da mesma. A praça do PEC foi objeto da indicação 191/2013 de autoria do vereador Paulo Adriano Moraes Jatobá, que indicava a necessidade de acelerar a obra de construção da praça. Ainda no ano de 2013, duas leis fazem referência a Praça do PEC. A primeira, a Lei municipal nº 1205 de 26 de dezembro de 2013, que autorizava a abertura de crédito adicional e especial no valor de R\$ 21.950,00, para ser usado nas obras e instalações da praça. E a segunda, a Lei Municipal nº 1214 de 27 de dezembro de 2013, que a nomeia de Praça Antônio Carlos Pires Daltro Junior (Professor Tica) (JACOBINA, 2013C;2013F).

5.2 Equipamento para esportes radicais

A figura 24 apresenta a pista de skate localizada na Praça do PEC.

Figura 24 – Pista de skate da Praça do PEC no Bairro Missão.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A pista de skate da Praça do PEC no Bairro Missão, é o único equipamento de esporte radical construído e identificado na sede do município. A construção de uma pista de skate foi por várias vezes objeto de indicações. As indicações 094/2007, 352/2009, 162/2010 e 040/2011 todas de autoria do vereador Milton Oliveira de Sena, indicavam a necessidade de construção desse tipo de equipamento, porém, o local proposto seria a Praça 2 de julho, já que naquele momento Jacobina ainda não tinha sido contemplada com a Praça do PEC.

5.3 Ginásio de Esportes

Na figura 25 podemos ver o Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes.

Figura 25 – Fachada do Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 26 podemos ver o Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes.

Figura 26 – Quadra poliesportiva interna do Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 27 apresenta o Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes.

Figura 27 – Quadra poliesportiva externa do Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes



Fonte: Elaboração própria, 2016.

O Ginásio de Esportes Paulo Santos Gomes, localizado no Bairro da Estação em Jacobina, conta com uma estrutura de duas quadras poliesportivas sendo uma coberta no interior e outra sem cobertura, munidas de arquibancas e demarcadas para diversas modalidades esportivas, porém a quadra externa demonstra sinais de deterioração por ficar exposta a ação do tempo. O ginásio conta ainda com a sede da SEMEL dentro das suas instalações, bar, sanitários para o público e vestiários para os atletas.

No ano de 2008, o ginásio de esportes foi objeto do requerimento 051/2008 de autoria do vereador Hildebrando Cedraz Neto, solicitando verificar a possibilidade da elaboração de um termo de cessão de uso, aos alunos do Curso de Licenciatura em Educação Física da UNEB, para a utilização das dependências físicas do ginásio de esportes. Vale ressaltar que o referido curso na dispõe de estrutura própria com espaços para prática esportiva, o que limita o processo ensino/aprendizagem das disciplinas que têm o esporte como temática.

Já no ano de 2013, o ginásio de esportes foi objeto de indicações, todas com a autoria do vereador Paulo Adriano Morais Jatobá, sendo a primeira, a indicação 362/2013 que indicava a necessidade de melhorar a iluminação do ginásio e a segunda indicação 453/2013 que propunha a implantação do sistema de monitoramento na parte externa e interna do ginásio de esportes. Já no ano de 2014, as indicações 016/2014 e 194/2014, de autoria respectivamente dos vereadores Paulo Adriano Morais Jatobá e Cecílio Mota dos Santos Júnior, tinham como objetivo comum a reforma geral do ginásio de esportes.

5.4 Estádio Municipal

As figuras 28 e 29 apresenta o Estádio Municipal José Rocha.

Figura 28 – Fachada do Estádio Municipal José Rocha.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Figura 29 – Foto interna do Estádio Municipal José Rocha.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

O Estádio Municipal Jose Rocha, fica localizado no Bairro da Estação, e conta com uma estrutura composta por campo gramado, cabines para imprensa, vestiários, arquibancada, bar e banheiros para o público presente nos eventos.

No ano de 2008, o Estádio Municipal José Rocha foi objeto de requerimento legislativo de nº 021/2008 de autoria do vereador Antonio Mota Carvalho, que solicitava a abertura do estádio para o público, no intuito que os mesmos que praticassem atividades físicas na pista que circunda o campo, já que na cidade não dispunha de um local adequado para realização de caminhadas, sendo esta uma opção provisória para este tipo de atividade. No mesmo ano, o requerimento 081/2008 de autoria do vereador Hildebrando Cedraz Neto, solicita que seja realizada a reforma dos banheiros e vestiários do estádio, bem como a recuperação geral das instalações elétricas.

O referido estádio foi alvo das indicações legislativas 214/2009 de autoria do vereador Clériston Moreira Alves, que indicava a necessidade buscar junto a Secretaria de Esportes do Estado, recursos e a doação de equipamentos do Estádio da Fonte Nova para utilização no Estádio José Rocha. Já no ano de 2010, o requerimento 051/2010 de autoria do vereador Hildebrando Cedraz Neto, solicitava a Prefeita Valdice Castro, informações de projetos esportivos discutidos na Audiência Pública do Esporte e Lazer, entre eles a reforma do estádio. Em 2011, o requerimento 017/2011 de autoria do vereador Hildebrando Cedraz Neto, solicitava que fosse regularizada a situação documental do estádio, que não tinha escritura e isso poderia dificultar a celebração de convênios para o esporte.

Já no ano de 2013, o requerimento 060/2013 de autoria dos vereadores Rosilene Juvêncio Santos Souza e Paulo Adriano Morais Jatobá, solicitava a reforma geral do estádio. No mesmo

ano, A Lei Municipal 1128 de 13 de março de 2013, que abre crédito adicional especial no valor de R\$ 182.654,80, oriundos da recepção dos recursos provenientes dos repasses financeiros do convênio celebrado entre a SETRE- Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, a SUDESB –Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia e o Município de Jacobina para reforma do Estádio Municipal de Futebol José Rocha. Em 2014 apenas a indicação 199/2014 de autoria do vereador Milton Oliveira de Sena, propunha a reforma ampla nas arquibancadas, iluminação e no gramado do Estádio Municipal José Rocha. (JACOBINA, 2013B)

Ainda em 2013, um projeto de Lei nº 1373 de 10 de agosto de 2013, de autoria do vereador Paulo Adriano Morais Jatobá, tinha como objetivo a necessidade de plena locomoção e local específico para cadeirantes no Estádio José Rocha ou quadras esportivas, no município de Jacobina. O referido projeto, tratava tanto da acessibilidade como também estipulava o mínimo de 20 lugares para acomodação dos cadeirantes, onde o município, após a aprovação da lei, teria o prazo de seis meses para fazer as referidas adequações sob a penalidade de multa que deveria ser depositada na conta da Associação de Pessoas com Deficiência de Jacobina.

Entre os anos de 2014 e 2015, o estádio passou por uma reforma tendo como principal motivo para esta, o entretenimento da população jacobinense, já que o time do Jacobina Esporte Clube teve seu acesso garantido a 1ª divisão do campeonato baiano de futebol em 2014. A reforma do estádio se fazia necessário para atender as exigências da Federação Baiana de Futebol, como dos órgãos de segurança pública que tem papel fiscalizador para a liberação ou não do estádio para a realização dos jogos. Mesmo com a pressão popular que vinha ocorrendo desde 2014 para

reforma do estádio e com as solicitações feitas pelos membros da Câmara de Vereadores de Jacobina, através dos requerimentos: 046/2015 de autoria do vereador Ramon Santos Celestino, que solicitava a interdição do estádio para a execução da reforma; requerimentos 049/2015 e 051/2015 de autoria do vereador Carlinhos da Caixa, que solicitava respectivamente alocação de recursos para troca do gramado e interdição do estádio por um prazo de 45 dias pra troca do gramado do estádio; requerimento 133/2015 de autoria dos vereadores Milton Oliveira de Sena e Noelson Oliveira, que solicitava a retirada do gramado mais velho do Estádio José Rocha e remanejamento do mesmo para o Estádio Vicente Marques no Distrito de Caatinga do Moura; requerimento 137/2015 de autoria do vereador Ramon Santos Celestino, que solicitava criação da comissão de acompanhamento de obras do estádio, do princípio ao final da obra. Infelizmente a reforma não avançou e a população jacobinense ficou sem o entretenimento do campeonato baiano de futebol no ano de 2015.

Em 2016 os jogos do campeonato baiano começaram a ser realizados no estádio, garantido a parte da população o acesso, já que apesar do futebol ser um esporte de massa, neste caso ele é tratado como mercadoria, o que direciona para quem tem poder aquisitivo para pagar por esta mercadoria ou espetáculo. Além do campeonato baiano de futebol, mais dois eventos devem ser destacados na utilização do Estádio Municipal José Rocha, que é a chegada da Corrida Duque de Caxias, evento realizado sempre no final de agosto, este com entrada gratuita para a população e o campeonato jacobinense de futebol que tem entrada paga, mas com valor bem mais reduzido que o campeonato baiano.

Mesmo com a reforma ocorrida no período mencionado anteriormente, uma indicação de nº 028/2016 foi feita pelo vereador Milton Oliveira de Sena, que indicava a necessidade de

providenciar a instalação de um placar e reparos nas torres de iluminação do estádio, pois os refletores das torres não funcionaram a contento. Outro fator que deve ser observado é a acessibilidade que fica mais uma vez em segundo plano, limitando o acesso e até mesmo excluindo as pessoas que tem deficiência dos eventos. Um fato interessante e revoltante a ser narrado aqui e presenciado por mim, é que os cadeirantes têm acesso ao estádio por uma das portas de saída que é usada para evacuar a massa do local, pois a entrada que é utilizada para dar acesso ao público no dia de eventos pagos, possui uma catraca, que impede a passagem de uma cadeira de rodas. A referida porta de saída que é utilizada pelos cadeirantes, dá acesso um local conhecido como a “geral do estádio” que não possui cobertura contra o sol e em terreno em declive. No dia do fato foi possível ver dois cadeirantes no local que além de ficarem expostos ao sol, um destes acompanhado por uma pessoa teve que procurar pedras para calçar a cadeira para que esta não descesse e provocasse um acidente que iria vitimar apenas o cadeirante. O parágrafo único do artigo 13 no Capítulo 4 da Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003, conhecido como Estatuto do Torcedor estabelece que: “Será assegurado acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida”. No entanto, não se observa as correções arquitetônicas que facilitem o acesso de pessoas com deficiência no Estádio Municipal José Rocha, na cidade de Jacobina (BRASIL, 2003).

5.5 Os campos de várzeas

A figura 30 apresenta o campo de várzea do Bairro da Bananeira.

Figura 30 – Campo de várzea do Bairro da Bananeira.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 31 apresenta parte da estrutura do campo de várzea do Bairro da Bananeira.

Figura 31 – Arquibancada do campo de várzea do Bairro da Bananeira.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 32 apresenta o campo de várzea do Bairro do Leader.

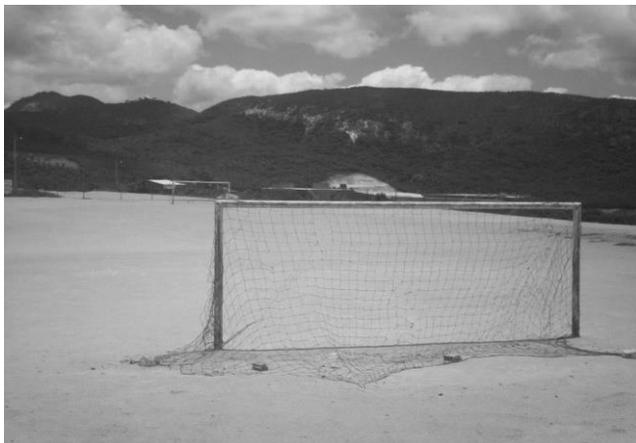
Figura 32 – Campo de várzea do Bairro do Leader.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura abaixo de número 33 podemos ver o campo de várzea do Bairro do Vila Feliz.

Figura 33 – Campo de várzea do Bairro Vila Feliz.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura número 34 podemos ver o campo de várzea do Bairro da Caeira.

Figura 34 – Campo de várzea do Bairro da Caeira.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 35 apresenta o campo de várzea do Bairro Mundo Novo.

Figura 35 – Campo de várzea do Bairro Mundo Novo.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 36 apresenta o campo de várzea do Bairro Tamarindo.

Figura 36 – Campo de várzea do Bairro do Tamarindo.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 37 identificamos o campo de várzea do Bairro Jacobina III.

Figura 37 – Campo de várzea do Bairro Jacobina III.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 38 identificamos um dos campos de várzea do Bairro Jacobina IV.

Figura 38 – Campo de várzea nº 1 do Bairro Jacobina IV.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 39 identificamos um dos campos de várzea do Bairro Jacobina IV.

Figura 39 – Campo de várzea nº 2 do Bairro Jacobina IV.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 40 identificamos o campo de várzea do Bairro Catuaba.

Figura 40 – Campo de várzea do Bairro Catuaba.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 41 apresenta o campo de várzea do Condomínio Motinha no Bairro da Caeira.

Figura 41 – Campo de várzea do Condomínio Motinha no Bairro da Caeira.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A figura 42 apresenta o campo de várzea do Bairro Novo Amanhecer.

Figura 42 – Campo de várzea do Bairro Novo Amanhecer.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 43 apresentamos um dos campos de várzea do Bairro do Peru.

Figura 43 – Campo de várzea nº 1 do Bairro do Peru.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 44 apresentamos um dos campos de várzea do Bairro do Peru.

Figura 44 – Campo de várzea nº 2 do Bairro do Peru.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na figura 45 apresentamos um dos campos de várzea do Bairro do Peru.

Figura 45 – Campo de várzea nº 3 do Bairro do Peru.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Na cidade de Jacobina além de ter equipamentos construídos pelo poder público para prática esportiva, existem espaços alternativos que podem ter sido construídos por iniciativa da própria população. Nesta categoria inclui-se os campos futebol de várzea, que nesta pesquisa foi possível identificar 15 campos na sede do município de Jacobina, estando esses espalhados pela cidade, principalmente em zonas periféricas da cidade, que podem terem surgidos como forma de atenuar a dimensão abismo que outrora tenha existido, provavelmente antes de alguns equipamentos serem construídos.

Portanto os campos identificados ficam localizados da seguinte forma: 01 campo no Bairro da Bananeira, este com arquibancada; 01 no Bairro Leader; 01 no Bairro Vila Feliz; 02 no Bairro da Caeira; 01 no Bairro Mundo Novo; 01 no Bairro Tamarindo, 01 no Bairro Jacobina III; 02 no Bairro da Jacobina IV; 01 no Bairro da Catuaba; 01 no Bairro Novo Amanhecer e 03 no Bairro do Peru.

Independentemente desses equipamentos tenham surgidos por iniciativa popular, alguns desses foram objetos de indicações por parte do poder legislativo municipal. No ano de 2007, a indicação 180/2007 de autoria da vereadora Jane Márcia de Oliveira, na qual a autora indicava a necessidade de nivelamento campo de futebol do Bairro Jacobina III. Já no ano de 2009 o campo de futebol do Bairro Jacobina III é objeto da indicação 008/2009 de autoria do vereador Noelson Oliveira de Souza, no intuito de nivelar o mesmo. Ainda em 2009, o vereador Hildebrando Cedraz Neto, através da indicação 163/2009, indica a necessidade de patrolamento nos seguintes campos de bairros: Jacobina III, Jacobina IV, Caeira, Leader, Jacobina II, Peru e no Loteamento Zuleide Pires, este último não existe mais, pois está

sendo construída a quadra poliesportiva do Bairro Mundo Novo neste local.

No ano de 2011, o vereador Milton Oliveira de Sena, através das indicações 066/2011 e 098/2011, propõe a instalação de luminárias nos campos de futebol da cidade de Jacobina. Em 2013, as indicações 464/2013, 465/2013 e 466/2013 de autoria do vereador Ramon Santos Celestino, indicavam a necessidade de elaboração de projetos que visassem a reestruturação dos campos de futebol, com a construção de arquibancadas e instalação de iluminação nestes campos dos bairros: Caeira, Catuaba, Bananeira, Jacobina III e Jacobina IV.

No ano de 2014, o vereador Ramon Santos Celestino, que no ano anterior pede a elaboração de projetos para reestruturação de alguns campos de futebol de várzea da cidade de Jacobina, indica através das indicações 077/2014, 078/2014, 108/2014, 109/2014 e 110/2014, propõe a reestruturação dos campos dos bairros: Bananeira, Caeira, Catuaba, Jacobina III e Jacobina IV, com a construção de arquibancadas e instalação de iluminação nos equipamentos.

No ano de 2015, o vereador Ramon Santos Celestino, volta a sugerir através das indicações 017/2015, 018/2015 e 019/2015 a elaboração de projetos de reestruturação dos mesmos campos de futebol de várzea indicados por ele nas indicações do ano de 2013.

5.6 Espaços que serão (ou seriam) utilizados para construção de Equipamentos para o esporte.

A figura 46 apresenta a área que seria construída uma piscina semiolímpica.

Figura 46 – Espaço ao lado Ginásio de Esporte Paulo Santos Gomes destinado para construção de uma piscina semiolímpica.



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A área exposta na imagem acima, fica dentro dos limites do Ginásio de Esporte Paulo Santos Gomes, ao lado da quadra coberta. O referido terreno foi objeto de requerimento legislativo de nº 092/2007 de autoria da vereadora Norma Soeli dos Santos, que em seu requerimento pedia que fossem tomadas providências urgentes para construção de uma piscina semiolímpica naquele local com arquibancadas, acessos adaptados para as pessoas com deficiência, vestiários e banheiros.

No ano de 2008 é sancionada a Lei 895, de 18 de junho de 2008, a qual autoriza ao Prefeito Rui Macedo, doar o terreno pertencente ao município ao Estado da Bahia, para que fosse construída uma piscina semiolímpica, através da SUDESB

(JACOBINA, 2008A). Porém a construção da piscina deveria ocorrer no prazo de dois anos, sob a penalidade da devolução do terreno ao município, caso a obra não fosse realizada. Ainda em 2008 é sancionada a Lei 936, de 30 de dezembro de 2008, revogando a Lei Municipal 895/2008 e autorizando ao Prefeito Rui Macedo, doar o mesmo terreno a UNEB -Universidade do Estado da Bahia, tendo como finalidade a construção da piscina semiolímpica, já que a doação ao Estado da Bahia não havia se concretizado (JACOBINA, 2008B). No entanto UNEB teve o mesmo prazo dado anteriormente ao governo do estado para a construção da piscina, sob a pena de devolução ao município, caso a obra não fosse executada. Já no ano de 2010, o vereador Hildebrando Cedraz Neto, através do requerimento 051/2010, solicita da atual Prefeita a Srª Valdice Castro, informações acerca de projetos esportivos discutidos na Audiência Pública do Esporte e Lazer, entre eles o da piscina semiolímpica.

No ano de 2013 a indicação 147/2013 de autoria do vereador Paulo Adriano Moraes Jatobá, propunha a construção de uma praça de esportes radicais na área supracitada.

Diante dos fatos mencionados anteriormente, até o presente momento, nenhum equipamento esportivo foi construído naquele local até o momento.

A figura 47 apresenta a área que supostamente seria construído o CIE.

Figura 47 – Espaço situado no Condomínio Motinha entre os bairros da Missão e Caeira que supostamente seria utilizado para construção do CIE (Centro de Iniciação ao Esporte).



Fonte: Elaboração própria, 2016.

A imagem acima se refere ao local que supostamente seria construído um parque público, no intuito de proporcionar a população Jacobinense, um espaço arborizado e destinado para as pessoas realizassem atividades físicas e usassem esse para o seu lazer. No ano de 2007, o Vereador Hildebrando Cedraz Neto, através da indicação 118/2007, propunha a construção de um parque público no local para que as pessoas pudessem realizar atividades físicas, como: caminhadas e corridas, já que na cidade não dispunha de um equipamento desta natureza, forçando as pessoas utilizarem as laterais avenidas das cidades, ruas e até mesmo estradas, ficando expostos a riscos a sua integridade física. No mesmo ano, o vereador Milton Oliveira de Sena sugere através da indicação 147/2007, reavaliação do Projeto do Parque da Cidade, vez que a área designada fica inundada durante o período chuvoso e solicitando que este foi viabilizado em outro local.

Independentemente das considerações feitas pelos vereadores na época, o que é de conhecimento de todos é a não concretização do parque público para Jacobina.

Já no ano de 2013, foram feitas três indicações por vereadores, indicando a necessidade, que a Prefeitura Municipal

de Jacobina, fizesse a inscrição junto ao Ministério dos Esportes, para que a cidade de Jacobina fosse contemplada com um Centro de Iniciação ao Esporte (CIE). As indicações 163/2013, 167/2013 e 179/2013 de autoria respectivamente dos Vereadores Tiago Manoel Dias Ferreira, Pedro Mário Carvalhal Nascimento e Paulo Adriano Morais Jatobá, onde todos tinham em comum o mesmo objetivo.

No final do ano de 2013, mais precisamente no dia 10 de dezembro de 2013, a cidade de Jacobina foi contemplada com um Centro de Iniciação ao Esporte, sendo o local escolhido, o mesmo no qual seria construído o parque público, que gerou indicações divergentes no ano de 2007 em relação ao local a ser implantado.

Em nossa pesquisa não conseguimos nenhum registro no Diário Oficial do Município (DOM) sobre a Implantação do CIE em Jacobina, porém, ao acessarmos o site Portal da Transparência do Governo Federal, constatamos que além da cidade ter sido contemplada com o CIE, através de convênio firmado entre o Ministério dos Esportes, Caixa Econômica Federal (CEF) e a Prefeitura Municipal de Jacobina, tendo o convênio o valor orçado para construção de R\$ 1.331.598,52, um valor de R\$15.000,00 já havia sido liberado em 27/12/2015. Independente do valor liberado pelo governo federal, percebe-se que no local escolhido para obra não houve nenhum beneficiamento para implantação do CIE, lembro em tempo que, segundo a informação do Portal da Transparência, o convênio tem vigência como data inicial 13/06/2014 e término 05/09/2016.

De modo geral percebemos que a cidade de Jacobina goza uma boa quantidade de equipamentos destinados para prática esportiva, porém como observado em nossa fala acerca de alguns equipamentos, existe um distanciamento das políticas públicas no

que diz respeito a manutenção e conservação dos mesmos. Outro ponto a ser lembrado é a falta de políticas públicas para a efetivação do direito ao esporte para comunidade nestes espaços. A falta de projetos com o emprego de profissionais formados na área que incentivem a população a se apropriarem dos espaços e dos esportes aumenta ainda mais o abismo entre a população e o esporte, haja vista que a informação e o ensinamento sobre as diversas modalidades esportivas existentes é algo que nos é negado desde o período escolar enquanto ainda estamos em formação até a vida adulta, quando nos deparamos com o mercado de trabalho, onde nos é negado mais uma vez o acesso ao esporte pela falta de tempo e principalmente poder aquisitivo, já que no processo cultural da vida humana o esporte também se transforma em mercadoria, onde poucos tem condições de usufruir.

6. CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

O presente trabalho traz à tona a realidade acerca das políticas públicas de esporte no município de Jacobina, em um período de 09 anos e 02 meses, no qual esta pesquisa estava inserida. Neste sentido podemos dizer que o problema da pesquisa foi respondido: Como as políticas públicas de esportes vêm se constituindo na cidade de Jacobina no período de 2007 a 2016? Bem como os objetivos foram atingidos: Objetivo geral foi: compreender como as políticas públicas de esporte foram se constituindo no período entre 2007-2016 na cidade de Jacobina. E os objetivos específicos que deram aporte para elucidação do problema de pesquisa: 1) Elencar e analisar documentos dos poderes legislativo e executivo que tratem sobre o esporte; 2) identificar as estruturas físicas dos espaços públicos construídos para a prática do esporte e 3) relacionar as políticas públicas de esporte e a utilização dos espaços públicos.

De acordo com o material que foi encontrado e identificado nas fontes de pesquisa analisadas, podemos dizer que as políticas públicas de esporte veem se constituindo no município através principalmente das leis que buscam o desenvolvimento do esporte no município, mudando a conjuntura administrativa relacionada ao esporte, criando mecanismos para abertura do diálogo com a sociedade ainda que de forma tímida, através do Conselho Municipal de Esporte e Lazer que tem em sua composição membros da sociedade civil e também com o investimento na construção e reforma de equipamentos esportivos, bem como através das proposições, requerimentos realizados por membros do Poder Legislativo acerca do esporte.

Quanto aos objetivos específicos da pesquisa foram elencadas no trabalho todas as informações pertinentes as

políticas públicas de esporte no município, identificadas nas fontes de pesquisas, como também foram identificados os espaços públicos para a prática esportiva, com apresentação destes através de fotografias fazendo o movimento de articulação entre o que foi encontrado nos documentos com os espaços.

A principal dificuldade encontrada no trabalho foi referente à disposição da base de dados do DOM, que no primeiro momento está em um site institucional da própria Prefeitura de Jacobina no período da gestão municipal do prefeito Rui Macedo (2006 a 2008), mudando de base nos 03 últimos anos da gestão municipal da prefeita Valdice Castro, que hospedava as informações do DOM no site Sítios Oficiais, onde percebemos a desorganização das publicações que estavam em abas com anos diferente do da sua publicação, faltando ainda as edições referente ao período do primeiro semestre do ano de 2010, que tinha a informação para clicar em um link para redirecionamento para acesso a estes dados que não funcionava. O referido material só foi conseguido meses depois, através de e-mail, depois de inúmeras solicitações aos prepostos das empresas que administram os sites via e-mail e contato telefônico. Com a volta do prefeito Rui Macedo a chefia do poder executivo o DOM volta para o site institucional da Prefeitura Municipal de Jacobina no ano de 2013.

Fazendo referência aos resultados encontrados em nossa pesquisa podemos destacar as leis que regulamentaram principalmente a estrutura organizacional do esporte no município como a (lei) que cria a SEMEL, retirando o esporte de uma estrutura organizacional anterior, onde o esporte estava inserido com outras temáticas como a educação e a cultura, a (lei) que cria o Conselho Municipal de Esporte e Lazer que é um órgão colegiado deliberativo que deve buscar as melhores estratégias de inserção

do esporte no município, inclusive consultando as comunidades e por último a (lei) que cria o Fundo Municipal do Esporte Amador que trata de investimentos para o esporte amador, que deve incentivar e buscar melhores meios para investir no desenvolvimento do esporte amador no município. Outros avanços que podem ser destacados são as celebrações de convênios principalmente voltados para a construção, reforma de espaços no município.

A renovação da câmara de vereadores no ano de 2012, traz a mudança na visão da temática do esporte, que ficou evidenciado principalmente nas indicações e requerimentos feitos pelos vereadores anteriormente, onde a simples reforma ou construção dos equipamentos era a forma de promoção da política públicas, pensamento que vem mudando por parte de alguns membros do Poder Legislativo, onde trazem proposições e solicitações para a implementação e inscrição de projetos e programas como forma de desenvolver o esporte no município.

O nosso trabalho traz à tona informações que servem de base para o desenvolvimento que novas pesquisas sejam realizadas principalmente no que diz respeito a efetivação das políticas públicas de esporte. O que poderia ser feito com base nas informações elencadas no trabalho, através de entrevistas em comunidades ou nas associações que a representam, bem como com representantes do esporte amador no município e as suas associações representativas, fazendo o diagnóstico do que realmente foi feito em relação a políticas públicas principalmente no que tange a questão orçamentária.

Outro ponto a ser observado, enquanto cidadão Jacobinense é a falta de projetos que fomentem o esporte, através de profissionais formados na área nos espaços identificados no nosso trabalho.

Apesar de notarmos avanços na legislação municipal quanto a políticas públicas de esporte, podemos notar que falta de incentivo e estímulo para a prática do esporte pela gestão pública fica evidenciado pela falta de projetos que busquem a participação e apropriação da comunidade para o desenvolvimento do esporte no município, para nós, a simples oferta do espaço, não é suficiente para que as políticas públicas sejam efetivadas. É preciso mudar a linha de raciocínio na promoção do esporte, só com uma gestão democrática que realize estudos nas comunidades, ouvindo os anseios desta sobre a temática, poderá surgir o desenvolvimento de programas e projetos para o esporte que viabilizassem o acesso ao esporte que é um direito social de todos.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1988.

BASTOS, Ana Isa De Jesus. **Políticas públicas para o esporte e lazer em Ubaíra/Ba**: desafios e possibilidades da gestão no período de 2009 a 2011.2012. p.53. (Monografia – Curso de Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gepefelunebalagoinhas/polticas-pblicas-para-esporte-e-lazer-em-ubairaba-desafios-e-possibilidade-da-gesto-no-periodo-de-2009-a-2011>>. Acesso em: 03 de nov. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1998.

BRASIL. **Decreto-lei nº 594, de 27 de maio de 1969**. Institui a Loteria Esportiva Federal e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0594.htm>. Acessado em: 01 de out. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941**. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del3199.htm>. Acessado em: 01 de out. 2016.

BRASIL. **Decreto-lei nº 9.912, de 17 de setembro de 1946**. Dispõe sobre a construção de praças de esportes e dá outras providências. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126224/decret-o-lei-9912-46?ref=topic_feed>. Acessado em: 01 de out. 2016.

BRASIL. **Decreto nº 68.703, de 3 de junho de 1971**. Regulamenta a aplicação dos Recursos da Loteria Esportiva. Disponível em:

<<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=120543>>. Acessado em: 01 de out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 91, de 28 de agosto de 1935**. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1930-1949/L0091impressao.htm>. Acessado em: 05 de out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977**. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6454.htm>. Acessado em: 05 de out. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10098.htm>. Acesso em: 30 de out. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003**. Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.671.htm>. Acesso em: 28 de out. 2016.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas de esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. Nº de pág. 296. São Paulo, 2008. (Tese de doutorado em Administração Pública e Governo) Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física, esporte e lazer: reflexões nada aleatórias**. Campinas: Autores Associados, 2013.

COSTA, Dyego Rodrigues. **Políticas públicas de esporte no município de Serrolândia-Ba**. 2013.p.74. (Monografia – Curso de Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina.

DARIDO, 2003 *apud* BUENO, 2008, p.121. BUENO, Luciano. **Políticas públicas de esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. São Paulo, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JACOBINA. Lei nº 797, de 22 de dezembro de 2006. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2007. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n. 24, p.2, 19 de janeiro de 2007.

JACOBINA. Lei nº 823, de 06 de junho de 2007. Altera a Lei nº 801, de 22 de dezembro de 2006 que dispõe sobre a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.84, p.7, 03 de julho de 2007B.

JACOBINA. Lei nº 852, de 13 de dezembro de 2007. Cria a Zona Especial de Interesse Social – ZEIS, denominada Grotinha. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.136, p.2, 13 de dezembro de 2007A.

JACOBINA. Lei nº 853, de 21 de dezembro de 2007. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2008. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.140, p.5, 26 de dezembro de 2007C.

JACOBINA. Lei nº 895, de 18 de junho de 2008. Autoriza o Chefe do Poder Executivo deste Município a doar uma área de terra ao Estado da Bahia, destinada à construção de uma piscina

semiolímpica, através da SUDESB. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.225, p.3, 20 de junho de 2008A.

JACOBINA. Lei nº 923, de 03 de dezembro de 2008. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2009. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.292, p.3, 31 de dezembro de 2008C.

JACOBINA. Lei nº 936, de 30 de dezembro de 2008. Autoriza o Chefe do Poder Executivo deste Município a doar uma área de terra à Universidade do Estado da Bahia - UNEB, destinada à construção de uma piscina semi- olímpica. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.292, p.105, 31 de dezembro de 2008B.

JACOBINA. Lei nº 942, de 31 de agosto de 2009. Dispõe sobre as Diretrizes para Elaboração da Lei Orçamentária de 2010, na forma que indica e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.418, p.3, 01 de outubro de 2009A.

JACOBINA. Lei nº 954, de 14 de dezembro de 2009. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2010. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.467, p.2, 22 de dezembro de 2009B.

JACOBINA. Lei nº 971, de 07 de abril de 2010. “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir crédito adicional especial para os fins que se destina e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.95, p.8, 08 de abril de 2010E.

JACOBINA. Lei nº 980, de 21 de junho de 2010. Denomina de Valdemir Raimundo Mota a quadra poliesportiva existente na Praça da feira livre no Povoado de Paraíso no município de Jacobina. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.145, p.1, 23 de junho de 2010A.

JACOBINA. Lei nº 983, de 11 de agosto de 2010. Denomina de Francisco Felix da Costa – Chato, A quadra poliesportiva da Praça Rinaldo Magalhães, No Povoado De Lages do Batata , neste município. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.176, p.2, 18 de agosto de 2010B.

JACOBINA. Lei nº 985, de 11 de agosto de 2010. “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir crédito adicional especial para os fins que se destina e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.176, p.3, 18 de agosto de 2010D.

JACOBINA. Lei nº 994, de 14 de setembro de 2010. Denomina de Jhonatan Igor Novais Matos Araújo – Igor De Jura, A quadra poliesportiva da Praça da Matriz no Povoado do Junco, neste município. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.197, p.2, 24 de setembro de 2010C.

JACOBINA. Lei nº 1000, de 27 de dezembro de 2010. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2011. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.248, p.3, 30 de dezembro de 2010F.

JACOBINA. Lei nº 1.024, de 21 de junho de 2011. Declara de Utilidade Pública Municipal a Associação Comunitária Assistencial e Desportiva do Bairro da Catuaba. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.349, p.4, 19 de julho de 2011A.

JACOBINA. Lei nº 1036, de 05 de outubro de 2011. “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.389, p.10, 07 de outubro de 2011B.

JACOBINA. Lei nº 1039, de 20 de outubro de 2011. “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito

Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.402, p.3, 03 de novembro de 2011C.

JACOBINA. Lei nº 1045, de 07 de dezembro de 2011. Estima a receita e fixa a despesa do município de Jacobina para o exercício financeiro de 2012. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.417, p.2, 09 de dezembro de 2011D.

JACOBINA. Lei nº 1061, de 28 de março de 2012. Denomina de Daniel Alves Da Silva (Daniel Prego) A quadra de esportes existente no Colégio Luiz Alberto Dourado De Carvalho, neste município. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.480, p.3, 03 de abril de 2012A.

JACOBINA. Lei nº 1062, de 28 de março de 2012. Denomina de Gerino Moura a quadra de esportes existente no Colégio Municipal Gilberto Dias de Miranda (COMUJA), neste município. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.480, p.3, 03 de abril de 2012B.

JACOBINA. Lei nº. 1063, de 28 de março de 2012. Denomina de Gervásio Firmo dos Santos a quadra de esportes existente no Colégio Yeda Barradas Carneiro, neste município. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.480, p.3, 03 de abril de 2012C.

JACOBINA. Lei nº 1.070, de 11 de abril de 2012. Denomina de Manoel Amâncio dos Santos a quadra poliesportiva que fica localizada no Povoado de Pau Ferro, nesta cidade. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.498, p.7, 07 de abril de 2012D.

JACOBINA. Lei nº 1077, de 14 de junho de 2012. “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.539, p.2, 11 de julho de 2012H.

JACOBINA. Lei nº. 1082, de 05 de setembro de 2012. “Autoriza o Poder Executivo Municipal de Jacobina – Bahia, a abrir Crédito Adicional Especial para os fins que se destina e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, p.2, 24 de setembro de 2012I.

JACOBINA. Lei nº 1083, de 05 de setembro de 2012. Cria a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, p.2, 24 de setembro de 2012K.

JACOBINA. Lei n.º 1088, de 19 de setembro de 2012. Denomina de Otacilio Benicio de Souza a quadra poliesportiva municipal em Olhos D’água no Distrito de Caatinga do Moura, município de Jacobina. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, p.11, 24 de setembro de 2012E.

JACOBINA. Lei n.º 1089, de 19 de setembro de 2012. Denomina de Vicente Marques da Silva o Estádio Municipal do Distrito de Caatinga do Moura, município de Jacobina. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, p.12, 24 de setembro de 2012F.

JACOBINA. Lei nº 1.095, de 19 de novembro de 2012. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do município de Jacobina, para o exercício financeiro de 2013. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.608, p.7, 26 de novembro de 2012J.

JACOBINA. Lei n.º 1.103 de 22 de novembro de 2012. Declara de Utilidade Pública Municipal o Caeira Esporte Clube. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.621, p.4, 17 de dezembro de 2012G.

JACOBINA. Lei nº 1.117, de 20 de fevereiro de 2013. Altera a Lei 801/2006 e dá nova redação à estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Jacobina e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.497, p.3, 21 de fevereiro de 2013A.

JACOBINA. Lei nº 1.128 de 13 de março de 2013. “Abre credito adicional especial à Lei Orçamentária nº 1.095 de 19 de novembro de 2012 -LOA para o exercício de 2013, no valor de R\$ 182.654,80 (Cento e oitenta e dois mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos) e dá outras providências.” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.515,p. 80, 15 de março de 2013B.

JACOBINA. Lei nº 1.148 de 11 de junho de 2013. “Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal do Esporte Amador e dá outras providências.” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.599, p.2, 12 de junho de 2013I.

JACOBINA. Lei nº 1.163 de 03 de julho de 2013. “Dispõe sobre a criação de cargos temporários de excepcional interesse público para atender os programas da área social: CRAS, CREAS E PETI, no âmbito do município de Jacobina e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.621, p.2, 10 de julho de 2013D.

JACOBINA. Lei nº 1.179 de 17 de setembro de 2013. “Declara de Utilidade Pública Municipal a Federação Baiana de Vôo Livre.” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.683, p.4, 18 de setembro de 2013E.

JACOBINA. Lei nº 1.182 de 17 de setembro de 2013. “Dispõe sobre a transparência e publicidade dos objetivos e realizações dos Conselhos Municipais de Políticas Públicas de Jacobina.” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.683, p.11, 18 de setembro de 2013J.

JACOBINA. Lei nº 1.205 de 26 de dezembro de 2013. Abre crédito adicional especial à Lei Orçamentária Nº 1.095 de 19 de novembro de 2012 - LOA para o exercício de 2013, no valor de R\$ 21.950,00 (vinte e um mil novecentos e cinquenta reais) e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.761, p.3, 26 de dezembro de 2013C.

JACOBINA. Lei nº 1.209 de 26 de dezembro de 2013. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2014 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.761, p.32, 26 de dezembro de 2013.

JACOBINA. Lei nº 1.214 de 27 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a nomeação da PEC (praça de esporte e cultura) de Jacobina-BA e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.766, p.49, 03 de janeiro de 2014F.

JACOBINA. Lei nº 1.226 de 27 de dezembro de 2013. Denomina de Antônio Martins de Oliveira o Estádio Municipal de Paraíso. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.766, p.64, 03 de janeiro de 2014G.

JACOBINA. Lei nº 1.227 de 27 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Jacobina e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.766, p.65, 03 de janeiro de 2014H.

JACOBINA. Lei nº 1.244 de 28 de abril de 2014. Declara de Utilidade Pública Municipal o Jacobina Esporte Clube. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.855,p.19, 29 de abril de 2014A.

JACOBINA. Lei nº 1.251 de 02 de junho de 2014. Denomina de Marcelino Eugênio da Silva a quadra poliesportiva do Colégio Municipal José Vieira Irmão, localizado na comunidade de Cachoeira Grande, nesta cidade. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.889, p.3, 04 de junho de 2014B.

JACOBINA. Lei nº 1.257 de 25 de junho de 2014. “Dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura de Jacobina – BA, seus princípios, objetivos, estrutura, organização, gestão, interrelações entre os seus componentes, recursos humanos, financiamento e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.910, p.5, 27 de junho de 2014C.

JACOBINA. Lei nº 1.259 de 25 de junho de 2014. “Determina as Áreas De Interesse Turístico, Município De Jacobina e dá outras providências.” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.910,p.52, 27 de junho de 2014D.

JACOBINA. Lei nº 1.262 de 25 de junho de 2014. Institui a Medalha de Honra ao Mérito Desportivo no âmbito desta Câmara Municipal, e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.910, p.58, 27 de junho de 2014E.

JACOBINA. Lei nº 1.274 de 07 de outubro de 2014. Dispõe sobre o Centro de Artes e Esportes Unificado de Jacobina, a criação, composição, atribuições do grupo gestor do Centro de Artes e Esportes Unificado – CEU e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.998, p.8, 07 de outubro de 2014F.

JACOBINA. Lei nº 1.279 de 07 de outubro de 2014. Dispõe sobre a criação, composição, competência e funcionamento do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1000, p.2, 08 de outubro de 2014G.

JACOBINA. Lei nº 1.299 de 16 de dezembro de 2014. Altera a redação da Lei Municipal nº 1.279 de 07 de outubro de 2014 e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1056, p.5, 17 de dezembro de 2014H.

JACOBINA. Lei nº 1.304 de 29 de dezembro de 2014. Estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2015. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1063, p.2, 08 de janeiro de 2015I.

JACOBINA. Lei nº 1.315 de 12 de janeiro de 2015. “Institui a Virada Esportiva de Jacobina, e dá outras providências”. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1068, p.12, 15 de janeiro de 2015A.

JACOBINA. Lei nº 1.326 de 12 de maio de 2015. Dispõe sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1153, p.8, 13 de maio de 2015D.

JACOBINA. Lei nº 1.337 de 06 de outubro de 2015. “Autoriza o Chefe do Executivo deste Município a celebrar convênio com a Liga Desportiva Jacobinense e dá outras providências. ” **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1266, p.6, 07 de outubro de 2015B.

JACOBINA. Lei nº 1.342 de 03 de novembro de 2015. Institui no calendário de comemorações do Município de Jacobina a Semana da Paz. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1287, p.6, 05 de novembro de 2015C.

JACOBINA. Lei nº 1.359 de 28 de dezembro de 2015. Estima a Receita e Fixa a Despesa para o exercício financeiro de 2016. **Diário Oficial do Município**, Jacobina, BA, n.1329, p.2, 28 de dezembro de 2015E.

JACOBINA. **Lei orgânica do município de Jacobina**. 2014. Disponível em <<http://www.camarajacobina.ba.gov.br/leiorganica.pdf>>. Acesso em 03 de ago. 2016.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do Lazer**: uma introdução. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

OLIVEIRA, Hosana Larissa Guimarães. **Políticas públicas em esporte e lazer em Alagoinhas**: maneiras de ver e fazer da gestão 2001-2008. 2009. p. 95. (Monografia – Curso de Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia, Campus II, Alagoinhas. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/gepefelunebalagoinhas/politicas-pblicas-em-esporte-e-lazer-em-alagoinhas>>. Acesso em: 01 de nov. 2016.

SOUZA, Gildison Alves De. **Políticas públicas de esporte em Capim Grosso 1985- 2015: uma análise documental.** 2015. p.100. (Monografia – Curso de Licenciatura em Educação Física). Universidade do Estado da Bahia, Campus IV, Jacobina.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **Metodologia da Pesquisa.** 2. ed. Curitiba: IESDE Brasil S.A.,2009.

Este livro tem como tema as Políticas Públicas de Esporte na cidade de Jacobina, realizando um estudo documental entre os períodos de 2007 a 2016. Tivemos como problema de pesquisa a seguinte questão: Como as políticas públicas de esportes vêm se constituindo na cidade de Jacobina no período de 2007 a 2016? Nosso objetivo geral foi: compreender como as políticas públicas de esporte foram se constituindo no período entre 2007 a 2016 na cidade de Jacobina. E os objetivos específicos que deram aporte para elucidação do problema de pesquisa: 1) elencar e analisar documentos dos poderes legislativo e executivo que tratem sobre o esporte; 2) identificar as estruturas físicas dos espaços públicos construídos para a prática do esporte e 3) relacionar as políticas públicas de esporte e a utilização dos espaços públicos. Quanto a metodologia, tratou-se de uma pesquisa exploratória, de cunho qualitativo, onde utilizamos a pesquisa documental. Na análise dos dados utilizamos a técnica da análise de conteúdo. O material (indicações e requerimentos) produzido pelo poder legislativo municipal, nos traz uma preocupação no que diz respeito a visão que boa parte dos membros da câmara de vereadores tem a respeito do esporte, ficando as suas proposições e solicitações voltadas apenas para construção e reforma de espaços destinados para a pratica esportiva. Outro aspecto que não pode passar despercebido é o abandono de alguns espaços públicos para o esporte, bem como a falta da aplicação da legislação em relação a acessibilidade nestes locais. Concluímos que ocorreram avanços consideráveis na legislação municipal, bem como na captação de recursos para construção e reforma dos espaços para a prática esportiva, contudo entendemos que apesar de vermos avanços na legislação como mencionado anteriormente, principalmente com a representatividade da sociedade civil em órgãos colegiados, percebemos que ainda é necessário que a gestão municipal evolua no sentido de fazer com que a população se sinta estimulada as práticas esportivas, pois para nós a simples oferta de estruturas físicas não são suficientes para a efetivação das políticas públicas de esporte.

ISBN 978-859344201-8



9

788593

442018